



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**TODAS AS RÚSSIAS: O IDEÁRIO MOTIVADOR DAS INVASÕES  
MILITARES DA GEÓRGIA E DA UCRÂNIA**

Laryssa Cristinne Ferreira de Almeida

**Brasília - DF  
2018**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Laryssa Cristinne Ferreira de Almeida

**TODAS AS RÚSSIAS: O IDEÁRIO MOTIVADOR DAS INVASÕES  
MILITARES DA GEÓRGIA E DA UCRÂNIA**

Dissertação de Mestrado acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional e Comparada.

Orientadora: Dra. Maria Helena de Castro Santos

**Brasília**

**2018**

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico esta dissertação, resultado final de um processo de carne e osso, aos meus professores. Agradeço a vocês por todo o conhecimento que me foi proporcionado, em especial à professora Maria Helena, cuja inteligência cristalina sempre me surpreende e me impulsiona. Agradeço também ao CNPq pelo apoio financeiro que possibilitou esse momento ímpar da minha jornada acadêmica.

*It is Russia I have to get across,*

*It is some war or other.*

(Sylvia Plath, Ariel, 1965)

## Sumário

<b>Lista de Siglas e de Abreviações.....</b>	<b>5</b>
<b>Resumo/Abstract.....</b>	<b>6</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo I: Cornucópia Russa de Ideias.....</b>	<b>13</b>
1. A Trinca Gloriosa: Tradições Russas de Pensamento Político.....	8
1.1. A Imagem Reluzente do Ocidente: A Escola Ocidentalista.....	13
1.2. Nunca Iguais aos Outros: A Escola Civilizacionista.....	21
1.3. Os Imperativos de uma Derzhava: A Escola Estatista.....	29
1.4. Conclusões Parciais.....	35
<b>Capítulo II: A Trinca Gloriosa a Partir da Revolução de Outubro.....</b>	<b>37</b>
2.1. O Debate entre Ocidentalistas, Civilizacionistas e Estatistas na Era Soviética.....	37
2.2. As Ideias da Trinca Gloriosa no Pós-Guerra Fria.....	56
2.3. Conclusões Parciais.....	63
<b>Capítulo III: Valores na Era Putin.....</b>	<b>65</b>
3.1. Uma Nova Paisagem: A Política Externa Russa A Partir de Putin.....	61
3.2. Assertividade Russa: O Segundo Mandato de Putin.....	77
3.3. Conclusões Parciais.....	83
<b>Capítulo IV: A Invasão da Geórgia.....</b>	<b>84</b>
4.1. Todos os Caminhos Levam a Guerra de Agosto.....	85
4.2. A Guerra de Cinco Dias: A Invasão Russa da Geórgia.....	90
4.3. Razões Russas.....	93
4.4. Conclusões Parciais.....	112
<b>Capítulo V: A Invasão da Ucrânia.....</b>	<b>113</b>
5.1. Infidelidade à Rússia e Glória para a Ucrânia: A Revolução Popular de 2014...	114
5.2. “Outra Rússia”: A Anexação da Crimeia.....	119
5.3. Razões Russas.....	122
5.4. Conclusões Parciais.....	136
<b>Conclusão.....</b>	<b>137</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>141</b>

## **Lista de Siglas e de Abreviações**

CEI.....	Comunidade dos Estados Independentes
EUA.....	Estados Unidos da América
ONU.....	Organização das Nações Unidas
OTAN.....	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCUS.....	Partido Comunista da União Soviética
RSFST.....	República Socialista Federativa Soviética da Transcaucásia
UE.....	União Europeia
USAID.....	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
URSS.....	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## **Resumo**

A presente dissertação argumenta que existe um ideário motivador para as invasões militares da Geórgia (2008) e da Ucrânia (2014). Para desenvolver esse argumento, distinguem-se, com base na literatura russa de pensamento em política externa, as ideias principais de três grandes tradições de pensamento: ocidentalista, civilizacionista e estatista. Investigam-se, ainda, as transformações ocorridas nessas escolas de pensamento, passando da Rússia Imperial à queda da União Soviética. O objetivo central do estudo é o de analisar qualitativamente os discursos dos principais decisores em política externa dos governos de Dmitri Medvedev e de Vladimir Putin e averiguar *como* e *quais* componentes ideacionais foram apresentados para justificar o uso de força militar nos casos selecionados.

Palavras-chave: política externa russa; identidade nacional russa; intervenções militares; Ucrânia; Geórgia; espaço pós-soviético.

## **Abstract**

This thesis argues that some ideational components of the main schools of Russian political thought were used to justify the military invasions of Georgia (2008) and Ukraine (2014). To develop this argument, we assess the main contributions of three specific schools of thought: Westernist, Civilizationist and Statist, whilst acknowledging how they evolved over time, specifically after the Cold War. This thesis seeks to analyze which ideas were mainly used by Russian decision-makers to frame the reasons why Russia decided to use force against its neighboring states.

Keywords: Russian foreign policy; Russian national identity; military interventions; Ukraine; Georgia; post-soviet space.





## Introdução

O anúncio súbito do desmanche da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas resultou numa reorientação dos contornos da política externa russa. Inesperado, esse anúncio propiciou também o surgimento de projeções que variavam da euforia ao pessimismo entre os estudiosos das relações internacionais. Hoje, quase três décadas após o desmantelamento da URSS, a Rússia, país que passou do czarismo ao comunismo e do comunismo a um regime autodeclarado democrático, apresenta-se como um dos atores internacionais centrais para o entendimento dos desdobramentos geopolíticos euro-asiáticos.

O título da dissertação é uma referência ao título do livro *All the Russias*, publicado em 1902, que compila as impressões que o político inglês Henry Norman teve da Rússia em viagens feitas no fim do século XIX, e que é introduzido com uma pergunta: “Russia! What a flock of thoughts take wing as the word strikes the ear. What is Russia?”. Nesta pesquisa, “todas as Rússias” são todas as ideias que transformaram a Rússia numa nação constituída sob o signo da diferença. À época da concepção da referida obra, existia na Rússia um arranjo político que durava desde 1613, e que colocava na figura autocrática do czar os poderes para o controle da sociedade e do Estado. Esse cenário favorável à dinastia dos Románov foi convulsionado por crises políticas e embates ideológicos que, mais tarde, serviram de prelúdio para a tomada do Palácio de Inverno pelos bolcheviques e pela implantação de ideias que tornaram a Rússia o primeiro país comunista da história.

Essas cenas de dinastia imperial e de regime comunista são importantes porque funcionam como imagens representativas e antecipam intuitivamente aquele que é o tema macroscópico que ordena as unidades desta dissertação, que é a questão do pensamento político russo em política externa. Não se trata, no entanto, de uma reflexão sobre esse tema, tão somente, posto que ele funciona como uma categorização mais ampla, que une os fragmentos menores desta pesquisa. Será aqui analisado como – e quais – ideias das três grandes tradições de pensamento russo em política externa – tradições ocidentalista, civilizacionista e estatista – foram incorporadas aos discursos dos principais decisores do Krêmlin para justificar a invasão militar da Geórgia em 2008 e da Ucrânia em 2014.

Para melhor introduzir o assunto, cabe registrar aqui a importância simbólica dos estudos que inspiraram os objetivos e os eixos temáticos da presente dissertação. Num primeiro momento, o tema desta pesquisa surgiu com o propósito de oferecer um contraponto aos estudos realizados por Maria Helena de Castro Santos sobre a importância de

componentes ideacionais na doutrina de política externa norte-americana. Em “*Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra Fria*”, artigo publicado em 2010, Castro Santos diferencia empiricamente três princípios da política externa americana, os quais assinalam a crença na universalidade dos princípios da democracia liberal, como se a democracia fosse desejável por todos os povos, e também uma relação entre democracia e segurança, ou seja, entre valores e interesses.<sup>1</sup> Já em uma pesquisa posterior que dá continuidade à referenciada anteriormente, Castro Santos e Ulysses Teixeira demonstram que, embora a política externa americana seja influenciada por múltiplos fatores, o componente ideacional se manifesta em diferentes contextos, como na retórica presidencial que justificou a intervenção militar do Iraque em 2003.<sup>2</sup>

Assim, em sua origem, o tema desta dissertação surgiu a partir da reflexão a respeito das questões articuladas por Castro Santos e Teixeira. Essa reflexão suscitou os seguintes questionamentos: que ideias informam a política externa da Rússia? Será que é possível identificar um conjunto de valores nos discursos dos decisores de alto nível da Rússia? Se for possível, será que esse ideário também é utilizado para justificar a condução de invasões militares de países pós-soviéticos? Afinal, qual foi o ideário utilizado para justificar a invasão militar da Geórgia em 2008 e a anexação russa da península da Crimeia em 2014? Essas e outras questões serviram de pano de fundo para a análise que se segue.

Abre-se, então, uma possibilidade de buscar nos discursos de indivíduos do alto-escalão político do Krêmlin as ideias que soam tal qual eco, sendo retomadas com insistência para justificar ações militares de política externa. Essa também é uma tentativa de contemporizar e ampliar as pesquisas que tangenciam diferentes aspectos das tradições antagônicas de pensamento russo em política externa, realizadas por estudiosos como Andrei Tsygankov, Maria Lipman, Alexander Sergunin, Bobo Lo e outros.<sup>3</sup> Esta dissertação também pretende acrescentar à literatura sobre o pensamento russo em política externa mais exemplos e informações acerca da expressão de ideias das tradições ocidentalista, civilizacionista e estatista na política externa da Rússia para os países pós-soviéticos na Era Putin.

A partir da reflexão sobre a evolução das três grandes tradições russas de pensamento em política externa, da consideração sobre as transformações ocorridas em cada escola ao longo do tempo, do exame detalhado de seus princípios e de suas visões sobre a identidade nacional russa, foi possível observar, em cada uma delas, duas características gerais. Essas

---

<sup>1</sup> CASTRO SANTOS, 2010.

<sup>2</sup> CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2013.

<sup>3</sup> Lo, 2003; Lipman, 2015; Sergunin, 2015; Tsygankov, 2010.

características, quando agregadas, compõem o que referenciaremos como o “ideário” de cada tradição. Elencamos, ainda, com base nessas ideias que particularizam cada escola de pensamento, um objetivo específico da política externa russa em relação aos países pós-soviéticos.

Identificam-se como características do ideário ocidentalista: a) Apreciação pelos modelos políticos do Ocidente e rejeição pelas políticas expansionistas do Império Russo e do Império Soviético; b) Compromisso com a emulação dos valores propagados pela ordem liberal do pós-Segunda Guerra, com o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos na Rússia. Por priorizar o fortalecimento de cooperação com os países ocidentais, essa tradição apresenta como objetivo a retração da intromissão geopolítica da Rússia no seu exterior-próximo. O termo “exterior-próximo” é a tradução em português de “near abroad”, termo que emergiu nos EUA após a dissolução da URSS para fazer referência à frase russa “*blizhneye zarubezhye*”, amplamente utilizada por políticos moscovitas, e que pode ser traduzida em português para “perto da fronteira”.

Nota-se na tradição civilizacionista as seguintes características: a) A argumentação de que, por ter um destino próprio, a Rússia tem a missão de preservar suas tradições políticas e culturais e o dever de proteger os compatriotas russos no mundo; b) A priorização da recuperação da influência russa sobre seu exterior-próximo e do fortalecimento do domínio geopolítico russo sobre suas “esferas privilegiadas de interesse”. Tem por objetivo reconstruir a “Grande Rússia” pelo uso da força. A expressão “Grande Rússia” faz referência à agrupação de territórios que era controlada pelos czares e czarinas da Rússia Imperial.<sup>4</sup>

Observou-se que o ideário estatista, por sua vez, apresenta as seguintes peculiaridades: a) A crença na excepcionalidade da Rússia enquanto uma *derzhava*, um grande poder historicamente garantidor de equilíbrio geopolítico aos níveis regional e internacional; b) O comprometimento com a restauração de um Estado forte e com a preservação da integridade territorial russa. Tem como objetivo conter a expansão da OTAN para a fronteira leste da Rússia e reduzir a influência dos Estados Unidos da América nos países pós-soviéticos.

Formulada com base nas ideias mais marcantes de cada tradição de pensamento em política externa no pós-Guerra Fria, essa categorização está explicitada no quadro a seguir:

---

<sup>4</sup> Fizeram parte da Rússia Imperial os territórios da Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia, Finlândia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Lituânia, Estônia e Letônia. Porções significativas do território da Polônia e da Turquia também pertenciam ao Império dos Románov. Sabe-se que, em seu auge, “the Russian empire occupied 1/22 part of the entire globe and approximately 1/6 part of its total land surface”. RIASANOVSKY, 2000, p. 15.

---

## Triade Gloriosa: Tradições Russas de Pensamento em Política Externa

---

	Características	Objetivo
<b>OCIDENTALISMO</b>	<p>I. Apreciação pelos modelos políticos do Ocidente e rejeição pelas políticas expansionistas do Império Russo e do Império Soviético;</p> <p>II. Compromisso com a emulação dos valores propagados pela ordem liberal do pós-Segunda Guerra, e com o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos na Rússia.</p>	<b>Retração da intromissão geopolítica da Rússia no seu exterior-próximo</b>
<b>CIVILIZACIONISMO</b>	<p>I. Argumentação de que, por ter um destino próprio, a Rússia tem a missão de preservar suas tradições políticas e culturais e o dever de proteger os compatriotas russos no mundo;</p> <p>II. A Priorização da recuperação da influência russa sobre seu exterior próximo e do fortalecimento do domínio geopolítico russo sobre suas "esferas privilegiadas de interesse";</p>	<b>O objetivo de reconstruir a "Grande Rússia" pelo uso da força</b>
<b>ESTATISMO</b>	<p>I. A crença na excepcionalidade da Rússia enquanto uma <i>derzhava</i>, um grande poder historicamente garantidor de equilíbrio geopolítico a níveis regional e internacional;</p> <p>II. O comprometimento com a restauração de um Estado Forte e com a preservação da integridade territorial russa.</p>	<b>Conter a expansão da OTAN para a fronteira leste da Rússia e reduzir a influência dos EUA nos países pós-soviéticos</b>

---

A dissertação está dividida em quatro partes relacionadas. O primeiro capítulo organiza-se como se segue. A primeira seção refere-se à interpretação de que existem três grandes tradições russas de pensamento em política externa, às quais alcunhamos a denominação “trinca gloriosa”. As subseções adjacentes a essa resenham as ideias que caracterizam cada tradição de pensamento e explicam o contexto político em que essas ideias se inserem. A segunda seção cobre a questão das divergências e dos embates ideológicos entre as escolas ocidentalista, civilizacionista e estatista durante o período soviético da história russa. A terceira seção sintetiza a discussão a respeito das ideias atribuídas a essas escolas de

pensamento entre 1991 e 1999, ou seja, do início do governo de Boris Yeltsin ao início do governo de Vladimir Putin.

O segundo capítulo, por sua vez, analisa a expressão das ideias das tradições da tríade gloriosa na política externa dos primeiros mandatos de Vladimir Putin. Elucidam-se as diferenças entre os governos de Yeltsin e de Putin, especialmente no que diz respeito às relações da Rússia com os países pós-soviéticos. Em seguida, no terceiro capítulo, dá-se atenção especial para os antecedentes da Guerra da Geórgia. Realiza-se a análise de conteúdo de discursos de decisores selecionados a fim de verificar qual foi o ideário que foi utilizado para justificar o uso da força contra a Geórgia. Avalia-se qual tradição de pensamento em política externa foi incorporada com mais insistência nos discursos analisados. Por fim, o quarto capítulo expõe as causas da Revolução Ucraniana iniciada em 2013, a qual ensejou a anexação da península da Crimeia pela Rússia em março de 2014. Por meio da análise de conteúdo de discursos, o capítulo também reconstrói as justificativas dadas pelos decisores russos para legitimar a invasão da Ucrânia. Identificar-se-á se há prevalência do ideário da tradição ocidentalista, civilizacionista ou estatista.

Para atender aos objetivos deste estudo, utiliza-se o método de inferência descritiva, distinguindo-se componentes sistemáticos dos não sistemáticos entre as informações coletadas. Será utilizada, também, a abordagem de estudos de caso, a fim de verificar ou refutar a premissa de que há um ideário motivador para as invasões russas de dois países pós-soviéticos: Geórgia (2008) e da Ucrânia (2014).

Uma vez que esta pesquisa pretende elucidar qual foi o ideário que se manteve presente nos discursos dos principais decisores russos para justificar as ações militares contra a Geórgia e a Ucrânia, será feita a análise qualitativa do conteúdo dos discursos dos decisores que ocuparam ou ainda ocupam os seguintes cargos da estrutura hierárquica do Krêmlin: presidente<sup>5</sup>, primeiro-ministro<sup>6</sup>, ministro das Relações Exteriores<sup>7</sup> e secretário de imprensa do

---

<sup>5</sup> Todas as transcrições dos discursos de Vladimir Putin e de Dmitri Medvedev estão disponíveis em língua inglesa no sítio oficial da presidência (<<http://en.kremlin.ru/events/president/news>>). O sítio disponibiliza diariamente todos os pronunciamentos públicos feitos pelo presidente, organizando-os por data. No caso da Geórgia, foi feita a análise dos discursos proferidos por Medvedev entre 1º de agosto de 2008 e 1º de agosto de 2009. No caso da Ucrânia, foi feita a análise das declarações feitas por Putin entre 1º de novembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014. Esse lapso temporal também foi mantido para os discursos dos demais decisores. Incluem-se nessa seleção os discursos endereçados à Assembleia Federal, ao Conselho de Segurança, à imprensa, à rede de televisão *Rossiya 1*, ao clube de discussão *Valdai*, ao Conselho de ministros dos países da Comunidade de Estados Independentes, às Forças Armadas e à Organização de Segurança Coletiva da CEI.

<sup>6</sup> Os discursos da época de Putin como primeiro-ministro estão disponíveis em: (<<http://archive.premier.gov.ru/eng/>>). Os de Medvedev podem ser encontrados no sítio atual do Governo da Rússia (<<http://premier.gov.ru/en/events/>>). As declarações foram analisadas em ordem cronológica.

Ministério das Relações Exteriores<sup>8</sup>. Não será feita a análise dos discursos do ministro da Defesa porque esses não estão disponibilizados nos sítios oficiais do governo da Federação Russa. No pós-Guerra Fria, o governo russo instituiu um Conselho de Segurança que se reúne semanalmente para debater questões de importância geoestratégica para o país. O Conselho tem uma série de membros permanentes, incluindo o presidente e o ministro da Defesa do país. Parte do conteúdo das reuniões desse Conselho é disponibilizada digitalmente, mas as transcrições das falas do ministro da Defesa, sem exceção, apresentam somente informações técnicas a respeito das forças militares do país, e nunca suas impressões pessoais a respeito da política externa do país.

Para conduzir a análise qualitativa dos discursos, este estudo adotará a abordagem oferecida pela Teoria dos Atos da Fala (TAF), originalmente desenvolvida por John Austin e John Searle, a que enfatiza que existem diferentes tipos de atos de fala. O mais simples desses tipos – ao qual nos ateremos para os propósitos desta pesquisa – é aquele em que o falante exprime uma frase e quer dizer exatamente o que foi dito, ou seja, a informação compartilhada pelo locutor com os seus ouvintes é precisamente a informação que ele desejava passar adiante.<sup>9</sup> Dentro da TAF, têm-se os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. O primeiro diz respeito às palavras que são proferidas de uma forma abstrata. Os atos ilocucionários, por sua vez, fazem referência ao que se fala dentro de um contexto que faça sentido. Por fim, os atos perlocucionários tratam das consequências do ato de se dizer algo.<sup>10</sup> O pronunciamento feito pelo presidente Vladimir Putin à Assembleia Federal da Rússia para explicar sua decisão favorável à anexação da região da Crimeia em 2014, por exemplo, pode ser classificado como um ato ilocucionário. A decisão de anexar a Crimeia, por sua vez, se configura como a consequência do que foi anunciado, ou seja, como um ato perlocucionário.

O conceito de “Ocidente” é utilizado aqui tal como ele aparece na literatura de pensamento russo em política externa e na literatura de identidade nacional russa. O argumento contínuo dessas duas literaturas é o de que, para a Rússia entre os séculos XVII e XIX, a imagem do Ocidente era representada pela Europa Ocidental (França, Alemanha,

---

<sup>7</sup> Foram analisadas duas categorias distintas: as declarações diárias escritas e lidas formalmente pelo ministro para a imprensa (<[http://www.mid.ru/en/press\\_service/spokesman/official\\_statement](http://www.mid.ru/en/press_service/spokesman/official_statement)>); e as declarações espontâneas que são feitas durante as sessões de perguntas e respostas para a mídia (<[http://www.mid.ru/en/press\\_service/minister\\_speeches](http://www.mid.ru/en/press_service/minister_speeches)>).

<sup>8</sup> Foram analisados os comunicados feitos rotineiramente à imprensa (<[http://www.mid.ru/en/press\\_service/spokesman/briefings](http://www.mid.ru/en/press_service/spokesman/briefings)>) e as declarações registradas em sessões de perguntas e respostas (<[http://www.mid.ru/en/press\\_service/spokesman/answers](http://www.mid.ru/en/press_service/spokesman/answers)>).

<sup>9</sup> SEARLE, 1991 apud LEVITIN, 2015, p. 175-179.

<sup>10</sup> AUSTIN, 1990 apud QUEIROZ, 2011, p. 67.

Reino Unido, etc.); e, para a Rússia a partir da Revolução de Outubro, essa imagem passou a ser simbolizada pelos Estados Unidos da América. Hodiernamente, a literatura russa sobre a tradição ocidentalista se refere ao Ocidente como uma entidade política que encapsula a ordem liberal do pós-Segunda Guerra, encabeçada pelos Estados Unidos.<sup>11</sup>

A transliteração de nomes do russo para o português não obedece a nenhum sistema em particular. Na intenção de dar uma aparência mais “russa” aos nomes, patronímicos e sobrenomes a serem lidos nesta dissertação, dentre as letras do alfabeto cirílico, tentaremos fazer uso de “k” e “y”. O nome do último líder da União Soviética, Михаил Горбачёв, por exemplo, será grafado conforme a sua pronúncia exata: “Mikhail Gorbachov”, e não “Gorbachev”. As datas serão apresentadas exatamente segundo os calendários que estiveram em uso na Rússia: calendário juliano até janeiro de 1918, e gregoriano a partir dessa data.

---

<sup>11</sup> FRANKLIN, WIDDIS, 2004; KASYMOV, 2012; LIPMAN, PETROV, 2015; LO, 2002; LO, 2003; SERGUNIN, 2015; TSYGANKOV, 2010.

## Capítulo I.

### CORNUCÓPIA RUSSA DE IDEIAS

A temática do pensamento político russo está presente em uma vasta literatura. Essa literatura pavimenta um dos caminhos para facilitar a compreensão acerca da Rússia, uma nação marcada, como qualquer outra, por tradições, ambiguidades e por um legado histórico. Como a política externa do país hodiernamente conhecido por Federação da Rússia é assinalada por diferentes interpretações, este capítulo tem por objetivo apresentar um panorama geral das principais tradições que versam sobre o pensamento político russo em política externa e sua evolução, com destaque para o contexto geopolítico em que o desenvolvimento dessas escolas de pensamento se insere e para as ideias que dizem respeito às relações da Rússia com o seu exterior próximo.

#### 1. A Trinca Gloriosa: Tradições Russas de Pensamento Político

A história da política externa da Rússia, a canônica, é contada a partir do feito de seus “pais” e “mães”, czares, czarinas, secretários-gerais e chefes de Estado, indivíduos que pareceram dar sentido ao território e às suas populações.<sup>12</sup> Da mesma maneira, o teor das diferentes linhas do pensamento político russo é particularmente explicado a partir das ideias externadas e das ações perpetradas pelos pais e mães da nação, mas é complementado pelas produções da elite intelectual pensante e pelas interpretações de historiadores e cientistas políticos acerca da trajetória política de seu país.<sup>13</sup>

Explicar o pensamento político de um país é, por essência, a tentativa de refletir sobre sua trajetória política a partir de uma esfera específica, estabelecendo conexões entre dimensões não só políticas, mas também sociais, culturais e históricas. Para Sergej Utechin, estudar o pensamento político russo, em particular, requer reconhecer que não necessariamente encontraremos ideias que se originaram e só existiram na Rússia. Ele escreve:

It is more sensible to define Russian political thought as the sum total of what Russian people have in fact thought about political matters in the course of their history. Most of this Russia would share with some other

---

<sup>12</sup> UTECHIN, 1963, p. 16-22.

<sup>13</sup> BERLIN, 1978, p. 261.



countries, and for a better understanding both of the development of Russian thought itself and of its place in the political thought of mankind it is useful to put into the context of a wider body of thought.<sup>14</sup>

Destarte, é necessário que também estejamos atentos ao fato de que não há uma grande tradição no que se refere ao pensamento político russo em política externa, e que não é possível seguir sua lógica em uma linha reta contínua, o que significa dizer que é difícil determinar a temporalidade exata da influência de determinada ideia em cada contexto político. O caso russo é em si exemplar para ilustrar idas e vindas, avanços e recuos de tradições políticas e de diferentes ideias ao longo do tempo.

No que diz respeito à produção acadêmica sobre o pensamento político russo em política externa, guiar-nos-emos principalmente pelos estudos e enquadramentos teóricos de Andrei Tsygankov, que sintetizou, ao refletir sobre os mais de dez séculos de existência de seu país – simbolicamente datada a partir das movimentações políticas de povos eslavos e fínicos na antiga Rus<sup>15</sup> –, que o pensamento político da Rússia pode ser esquematicamente dividido em três tradições distintas: as tradições ocidentalista (*westernist*), estatista (*statist*) e civilizacionista (*civilizationist*).<sup>16</sup> Referenciar-nos-emos a essas três tradições como “trinca gloriosa”. Essas escolas não necessariamente se sucedem com o prosseguir do tempo, e cada uma delas continuou a se desenvolver a despeito da existência das demais. Em *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*, Tsygankov observa que:

As a borderland nation in an uncertain, often volatile external environment, Russia had to continuously respond to similar challenges to its security. These challenges included unrests in neighboring territories, threats of external invasion, and difficulties in preserving internal stage integrity. Over time, the country has developed three distinct traditions, or schools, of foreign policy thinking – Westernist, Statist, and Civilizationist. Throughout centuries, Westernizers, Statists, and Civilizationists sought to present Russia's international choices in ways consistent with the schools' historically established images of the country and the outside world.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> UTECHIN, 1963, p. 11.

<sup>15</sup> FRANKLIN; SHEPARD, 1996, p. 47-48.

<sup>16</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 4.

<sup>17</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 4.

Segundo a interpretação de Andrei Tsygankov, essas três escolas de pensamento marcaram a política externa russa com ideias que se transformaram e que, à sua maneira, se prolongaram no tempo.

### **1.1. A Imagem Reluzente do Ocidente: A Escola Ocidentalista**

Especialmente influente durante os séculos XVIII e XIX, a escola ocidentalista enfatiza as semelhanças que a Rússia compartilha com o Ocidente. De acordo com essa corrente de pensamento, contornar o atraso em relação aos países ocidentais deveria ser a principal tarefa dos políticos russos em vias de modernizar a Rússia, aplinar diferenças e emular os triunfos da civilização por eles considerada a mais progressiva do mundo.<sup>18</sup> O fato inegável do atraso da Rússia em relação à Europa era a principal preocupação dos adeptos do ocidentalismo durante o século XIX e início do século XX. Essa preocupação era também o preâmbulo de uma das principais teses ocidentalistas, pensada pelo czar Pedro I<sup>19</sup>, de que a Rússia necessitava avançar tecnologicamente tomando emprestado o exemplo ocidental e suas inovações.

Assim como seu pai, o czar Alexei, Pedro I tinha pressa em modernizar a Rússia. Interessado por tecnologias estrangeiras, o monarca recorreu a elas sobremodo para renovar e fortalecer as forças armadas russas. Em 1697, decidido a angariar apoio das elites para dar cabo as suas ideias modernizadoras, Pedro I partiu em uma longa excursão pela Europa, com o motivo oficial pacífico de “voltar com as tecnologias do Ocidente”.<sup>20</sup> Até aquele momento, nenhum czar russo havia viajado ao exterior se não para guerrear. A construção de São Petersburgo se deu nesse contexto de busca de poder, grandeza e modernidade ao modo ocidental europeu – a cidade se tornaria símbolo das ambições de Pedro I para a Rússia.

O historiador Robert Massie definiu bem o atraso da geração russa que testemunhou as reformas modernizantes impulsionadas pelo jovem Pedro I a partir do fim do século XVII – conhecidas pela designação “*Petrine reforms*”. Em sua biografia sobre o monarca visionário, Massie descreve que:

Nesse moderno mundo do século XVII, com todo seu esplendor, sua energia e seus males, os poucos russos que viajavam para outros países saíam

---

<sup>18</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 4. UTECHIN, 1963, p. 91-92.

<sup>19</sup> Pedro, o Grande (1672-1825) foi coroado czar aos dez anos de idade, mas só foi declarado imperador aos dezessete. Nesse ínterim, sua irmã, Sofia, governou a Rússia, se tornando a primeira mulher a fazê-lo (MASSIE, 2015, p. 105).

<sup>20</sup> MONTEFIORE, 2016, p. 136-137.

piscando os olhos como criaturas da escuridão que se deparam com a luz. Desaprovavam e desacreditavam da maioria das coisas que viam. Estrangeiros, obviamente, eram hereges, e o contato com eles trazia grandes chances de contaminação; de fato, todo o processo de condução de relações com os governos estrangeiros era, na melhor das hipóteses, um mal necessário.<sup>21</sup>

Pedro I, ocidentalista da vertente clássica, idealizava a grandeza da Rússia. Para ele, modernizá-la significava prepará-la para realizar suas potencialidades e conseqüentemente parar tomar lugar ao lado dos grandes poderes europeus. Não por coincidência, as mudanças econômicas e políticas arquitetadas pelo monarca também surtiram efeito na esfera do pensamento político russo. Para os ocidentalistas, as reformas progressistas de Pedro I significavam um abandono necessário de algumas das ideias que orientavam a política russa, notadamente “oriented toward Byzantium and Russia’s own past”.<sup>22</sup>

O pensamento cristão-ortodoxo, ou a ideologia bizantina, moldou as decisões da elite decisória da Rússia sobretudo entre os anos 1505 e 1613, datas que fazem referência ao início do reinado de Ivan III e à ascensão da família Románov, respectivamente. Essa ideologia marcava o pensamento político russo com a crença na autoridade absoluta do imperador sobre o Estado, que era a demarcação do reino de Deus na terra. Afirmava-se: “Though an emperor in body be like all other men, yet in power he is like God”.<sup>23</sup> O retrocedimento da influência bizantina se inscreveu no contexto mais amplo da ascendência do pensamento ocidentalista clássico, que declarava que a Rússia pertencia historicamente e culturalmente ao Ocidente. Entre os ocidentalistas clássicos, prevalecia uma noção estreita de que a Rússia precisava se manter unida a Europa. Como explica Dimitri Obolensky:

Historically and culturally Russia belongs to Europe, within which it formed, together with those Balkan countries where Orthodox Christianity has been the prevalent religion (Greece, Bulgaria, Serbia, and Rumania), a special subdivision [...] called Eastern Europe. Common to all countries belonging to this subdivision are the predominant Byzantine influence before

---

<sup>21</sup> MASSIE, 2015, p. 238.

<sup>22</sup> UTECHIN, 1963, p. 37.

<sup>23</sup> FLIER; ROWLAND, 1994, p. 189.

the eighteenth or nineteenth century and the Westernization that followed it.<sup>24</sup>

As reformas administrativas e político-militares de Pedro I significaram uma interpretação idealizada da Europa e uma projeção utopista da Rússia. O monarca, alcunhado em 1721 pelo senado como “Peter the Great, Father of the Fatherland, Emperor of All Russia”, firme em sua intenção de alterar o status político da Rússia no mundo, também prezava por tradições políticas moscovitas, escolhendo reinar autocraticamente. Um exemplo da ênfase no amplo poder pessoal de Pedro I estava registrado no Código Militar Criminal de 1715, em que se lê: “For his Majesty is an autocratic monarch who is not obliged to answer for his acts to anyone in the world; but he possesses the force and the authority to rule his states and lands as a Christian sovereign, according to his will and best judgment”.<sup>25</sup>

Especialmente após o reinado de Pedro I, para muitos russos, o Ocidente passou a simbolizar uma civilização superior, cujo sistema de valores poderia prover o enquadramento necessário para justificar as escolhas internacionais da Rússia. Mas essa percepção, apesar de dominante, não representava um consenso entre os ocidentalistas. O consenso, de fato, era o de que os valores ocidentais poderiam ser emulados ou contidos, mas nunca negligenciados. É certo que vingou entre o grupo dos ocidentalistas clássicos o projeto de uma Rússia modernizada, construída em torno da figura de um autocrata e da crença na vocação pró-ocidental do país. Os séculos XVIII e XIX representaram um ponto de inflexão na evolução do pensamento político russo. Sergej Utechin assim se expressou a respeito das ideias de Pedro I lançarem raízes profundas no pensamento político moscovita:

Peter's aim was to modernize the economy and the administration in order to enable Russia to realize its potentialities and take a place among the European powers equal to that of the most advanced countries. Modernization meant a great acceleration in the introduction of West European techniques, procedures, and ways of thought that had been slowly going on since the late fifteenth century, and progressive Westernization was the most outstanding feature in the development of political thought throughout the eighteenth century and the first quarter of the nineteenth. For seven centuries, Russian thought had been basically oriented toward

---

<sup>24</sup> OBOLENSKY, 1962, p. 3-6.

<sup>25</sup> KOLLMANN, 2012, p. 404.

Byzantium and Russia's own past; now it was inspired by the ideas and doctrines current in contemporary Western Europe.<sup>26</sup>

Nada obstante, mesmo interessado em copiar o modelo ocidental para superar o atraso cultural e tecnológico da Rússia, Pedro I não demonstrava interesse em abrigar toda sorte de valores políticos ocidentais como modelo para a realização de todas as suas ideias para a Rússia. O monarca rejeitava, por exemplo, o igualitarismo francês, e batia firme na tecla de continuar a fazer política à moda russa. À sua época, cabe detalhar, política era um assunto cuja discussão era de posse exclusiva de uma elite reduzida e muito autoritária.<sup>27</sup> Similarmente, o ensaísta e ocidentalista Boris Chicherin, coetâneo de Alexandre II (1818-1881) – outro notável reformista liberal e “pai da pátria” que tentou transformar a Rússia em um potentado europeu – sugeriu que a Rússia ainda não estava madura o suficiente para implantar um governo representativo.<sup>28</sup>

Nota-se, e é importante esclarecer esse ponto, que, ao longo da evolução da corrente ocidentalista, essa predileção por um governo autocrático deixou de ser reafirmada, especialmente após o fim da União Soviética, quando os ocidentalistas passaram a fazer forte oposição a qualquer sinal de autoritarismo. Do contrário, nota-se da corrente civilizacionista uma preferência por um governo autocrático e fortemente centralizado.

Antes dessa virada dentro da corrente ocidentalista, cabe dizer que a plenitude de poder para o czar – epíteto atribuído aos césores romanos – era valorizada por Pedro I. Em sua missão de consolidar a reputação da Rússia como um império e como um grande poder europeu, o autocrata enfatizava que o Estado era a pessoa do czar, e nada mais. No decurso da modernização moscovita, Pedro I afastou-se moderadamente da Igreja, chegando a abolir a tradicional posição da figura ortodoxa do patriarca.<sup>29</sup> Geoffrey Hosking, ao analisar as reformas hierárquicas de Pedro I, que emulavam principalmente os estilos governamentais da Suécia e da Inglaterra, diferenciou que:

He believed he did not need the church's guidance, but was directly answerable to God for the greatness and security of his state and for the

---

<sup>26</sup> UTECHIN, 1963, p. 37.

<sup>27</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 5-6.

<sup>28</sup> UTECHIN, 1963, p. 107.

<sup>29</sup> O patriarcado, instituição criada em 1589 que apregoava a missão ortodoxa da Rússia e que podia contestar as decisões dos czares, deixou de existir durante todo o reinado dos Románov; foi restaurado em 1943 por Stálin, que desejava fomentar o espírito nacionalista russo. MONTEFIORE, 2016, p. 188.

welfare of his people. He was convinced that these aims could be achieved only by making Russia a fully European country. His eulogists boasted of his having dragged Russia from “darkness into light”.<sup>30</sup>

Essencialmente, as medidas de Pedro I para a reforma da Igreja causaram desgosto entre parte da nobreza palaciana. Chamavam-no de anticristo e criticavam-no pelas mudanças que renunciavam aos modos russos em favor dos “heréticos” modos europeus. Sobre isso, Simon Franklin escreveu que “Peter did not secularize Russia, but outside the church he legitimized, created space for, and assiduously promoted secular culture”.<sup>31</sup> Os atos tinham, ademais, contornos políticos e diplomáticos, e o monarca transformou a Igreja em um instrumento útil para o seu império. Os membros do sacerdócio do Santo Sínodo agora respondiam às demandas do imperador, ficando encarregados até mesmo de denunciar conspirações contra o Estado. Nas palavras de Geoffrey Hosking, com Pedro, o Grande, “the church now became a constituent component of the state”.<sup>32</sup>

No contexto do secularismo estatal europeu, em voga à época em que Pedro I deu início ao seu reinado, grassava na Rússia uma forte ideologia de patriotismo estatal. O sistema encetado por Pedro I, amparado firmemente na lealdade ao Estado, representou uma guinada nacionalista na história do país. Sob a oposição da Igreja, o monarca afirmava que, da parte do povo, não deveria haver diferença entre o respeito dispensado a Deus e à figura do czar. Segundo Theophan Prokopovich, conselheiro pessoal de Pedro I, o imperador de “todas as Rússias”<sup>33</sup> era “an autocratic and unlimited monarch. To obey his supreme authority, not only from fear, but also from conscience, God himself commands”.<sup>34</sup> A política russa, ao modelo da política ocidental europeia, “was becoming the politics of accumulating national power rather than affirming religious values”.<sup>35</sup> Apesar disso, a visão de que o monarca era o protetor dos cristãos ortodoxos desempenhou um papel relevante na política externa russa até o fim do século XIX.

O pensamento ocidentalista clássico, que, como vimos, derivou em peso das mudanças iniciadas pelas “ideias petrinas”, anda sempre às voltas com a sugestão de que as vicissitudes

---

<sup>30</sup> HOSKING, 2012, p. 55-56.

<sup>31</sup> FRANKLIN; WIDDIS, 2004, p. 102.

<sup>32</sup> HOSKING, 2012, p. 59.

<sup>33</sup> A expressão “todas as Rússias” era usada pela dinastia monárquica para fazer referência às terras governadas pelos mongóis por quase dois séculos. A Grande Rússia era representada por Moscou; a Rússia Branca, pela Bielorrússia; a Pequena Rússia, por seu turno, era representada pela Ucrânia. MONTEFIORE, 2015, p. 104.

<sup>34</sup> UTECHIN, 1963, p. 41.

<sup>35</sup> TSYGANKOV, 2012, p. 2.

da nação russa se assemelham e se misturam às do ocidente. A imagem do ocidente, vista pelo olhar que vinha da elite política russa, teve seus contornos desfeitos e refeitos com o avançar das décadas e dos séculos. Num primeiro momento, surgiu associada aos valores políticos europeus, e, mais tarde, mais especificamente após o término da Segunda Guerra, associada aos valores da ordem política liberal. Na definição de Andrei Tsygankov, existiram para a Rússia, desde o século XVII, diferentes ocidentes. O autor relata:

[...] Western contexts were changing over time, presenting Russia with different policy dilemmas. More specifically, different Wests have been associated respectively with sovereign monarchy, the rise of a liberal political system, and finally the consolidation of a liberal political system.<sup>36</sup>

Ao pormenorizar a influência da escola ocidentalista no pensamento político russo, Andrei Tsygankov se concentra, também, nas ideias dos ocidentalistas liberais. Passada a era das grandes reformas políticas que restauraram a autoridade imperial da Rússia, reformas atribuídas principalmente aos anos dos reinados de Pedro I (1682-1721) e de Catarina II (1762-1796), o governo czarista, diante das rápidas mudanças internacionais, reconsiderou intensificar a emulação de valores ocidentais. Diferentemente dos ocidentalistas clássicos, os ocidentalistas liberais se posicionavam de maneira favorável à união da Rússia ao Ocidente sob qualquer custo, a despeito da soberania moscovita, dos símbolos da pátria e dos interesses nacionais do Estado.<sup>37</sup>

Em termos gerais, os ocidentalistas argumentavam que a Rússia enveredou pelo caminho certo quando Pedro I emulou modelos sociais e políticos do Ocidente. Os reinados de Pedro I e de Catarina II, que num conjunto são indicados pela historiografia como o período de apogeu do Império Russo, são caracterizados por uma intensa modernização da Rússia, em grande parte porque o czar e a czarina pretenderam aproximar a cultura e os valores políticos da Rússia dos padrões ocidentais. Mormente, o ocidentalismo clássico reflete as ideias pretendidas por Pedro I para a Rússia. Se o imaginário dos ocidentalistas clássicos se concentrava nos exemplos fixados pela Europa ocidental, o dos ocidentalistas liberais da Rússia soviética se voltava principalmente para o modelo político cimentado pelos Estados Unidos da América. Regressaremos a esse assunto adiante, quando nos referirmos às mudanças ocorridas nas tradições da trinca gloriosa durante a Era Soviética.

---

<sup>36</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 2.

<sup>37</sup> TSYGANKOV, op. cit., p. 18-22.

## 1.2. Nunca Iguais aos Outros: A Escola Civilizacionista

As bases do pensamento político da escola civilizacionista, uma das que compõem a trinca das grandes e contínuas tradições do pensamento russo em política externa, remontam aos séculos XV e XVI, marcadores da unificação nacional em torno da Moscóvia (*Muscovy*) e do impulso expansionista pela conquista de territórios no exterior próximo (*near-abroad*). A unificação russa, resultado de anos de luta pela reconquista do território ocupado por mongóis e por tribos não eslavas, possibilitou que o Estado Moscovita assumisse uma forma durável, que foi legada ao Império Russo.<sup>38</sup>

A formação e a ascensão da Moscóvia, região que tinha seu centro na cidade de Moscou, serviram como antecedentes para a cristalização do Império Russo. Mediante a exploração e a ocupação de territórios vizinhos, o poder da Moscóvia cresceu aceleradamente. Pretendendo obter acesso a vias navegáveis e rotas comerciais, estima-se que, entre 1359 e 1425, seu território foi expandido em até oito vezes.<sup>39</sup> Essa expansão territorial também foi marcante no reinado de Ivan III – um dos últimos czares Rurik, nome que remete ao fundador da dinastia imperial russa –, sendo avaliado que, entre 1462 e 1505, “o Estado moscovita foi capaz não apenas de reunir força militar suficiente para se livrar da suserania dos tártaros, como multiplicou a área sob o seu domínio em mais de quatro vezes”.<sup>40</sup>

Enquanto uma filosofia russa de política externa, o civilizacionismo se assenta nas ideias propagadas durante a expansão territorial mais marcante da história da Rússia, que aconteceu durante o reinado de Ivan IV, que foi posteriormente imortalizado pela alcunha Ivan, o Terrível.<sup>41</sup> Andrei Tsygankov se detém a esse argumento, e explica: “civilizationism dates back to Ivan IV’s gathering of Russian lands after the Mongol Yoke and to the dictum ‘Moscow is the third Rome’, which was adopted under Ivan”<sup>42</sup>. Ao descrever essa experiência inicial da dominação russa sobre seus territórios vizinhos, João Bertonha sintetiza:

As conquistas no oeste, onde os russos enfrentaram povos militarmente mais fortes, como os suecos e poloneses, foram menos importantes, mas foram largamente compensadas pelos substanciais ganhos no leste. Ali, aproveitando-se da fraqueza dos Estados tártaros remanescentes (a maioria

<sup>38</sup> RIASANOVSKY, 2000, p. 80-88.

<sup>39</sup> CHANNON; HUDSON, 1996, p. 39.

<sup>40</sup> BERTONHA, 2009, p. 25.

<sup>41</sup> Embora Ivan IV (1530-1584), o primeiro grão-príncipe a ser coroado czar – a forma russa de “césar” –, tenha obtido sucesso expandindo o Império Russo, adquirindo poder e prestígio, a situação interna do país era muito ruim. MONTEFIORE, 2017, p. 54-56.

<sup>42</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 7.



convertida, nos séculos anteriores, ao islamismo), houve substancial expansão, com a conquista da bacia do Volga e a penetração da Sibéria. Os russos agora comandavam povos que não eram etnicamente russos e nem sequer eslavos, formando um verdadeiro Império, com cerca de doze milhões de habitantes.<sup>43</sup>

Baseada em princípios que vem da época do reinado expansionista de Ivan IV, a escola civilizacionista introjetou no pensamento russo em política externa a ideia de que a Rússia deve desafiar o sistema de valores proveniente do ocidente e insistir de maneira comprometida na sua singularidade cultural e política. Os adeptos dessa escola de pensamento, independente das correntes em que ela se desdobra, partilham da opinião de que a Rússia é uma nação excepcional e distinta das demais, e que é nessa diferença que reside o seu potencial e a sua força. Providos de um elevado respeito pela cultura e pelas tradições russas, os civilizacionistas asseveram que seus valores, à luz dessa apreciação do passado russo, precisam ser transplantados em definitivo para a política externa. Ademais, segundo Tsygankov, “civilizationists have always seen Russian values as different from those of the West, and they have always attempted to spread Russian values abroad, outside the West”.<sup>44</sup>

Quando a Rússia começou a se projetar no sistema internacional, seu exterior próximo (*near-abroad*) foi pensado como o cenário para a experimentação de sua política externa. Nesse sentido, a expansão encorajada por Ivan IV representou um dos componentes para o entendimento do futuro da potência russa. Data desse contexto a ideologia imperialista da Rússia czarista, “que considerava direito e dever da Rússia se expandir pelo mundo”.<sup>45</sup> Essa característica do expansionismo russo é fundamental para o entendimento do civilizacionismo clássico, uma vez que esse advoga em favor da identidade imperialista do Império Russo. Conforme percebeu Tsygankov, os civilizacionistas recomendavam que a Rússia concentrasse sua expansão em áreas contíguas aos territórios que já haviam sido subjugados, com ênfase nas fronteiras do leste e do sul.

Na sua interpretação do civilizacionismo russo, Geoffrey Hosking sugere que podemos notar um dos temas recorrentes da história russa: “the ordinary people welcome a strong ruler because he can defend them both from external aggressors and from their own

---

<sup>43</sup> BERTONHA, 2009, p. 24-25.

<sup>44</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 7.

<sup>45</sup> BERTONHA, 2009, p. 29.

internal strongmen”.<sup>46</sup> Contrários a aproximar o Estado e a cultura russa dos modelos ocidentais, os civilizacionistas clássicos reforçavam o papel patriótico do governante – melhor representado pela realeza da figura do monarca – diante da ameaça dos invasores estrangeiros.

A tradição de pensamento civilizacionista, para além de deitar louvores ao sistema de valores russo, argumenta que os países ocidentais desejam, em sua missão de hegemonia global, enfraquecer a Rússia.<sup>47</sup> Visualizando o mundo em termos de disparidade e competição, esse grupo se esmerou em imaginar o Ocidente como hostil à Rússia, defrontando cada situação de relação com os países desse “mundo diferente” com desconfiança. Mas é curioso notar, por exemplo, que os adeptos dessa corrente acabam por se contradizer: mesmo não sendo desejosos de buscar uma similaridade com o mundo ocidental, aspiram serem respeitados por ele.

Na percepção dos civilizacionistas, as reformas de Pedro I, que reproduziram ideias ocidentais na Rússia, jamais deveriam ter acontecido. As tradições da antiga Rússia, em contrapartida, precisavam ser restauradas, e “tudo que fosse novo deveria parecer tradicional”.<sup>48</sup> Com tantos propósitos distintos para a atuação doméstica e internacional da Rússia, a diferença entre as escolas ocidentalista e civilizacionista ocasionou um entusiasmado debate intelectual durante o século XIX, criando “dividing walls” intransponíveis entre as duas.<sup>49</sup> A primeira das subdivisões da tradição civilizacionista é emblemada pelos eslavófilos, grupo constituído de pensadores que imaginavam e defendiam a ideia de um excepcionalismo russo, e que sugeriam que até mesmo a política externa do seu país necessitava resguardar as tradições moscovitas. Contrário a essa visão, Vissarion Belinski, filósofo russo de orientação ocidentalista, teve sua inflamada crítica aos eslavófilos descrita por Isaiah Berlin, autor de *Russian Thinkers*, da seguinte forma:

As for the Slavophiles, their passion for old Russian ways and manners, for traditional Slav dress and Russian song and dances, for archaic musical instruments, for the rigidities of Byzantine Orthodoxy, their contrast of the spiritual depth and wealth of the Slavs with the decadent and ‘rotting’ west, corrupted by superstition and sordid materialism – this was childish vanity

---

<sup>46</sup> HOSKING, 2012, p. 43-44.

<sup>47</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 61.

<sup>48</sup> MONTEFIORE, 2017, p. 71.

<sup>49</sup> BERLIN, 1978, p. 6.

and delusion. [...] What had Byzantium and Russia to offer? Only the great Peter, and he belonged to the west.<sup>50</sup>

Ambos os grupos, eslavófilos e ocidentalistas, procuraram provar a validade e a superioridade dos seus argumentos em seus círculos de debate. Os ocidentalistas enalteciam o modelo político ocidental e as filosofias que passaram a ser disseminadas na Rússia a partir do reinado de Pedro I, e os eslavófilos exigiam o entendimento de que a Rússia era mais do que um local geográfico, sendo berço de heranças que, se esquecidas, impossibilitariam a compreensão das terras que viraram o Império Russo. Para Nicholas Riasanovsky, a agitação nacionalista do século XIX intensificava a campanha dos eslavófilos contra as influências ocidentais na Rússia. Como explica Simon Franklin, “Slavophile intellectuals [...] tended to hold up pre-Petrine Russia as the ‘true’ Russia”.<sup>51</sup> O fato é que as demonstrações pró-ocidentais de Pedro I nos idos do século XVII propeliram a Rússia a entrar em definitivo num ciclo de idas e vindas de fases de ocidentalização. Riasanovsky, no entanto, explica que os eslavófilos prognosticavam a chegada de uma era sem influências externas na Rússia:

[...] Peter the Great introduced the principles of rationalism, legalism, and compulsion into Russian, where they proceeded to destroy or stunt the harmonious native development and to seduce the educated public. The Russian future lay in a return to native principles, in overcoming the Western disease. After being cured, Russia would take its message of harmony and salvation to the discordant and dying West.<sup>52</sup>

Como estímulo adicional ao princípio eslavófilo de que a Rússia deveria desenvolver a sua própria identidade por não pertencer nem à Europa, nem à Ásia, havia, entre os civilizacionistas, a percepção de que a Europa ocidental rejeitava a “*européanness*” russa.<sup>53</sup> Muito antes do início do século XIX, a Rússia vinha estreitando relações diplomáticas e comerciais com as potências europeias, desejosa, dentre outras coisas, de ser aceita como um grande poder no sistema de nações. Diante dessa situação, entre os eslavófilos, persiste a opinião de que, ao longo dos séculos, os poderes ocidentais nunca acolheram a Rússia em termos de igualdade. Alexander Sergunin deslinda esse pensamento ao escrever que:

---

<sup>50</sup> BERLIN, 1978, p. 163-165.

<sup>51</sup> FRANKLIN; WIDDIS, 2004, p. 102.

<sup>52</sup> RIASANOVSKY, 2000, p. 336.

<sup>53</sup> SERGUNIN, 2015, p. 15-16.

For centuries Europe was a source of both cultural inspiration and security threat, advanced technologies and innovations which destroyed Russian traditions and values. [...] Russia was always eager to be a part of Europe not only in a geographic sense but also in terms of civilization. However, Europe was reluctant to acknowledge Russia's 'Europeanness'. Russia's century-dated efforts to form a system of European alliances where Moscow could act on the equal footing with other great powers were a story of failure. [...] The West's reluctance to admit post-Communist Russia into major security and economic Euro-Atlantic institutions such as NATO and the EU convinced the Kremlin that the old practice continued.<sup>54</sup>

Insistentes sobre as singularidades russas em relação ao Ocidente e ao Oriente, os adeptos da corrente eslavófila nunca clamaram demonstrar apoio às medidas imperialistas russas, confiantes no “reavivamento imperial” de seu país. Para Elgiz Pozdnyakov, não se trata apenas de ocupar territórios e de explorá-los de maneira proveitosa, mas também de reforçar a autoridade central da Rússia. Nesse sentido, a despeito de não fazer parte do Ocidente ou da Ásia, a Rússia, “being situated between two civilizations, was a natural keeper of both a civilized equilibrium and a world balance of power”.<sup>55</sup>

Para os eslavófilos, a Rússia tinha seus próprios valores para propagar para o mundo, e por isso os dirigentes políticos deveriam resistir à influência de modelos europeus de cultura e organização política. Em 1836, Petr Chaadaev, filósofo que se opunha aos eslavófilos, asseverou que a Rússia era um buraco negro entre as demais civilizações, existindo como se em suspenso entre as nações europeias e as asiáticas. Ele teria afirmado que: “Alone in the world, we have given nothing to the world, learned nothing from the world, and bestowed not a single idea upon the fund of human ideas”.<sup>56</sup> É certo que os eslavófilos discordavam sobremaneira dessa ideia. Argumentavam que a Rússia era proveniente das mais diversas culturas, e que essas culturas criaram formas de identidade desvinculadas de um “modelo europeu”. Sobre esse tema, Geoffrey Hosking esmiuçou que:

The Slavophiles affirmed that Russia did have its own distinct and valuable contribution to make. It had preserved the integrity of Orthodox Christianity,

---

<sup>54</sup> SERGUNIN, 2015, p. 19.

<sup>55</sup> POZDNYAKOV, 1993 apud SERGUNIN, 2015, p. 89.

<sup>56</sup> GIFFORD; HAUSWEDELL, 2010, p. 226.

which in most of Europe had been destroyed either by power-loving Popes or by rationalist, individualist Protestants. The spirit of community (*sobornost*), which the church had upheld, was also exemplified in the peasant community and the workmen's cooperative (*artel*), where resources were shared and periodically redistributed to reflect the changing needs of individual households. In the West, human beings were spiritually impoverished, tainted by mercenary *laissez-faire* ailments. In this way, the Slavophiles made a virtue of Russia's local communities of joint responsibility. But they also warned that Russia's monarchy was itself, since Peter the Great, becoming dangerously Westernized.<sup>57</sup>

Especialmente no século XIX, os ideólogos do grupo eslavófilo, rigidamente puritanos, se orientavam por uma crença na superioridade dos valores russos, e estavam convencidos de que a Rússia, e não o Ocidente materialista, “held within itself the key to a purer form of community, a new Jerusalem based on Orthodox faith and true fellowship of the village commune”.<sup>58</sup> A centralidade da Igreja Ortodoxa no pensamento político civilizacionista é digna de nota. Numa visão retrospectiva, foi durante o reinado do czar Ivan III que a ideia do caráter singular da Rússia passou a ser vinculada à disseminação da fé ortodoxa. Como explica Simon Montefiore, “Moscou era considerada pelos russos a capital sagrada, uma nova Jerusalém”.<sup>59</sup> De modo geral, os civilizacionistas partilham o pensamento de que a Rússia está destinada a proteger a ortodoxia.<sup>60</sup>

Não era circunstancial que os eslavófilos tivessem como lema os dizeres “ortodoxia, autocracia e nacionalidade” (*pravoslavie, samodержavie, narodnost*). Patrióticos, seus pensadores elaboravam que o destino da Rússia estava intimamente ligado com o destino da monarquia e da Igreja, e que a questão da nacionalidade se referia a uma consciência nacional étnica que deveria ser protegida pelo governo central. De acordo com essas ideias, o povo russo, como um todo, deveria se “russificar”, retomando o contato com as antigas tradições que haviam sido depreciadas durante o governo ocidentalista de Pedro I. Todavia, há quem argumente que os civilizacionistas do século XIX se apropriaram tardiamente de um discurso de sentimento ufanista, visto que a própria busca por uma identidade cultural e por uma

---

<sup>57</sup> HOSKING, 2012, p. 67-68.

<sup>58</sup> CARNAGHAN, 2007, p. 25-26.

<sup>59</sup> MONTEFIORE, 2016, p. 67.

<sup>60</sup> RIASANOVSKY, 2000, p. 362-364.

idealização das origens da Rússia só emergiu no governo de Pedro, o Grande. Hubertus Jahn explica que:

The emergence of a national consciousness in Russia was both a result of and a reaction against Western influences. Closely related to this development was the appearance of a national culture. This national culture did not differ much from its counterparts in Western Europe. In other words, just as in other countries, it relied heavily on the discovery of a glorious historical past and on the creation of a national language, literature, and music.<sup>61</sup>

Por volta dos séculos XVII e XVIII, tão logo tiveram prosseguimento os anos dourados do expansionismo russo, com a absorção de territórios do seu exterior próximo e de outras direções geográficas (i.e. a exploração do Alasca), a Rússia, por consequência, intensificou sua autoridade sobre diferentes povos, que incluíam, por exemplo, armênios, georgianos, chechenos, ucranianos, poloneses, e também povos de religiões distintas. Segundo Sergej Utechin, o acúmulo dessas experiências com diferentes povos, somado a xenofobia incontestável entre muitos eslavófilos<sup>62</sup>, gerou um renovado sentimento de pan-eslavismo entre os civilizacionistas no auge do debate contra os ocidentalistas, no século XIX.<sup>63</sup>

Na Rússia, a teoria do pan-eslavismo tomou proporções bastante significativas no fim do século XIX. Entre seus adeptos iniciais, que organizaram o Congresso Pan-Eslavo em Moscou no ano de 1867, perdurava o raciocínio de que a Rússia, como um país eslavo independente, rico em recursos militares e vasto em extensão territorial, tinha a obrigação de liberar os eslavos do jugo alemão e da dominação turca, e agregá-los sobre a proteção espiritual do czar. A tarefa da política externa moscovita, então, era a de agir em vias de realizar esse objetivo, formando um grande império eslavo liderado pelo czar. Os civilizacionistas pan-eslávicos, nesse sentido, defendiam “the notion of Slavic unity, and their ideology of Pan-Slavism affected some of the czar’s foreign policy decisions”.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> JAHN apud FRAKLIN, WIDDIS, 2004, p. 56.

<sup>62</sup> Nas palavras de Sergej Utechin, os eslavófilos, apesar de apresentarem essa designação nominal, “took little interest in the actual life of non-Russian Slavs”. UTECHIN, 1963, p. 85.

<sup>63</sup> UTECHIN, 1963, p. 84-87.

<sup>64</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 8.

Mediante a percepção de um caráter excepcional da Rússia, que seria a herdeira do legado do Império Romano oriental, os civilizacionistas, nostálgicos também do imperialismo de Pedro I e Catarina II, salientam como fundamental a responsabilidade do Estado de defender as fronteiras da Rússia. Essa preocupação com a integridade territorial russa não deixa de ser uma apreensão que perpassa a mente dos adeptos de diferentes tradições do pensamento político russo, mas ela é nuançada de uma maneira distinta pelos civilizacionistas. Para eles, a sobrevivência territorial do Estado russo deve estar constrangida pelo confronto direto aos países ocidentais, uma vez que esses seriam os responsáveis pela ameaça ao espaço da Rússia.

No intuito de salvaguardar o espaço territorial da Rússia, os civilizacionistas recomendam que a elite decisória permaneça atenta ao perigo do acercamento (*encroachment*) perpetrado pelo Ocidente. Esse temor da ameaça ocidental comporta uma contradição política entre os civilizacionistas: a restauração do Império Russo deveria ser perseguida, levando no bojo os ideais de proteção dos valores culturais russos; ao mesmo tempo em que o afastamento das potências ocidentais também deveria ser continuado, já que a cooperação diplomática com países que ameaçam as fronteiras da Rússia seria impensável. Corresponde essa contradição ao fato de que, se a Rússia intentasse restaurar suas aspirações imperiais, isso geraria uma ameaça óbvia aos poderes ocidentais, ao passo que esses mesmos poderes poderiam responder com um acercamento contra a Rússia, gerando uma sensação de insegurança nas fronteiras do país. No entanto, aos olhos dos civilizacionistas, a restauração imperial da Rússia deveria surgir como uma reação ao desafio estratégico colocado pelo acercamento ocidental.<sup>65</sup>

Um terceiro subgrupo pertencente à escola civilizacionista é o dos autointitulados eurasiaticistas, e a especificidade desse estrato intelectual é o da caracterização da Rússia como um império terrestre (*land-based empire*) que deve estar sempre numa posição defensiva em relação aos poderes atlânticos (*sea-based powers*), definição essa associada especialmente com os Estados Unidos. O principal argumento dos eurasiaticistas alega que o expansionismo é a melhor estratégia para assegurar a segurança da Rússia.<sup>66</sup> O engajamento dos eurasiaticistas no debate de política externa russa foi especialmente expressivo na era soviética, assunto a ser tratado com maiores detalhes na próxima seção deste capítulo.

---

<sup>65</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 223-224.

<sup>66</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 8.

Em suma, a escola civilizacionista se caracteriza pela sustentação da ideia de que a Rússia não pode olvidar seu caráter singular, seu legado histórico e as tradições culturais que remontam ao seu passado imperial. Ademais, essa escola de pensamento é favorável a uma postura diplomática e militar combativa em relação aos países do ocidente, uma vez que esses representariam a principal ameaça à unidade territorial russa. Em realidade, no que diz respeito à conduta externa da Rússia, os civilizacionistas, em geral, sejam eles eslavófilos, pan-eslavistas ou eurasianistas, aderem a um discurso expansionista de reavivamento imperial.

### **1.3. Os Imperativos de uma Derzhava: A Escola Estatista**

Ao particularizar as diferenças entre as três consagradas escolas de pensamento político russo em política externa – as escolas ocidentalista, civilizacionista e estatista – Andrei Tsygankov reflete que, dentro dessa trinca de tradições, a escola estatista é a mais influente nos espaços de tomada de decisão do Krêmlin, porquanto enfatiza “values of power, stability, and sovereignty over those of freedom and democracy”.<sup>67</sup> As ideias dessa escola vão girar em favor da centralização do Estado russo, interpretado, real e simbolicamente, como um complexo de mando e hierarquia.

Outro aspecto crucial, e muito peculiar, da escola estatista é o fato de que os países ocidentais são vistos como potenciais ameaças à Rússia porque os valores por eles disseminados tendem a questionar o modelo governamental russo. Escreve Shavkat Kazymov que “Statism is reinforced and accompanied by a strong national idea. For Statists, the West is seen as a threat to a strong state because Western interests are thought to weaken statehood in Russia”.<sup>68</sup> Todavia, ao contrário dos civilizacionistas, que asseveram com todas as letras que se opõem ao Ocidente, os estatistas dizem não serem inerentemente hostis a ele, e até mesmo manifestam apoiar o engajamento da Rússia com países como, por exemplo, os Estados Unidos. Incoerências à parte, o estatismo sugere que o Ocidente representa uma ameaça passível de ser contida nas ocasiões em que o *status quo* russo for por ele desafiado, mas que não representa um adversário que deve ser hostilizado continuamente.

Similarmente, em pelo menos outro aspecto civilizacionistas e estatistas são discordantes: os adeptos da primeira escola rejeitam a ideia de que a Rússia coopere com o Ocidente, ao tempo em que os estatistas sugerem que a Rússia evite confrontar o mundo

---

<sup>67</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 5.

<sup>68</sup> KASYMOV, 2012, p. 61.



ocidental na medida do possível, e que opte pelas soluções diplomáticas em casos de discordância e embate. Por outro lado, a prudência dessa opção pela cooperação é puramente estratégica, visto que os estatistas, assim como os civilizacionistas, ambicionam obstruir o envolvimento e a influência de países ocidentais nas questões domésticas e de política externa da Rússia. Por força dessa disposição para tentar filtrar influências externas, os estatistas, também de maneira similar aos civilizacionistas, superestimam a importância do patriotismo e do comprometimento com valores tradicionais para a preservação do Estado.

Na lógica estatista, também parcialmente similar à ocidentalista, o Ocidente é um ponto de referência para a Rússia. A especificidade da leitura estatista, no entanto, é a de que a Rússia precisa se ajustar ao modelo ocidental ao mesmo tempo em que preserva seu próprio legado cultural e histórico. Argumenta-se que as particularidades do maquinário estatal e da herança cultural moscovita só devem ser perpetuadas na medida em que elas favoreçam a Rússia. Nesse sentido, emular as nações ocidentais é admissível e recomendável na medida em que isso sirva para o propósito de empoderar a Rússia, equipando-a de poderes materiais e imateriais que equiparem-na às grandes civilizações ocidentais.

O estatismo também insere no debate de política externa da Rússia o componente de preocupação com ameaças externas que possam de alguma forma colocar em cheque a segurança do Estado.<sup>69</sup> Por seguirem a interpretação de que a Rússia está localizada em um ambiente geopolítico instável e perigoso, de forma que perdas territoriais representam uma ameaça tangível e eminente quando se está cercado por outras potências militares, os estatistas explicitam a necessidade de que o Estado russo se fortaleça militarmente. O argumento é o de que somente um Estado forte e centralizado seria capaz de investir nos meios militares que dariam uma vantagem estratégica à Rússia em sua missão de proteger seu território. Para o grupo estatista, o Krêmlin deve estar atento às seguintes questões: o que é preciso para que o Estado intensifique sua autoridade e como essa autoridade pode ser usada em defesa do território russo?

De acordo com Tsygankov, o gatilho que deflagra a preocupação russa com a perspectiva de uma invasão estrangeira é a memória coletiva de invasões que ocorreram no passado e que causaram a destruição interna do país. O autor explica o porquê de os estatistas manterem essa desconfiança acesa da seguinte forma:

---

<sup>69</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 7.

Ever since the two-centuries-long conquest by the Mongols, Russians have developed a psychological complex of insecurity and readiness to sacrifice everything for independence and sovereignty. Multiple wars in Europe and Asia further reinforced this mentality and provided Statism's supporters with extra justifications for their reasoning.<sup>70</sup>

Numericamente, o único país que possui um número superior de vizinhos territoriais em comparação à Rússia é a China.<sup>71</sup> Esse fato consiste em uma das preocupações mais flagrantes do pensamento estatista. Os aderentes dessa escola argumentam que a posição geográfica excepcional da Rússia justifica todo e qualquer investimento em suas capacidades militares. É por essa razão que Pedro I é visto como um líder exemplar aos olhos dos estatistas, uma vez que ele prezava pela segurança do Estado e pela competitividade militar da Rússia. Tsygankov observa: “Unlike Westernizers emphasizing Peter's Europeanness, Statists relate to Peter's military competitiveness”.<sup>72</sup> Pedro I reinou durante um período marcado por guerras consecutivas – nesse período, o czar ambicionava garantir o domínio sobre a Sibéria ao leste, adquirir um acesso para o Mar Negro ao sul, e, ao norte, conquistar uma saída para o Mar Báltico. Para aumentar suas chances de obter ganhos territoriais, Pedro I investiu na modernização e na reorganização das Forças Armadas russas, que receberam diversas melhorias, incluindo bases navais estacionadas no Báltico.<sup>73</sup>

Embora não exista entre os estudiosos do pensamento político russo um consenso sobre a data precisa do surgimento da escola estatista, muitos alegam que ela começou a se delinear na década de 1850, a partir do início do reinado de Alexandre II. Como explicou Andrei Tsygankov, as ideias do príncipe Alexandre Gorchakov, ministro das Relações Exteriores do imperador Alexandre II, serviram de inspiração inicial para a composição do repertório intelectual dos estatistas.<sup>74</sup> Alexandre II e Gorchakov herdaram uma difícil situação política frente à constelação de poderes europeus da qual seus antecessores desejavam fazer parte, uma consequência resultante da desastrosa – para a Rússia – Guerra da Crimeia. De acordo com Orlando Figes, essa guerra foi um momento crucial no aprofundamento do ressentimento dos russos contra o Ocidente.<sup>75</sup> Esse conflito frustrou a política expansionista russa, trazendo quase meio milhão de mortes e enormes perdas territoriais, demonstrando a

---

<sup>70</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 6.

<sup>71</sup> A China faz fronteira com 16 países; a Rússia, com 14 países.

<sup>72</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 7.

<sup>73</sup> BERTONHA, 2009, p. 28-29.

<sup>74</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 7.

<sup>75</sup> FIGES, 1996, p. 70-72.

“fraqueza econômica e militar russa frente ao Ocidente”.<sup>76</sup> Investir na competitividade militar russa se tornou uma das metas do Império, uma vez que o exército se mostrou despreparado e mal equipado em comparação a, por exemplo, o exército britânico. Alexandre II e Gorchakov compreenderam que, sem uma reforma, a força militar russa “jamais teria como competir com exércitos do Ocidente industrializado”.<sup>77</sup>

As iniciativas de Gorchakov levaram para o centro da linguagem estatista a ideia de que a Rússia está continuamente exposta a ameaças externas e de que a solução para esse problema reside não apenas na elevação do seu poder, mas também na consecução de um comportamento pragmático em relação ao Ocidente. Gorchakov planejava flexibilizar as alianças políticas da Rússia e limitar seu envolvimento em querelas europeias. A fim de garantir a sua sobrevivência, a Rússia teria de se aproximar dos países ocidentais quando isso lhe conviesse e de se distanciar quando isso lhe lesasse. Esse aspecto do pensamento estatista é sintetizado por Tsygankov como uma estratégia de preservação do “great power status” russo, uma estratégia que não necessariamente precisaria perpassar pela busca incessante de “special relationships with Western nations”, ideia que, como vimos, é propagandeada pelos ocidentalistas.<sup>78</sup>

Defensor das reformas sociais, econômicas e militares do governo de Alexandre II, Alexandre Gorchakov, antes da assinatura do acordo de paz que pôs um fim à Guerra da Crimeia (1853-1856) e selou um grave revés para o Império dos Románov – a Rússia perdeu a Bessarábia e suas fortificações no Mar Negro –, escreveu “a Rússia não se abate, a Rússia está se recuperando”.<sup>79</sup> De fato, muitas transformações ocorreram na Rússia durante o reinado de Alexandre II. Após meia década de negociações com a nobreza, o imperador aboliu a servidão, libertando mais de vinte milhões de servos. Mais reformas se seguiram a essa, como a criação de um judiciário independente e de assembleias inclusivas para camponeses e pequenos comerciantes.<sup>80</sup> As reformas realizadas por Alexandre são consideradas importantes para a compreensão do pensamento estatista porque elas revelam uma posição um tanto paradoxal: todas as “liberdades” concedidas ao povo visavam sobremaneira o fortalecimento da “sacrossanta autocracia” russa. Quanto a esse assunto, Geoffrey Hosking escreveu:

---

<sup>76</sup> BERTONHA, 2009, p. 36.

<sup>77</sup> MONTEFIORE, 2016, p. 493.

<sup>78</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 26.

<sup>79</sup> MONTEFIORE, 2016, p. 495.

<sup>80</sup> EKLOF, 1994, p. 19-38.

Other reforms were intended to create civil society on a ‘Western’ model. Censorship was eased, to facilitate open discussion of social problems. Education at all levels was expanded, and was opened to all social estates. Most controversial of all, the judicial system was totally reformed. [...] In a sense, this was the first serious limitation on autocracy, since it implied that law, as determined by courts, was the highest authority. [...] It was certainly difficult to combine it with autocracy. However, autocracy remained unchanged.<sup>81</sup>

Na interpretação de Andrei Tsygankov, um dos raciocínios mais tradicionais da escola estatista é o de que todo tipo de mudança, concessão ou inovação realizada pelo governo deve estar “subjected to the main objective of strengthening the state”.<sup>82</sup> A bem da verdade, como ressaltou Simon Montefiore, “Alexandre era um autocrata reformista, mas mesmo assim um autocrata”<sup>83</sup>; fortalecer a autocracia era o seu principal objetivo. Para explicar essa nuance do estatismo e exemplificar como ela se prolongou no tempo, Tsygankov compara as escolhas de Alexandre II às de Mikhail Gorbachov, que ambicionava renovar e robustecer o programa comunista do Estado soviético a partir das reformas perestroika e glasnost.<sup>84</sup>

Além de visar um Estado forte e centralizado, de prezar pela competitividade militar e econômica da Rússia e de ventilar um equilíbrio estratégico nas relações com os poderes ocidentais, a escola estatista enfatiza a relevância do conceito *derzhava*. Derivado da palavra *derzhavanost*, esse conceito define a crença no destino histórico da Rússia de sempre ser um grande poder.<sup>85</sup> A crença, pois, apresenta contornos políticos, especulando que o equilíbrio geopolítico do mundo não pode ser alcançado sem uma Rússia forte e poderosa. Na versão de Andrei Tsygankov, o conceito de *derzhava* traz outras derivações:

The historical notion of Russia as a *Derzhava* can be loosely translated as a holder of international equilibrium of power. A *Derzhava* is capable of defending itself by relying on its own individual strength, and its main goal should be the preservation of that status. Although many Statists were former Westernizers, they no longer agreed that Russia was becoming a part

---

<sup>81</sup> HOSKING, 2012, p. 81-82.

<sup>82</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 18.

<sup>83</sup> MONTEFIORE, 2016, p. 503-505.

<sup>84</sup> A política de Gorbachov era a política do “Novo Pensamento” (*New Thinking*), que determinava como a Rússia pretendia se relacionar com o mundo a partir de 1985.

<sup>85</sup> HILL; GADDY, 2013, p. 36.

of the West, and they argued that the country had its own interests to defend. Without implying the confrontation with the West, Statists sought to the image of Russia as a power holder striving to preserve its own geopolitical interests and areas of influence around the world.<sup>86</sup>

Alegoria idealizada da nação russa, o conceito de *derzhava* aparece com sua singularidade no pensamento estatista, fazendo, também, alusão a um caráter especial da localização geográfica da Rússia. Os estatistas de fato julgavam que a posição geográfica russa é excepcional, acreditando que, graças a essa, a Rússia estaria destinada a atuar como “a political bridge between Western and non-Western civilizations”.<sup>87</sup> De fato, alguns dos traços mais marcantes da “pátria-mãe” russa são esses: sua porção de terra e onde ela está situada no mundo. As terras que formaram a Rússia e que, no passado, integraram o gigantesco Império Mongol criado por Gengis Khan são as mais vastas do planeta.<sup>88</sup> A localização desse território vasto levou muitos a questionarem onde ficava a Rússia, se no Ocidente, se no Oriente. Em relação ao debate acerca desse tema, Simon Franklin e Emma Widdis reagiram com a seguinte conjectura:

It ought to be Western in that – like the West – it is heir to the traditions both of Christianity and of the Enlightenment, and has been a full and leading participant in Western traditions of literature and music. Or perhaps it ought to be Eastern: located predominantly in Asia, it is said to be mystical and authoritarian in its approach to religion, monolithic and despotic in its governance. [...] Russia’s indeterminacy even leads to the invention of a special physical and conceptual space for it: ‘Eurasia’.<sup>89</sup>

O uso do termo “Eurásia” para designar a localização geográfica da Rússia e enfatizar seu caráter multiétnico e multicultural se tornou algo muito habitual no pensamento estatista. Como vimos, a noção da Rússia como um país euro-asiático também é benquista e utilizada pelos civilizacionistas. A diferença reside no fato de que a escola estatista não negligencia ou pretere as relações da Rússia com países ocidentais como os Estados Unidos. O alinhamento às potências ocidentais, priorizado pelos ocidentalistas, também não é a via de opção dos

---

<sup>86</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 95.

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> MARSHALL, 2015, p. 20.

<sup>89</sup> FRANKLIN; WIDDIS, 2004, p. 2.

estatistas. Favorável à independência russa no plano externo, o estatismo sugere que, para que a Rússia mantenha seu status de *derzhava*, o governo coopere estrategicamente com os países que reconhecem a Rússia como um país de posição privilegiada entre as demais potências. Segundo Tsygankov, essa ideia deixa lastro no pensamento estatista porque eles veem o mundo “primarily in terms of disparities and competition among great powers”.<sup>90</sup>

#### **1.4. Conclusões Parciais**

Dominantes no debate geopolítico dentro da Rússia, as tradições ocidentalista, civilizacionista e estatista apresentam ideias fundamentais para o entendimento da política externa da Rússia. A primeira escola, denominada “ocidentalista”, surgiu como consequência da reflexão acerca das reformas modernizantes de Pedro I, que pretendia transformar a Rússia em uma nação europeia e ocidental, ainda que autocrática. A escola civilizacionista, que surgiu como um subproduto do debate entre ocidentalistas e eslavófilos no século XVII, interpreta a Rússia como uma unidade geopolítica que deveria proteger seu legado histórico-cultural e suas posses territoriais. Notadamente antiocidentalista, a escola civilizacionista, em sua versão clássica, se destacava por um forte sentimento nacionalista e por um acolhimento da identidade imperial da Rússia. A terceira escola é a estatista, a qual concorda com a civilizacionista sobre a grandiosidade russa e sobre sua excepcionalidade, mas sem rejeitar uma aproximação com o Ocidente – desde que essa aproximação não prejudique os interesses e a autonomia do Estado. Um diferencial marcante da corrente estatista é a ênfase na competitividade militar do Estado e no temor de uma invasão estrangeira que possa vir a ameaçar a existência da Rússia. Sugere-se a seguinte categorização para a versão clássica – anterior à Era Soviética e ao contexto geopolítico da Guerra Fria – das correntes da tríade gloriosa:

---

<sup>90</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 94-96.

---

## A Triade Gloriosa antes da Era Soviética

---

	<b>Características</b>	<b>Objetivo</b>
<b>OCIDENTALISMO</b>	<p><b>I.</b> Emulação de valores políticos da Europa Ocidental, mas com preservação da autocracia russa.</p> <p><b>II.</b> Priorização da diminuição da reafirmação de valores religiosos combinada a atenção para a modernização do Estado.</p>	<p><b>Preservação das terras imperiais para garantir o lugar da Rússia ao lado das potências europeias</b></p>
<b>CIVILIZACIONISMO</b>	<p><b>I.</b> Forte nacionalismo e obediência ao lema "ortodoxia, autocracia e nacionalidade".</p> <p><b>II.</b> Proteção de tradições culturais, da imagem da Rússia enquanto Terceira Roma e da identidade imperial do Estado.</p>	<p><b>Preservação do espaço do Império e conquista de novos territórios</b></p>
<b>ESTATISMO</b>	<p><b>I.</b> Preocupação com o atraso russo perante a Europa, o que leva a uma mimetização parcial de valores ocidentais, mas sem minar o autocratismo do Estado.</p> <p><b>II.</b> Ênfase na competitividade militar russa e na proteção das fronteiras do Estado.</p>	<p><b>Controle das regiões próximas às fronteiras da Rússia para reduzir as chances de invasão estrangeira</b></p>

---

## Capítulo II.

### A TRINCA GLORIOSA A PARTIR DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Este capítulo tem por objetivo sumarizar as mudanças ocorridas nas principais correntes de pensamento russo em política externa a partir do fim do czarismo. Apresenta-se um panorama geral da evolução do ideário de cada tradição da trinca gloriosa (ocidentalismo, civilizacionismo e estatismo) na Era Soviética, com destaque para os contextos geopolíticos

da Guerra Fria e do período imediato ao desmanche da União Soviética. Enfatiza-se também o debate entre essas escolas durante o governo de Boris Yeltsin.

## 2.1. O Debate entre Ocidentalistas, Civilizacionistas e Estatistas na Era Soviética

A Rússia foi uma monarquia absolutista por mais de quatrocentos anos, o que faz com que a formação da União Soviética, um dos eventos mais importantes do século XX, só possa ser entendida quando esse aspecto é levado em conta. As revoluções russas de 1905 – conhecida por Domingo Sangrento, consequência direta da derrota na guerra contra o Japão – e de 1917 foram ocasionadas pela combinação das mais diversas insatisfações sociais contra a monarquia da dinastia dos Románov. Em linhas gerais, mas sem negligenciar a importância de toda a cadeia causal antecedente, podemos alegar que a crescente instabilidade social na Rússia no início do século XX abriu caminho para a tomada definitiva do poder pelos bolcheviques<sup>91</sup> em outubro de 1917.<sup>92</sup>

Os socialistas tinham as suas próprias percepções sobre “a Rússia”. No tocante à dimensão externa, também apresentavam uma visão própria sobre “todas as Rússias”, não muito distinta do entendimento imperialista do governo anterior. Mas a liderança ideológica do partido de Vladimir Ilitch Ulianov – conhecido pelo pseudônimo “Lênin” –, a partir de 1922, já não falava mais de “Rússia”, e sim sobre União Soviética. As repúblicas que haviam declarado independência do Império russo em 1917, Azerbaijão, Armênia e Geórgia – sendo essa a terra natal de Stálin, que assumiu oficialmente a liderança do Partido Comunista em 1927 – foram reconquistadas pelo uso da força do Exército Vermelho em março de 1922, o que resultou na formação da República Socialista Federativa Soviética da Transcaucásia (RSFST). Por sua vez, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) surgiu em dezembro, passando a englobar a Ucrânia e a Bielorrússia – a “pequena Rússia” e a “Rússia branca” que, juntas, acrescidas da Rússia, compunham “todas as Rússias” dos tempos dos czares. Em anos posteriores, outros países foram incorporados ou admitidos à União, que só foi veio a ser desfeita em 1991. Nessa “Era Soviética”, o debate entre ocidentalistas, civilizacionistas e estatistas teve continuidade.

---

<sup>91</sup> Os sociais-democratas bolcheviques (*bolshinstvo* em russo, a “maioria”), liderados por Lênin, defendiam a organização centralista do partido, enquanto os sociais-democratas mencheviques (*menchinstvo*, a “minoria”), liderados por Julius Martov, desejavam uma organização menos monolítica. NOVAES, 2017, p. 54-56.

<sup>92</sup> Os bolcheviques tomaram o poder em 1917, mas cabe reconhecer que a vitória bolchevique na Guerra Civil em 1920 foi o evento que encerrou o ciclo de sublevação social e política da Revolução Russa, restaurando certa ordem e estabilidade no país. FITZPATRICK, 2017, p. 222-223.



É válido ressaltar que não é possível afirmar se líderes como Nikita Khrushov e Mikhail Gorbachov ou demais figuras que foram centrais no organograma administrativo da vasta União Soviética se identificavam como ocidentalistas, civilizacionistas ou estatistas. Mas, com base em uma literatura consolidada sobre o pensamento político russo, podemos, por exemplo, identificar certas decisões em política externa de inclinações e características eslavófilas e situá-las no arquétipo da escola civilizacionista, e assim por diante. Similarmente, esta seção não pretende encaixar o conjunto de decisões tomadas e ideias expressadas durante qualquer um dos governos da Era Soviética dentro dos “limites” de uma ou outra grande tradição do pensamento russo, mas sim exemplificar como diferentes ideias que compõem a referida tríade de tradições apareceram em vários momentos entre 1917 e 1991. Se as reformas liberalizantes de Gorbachov foram ou não um resultado de sua crença pessoal na necessidade da URSS de se reaproximar do Ocidente – uma nuance característica do pensamento ocidentalista – é um tópico para outro estudo.<sup>93</sup>

Na leitura do cientista político Andrei Tsygankov, as escolas ocidentalista, civilizacionista e estatista demoraram a se ajustar à realidade da União Soviética e da doutrina do Partido Comunista. Quanto aos ocidentalistas, esses aos poucos perceberam que não seria fácil fazer retroagir as mudanças que reivindicavam para a União Soviética o papel de liderar a luta de classes em escala global, e que não seria fácil argumentar em favor da aproximação da URSS de países ocidentais (capitalistas) na nação onde ocorrera a primeira revolução comunista do mundo. Afinal, tradicionalmente, os ocidentalistas não se opunham a valores provindos do mundo ocidental.<sup>94</sup>

Na dianteira da ditadura do proletariado, a União Soviética se via como superior ao “decadente” Ocidente capitalista. Para os comunistas, aqueles que se opunham aos seus valores estavam indo contra a verdade. A utopia do advento socialista – que segundo a visão marxista era inevitável – era interpretada como o estágio final de uma luta entre o Bem e o Mal. Geoffrey Hosking resumiu a situação da seguinte maneira: “Their conviction that they were fighting for absolute good entailed the equally strong conviction that all their opponents represented absolute evil”.<sup>95</sup> De maneira parecida expressou-se Victor Serge: “Mais valia

---

<sup>93</sup> Como os debates sobre ideias em política externa que estamos nos propondo a decifrar ocorriam em grande parte nos corredores do Krêmlin e nos salões do Politburo, ou seja, nos centros de governança da vasta União, é certo que alguns dirigentes da Era Soviética admitiam-se favoráveis a uma escola de pensamento ou outra. Andrei Kozyrev, que integrava a administração de Gorbachov e tornou-se ministro das relações exteriores de Boris Yeltsin, por exemplo, declarava-se ocidentalista. TSYGANKOV, 2010, p.20-24.

<sup>94</sup> TSYGANKOV, op. cit., p. 3-9.

<sup>95</sup> HOSKING, 2012, p. 101.

estar errado com o partido do proletariado, do que ter razão contra ele”.<sup>96</sup> Assim, a moldura conceitual proposta pela escola ocidentalista não conseguiu cativar a atenção de figuras importantes que cuidavam da política externa soviética, pelo menos não até o fim da década de 1960.<sup>97</sup>

A morte de Stálin em março de 1953 marca o início da lenta “desestalinização”<sup>98</sup> da União Soviética. Ao assumir o comando do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Nikita Khrushchov denunciou as políticas totalitárias de Stálin aos camaradas do partido, em sessão fechada do XX Congresso do PCUS. Com o passar dos anos, o detalhamento de Khrushchov sobre os crimes cometidos durante o período stalinista – como o caso flagrante dos “campos de trabalho” soviéticos – passou a ser do conhecimento do público, o que transformou o discurso do secretário-geral em um dos eventos-símbolos da década de 1950.<sup>99</sup> Na leitura de Tsygankov, esse discurso tornou-se peça de uma estratégia orientada na direção de uma melhora moderada das relações com o Ocidente. Sobre isso, ele escreve:

As Europe reemerged as a consolidated liberal-democratic continent after World War II, the Soviet rulers sought to preserve a connection with the new West. The intercourse with the West grew stronger under Nikita Khrushchev and then Mikhail Gorbachev. Soviet leader Nikita Khrushchev’s famous de-Stalinization speech at the XXth Communist Party congress broke many taboos of the old thinking and meant, among other things, to bring Soviet Russia closer to Europe.<sup>100</sup>

O discurso de Khrushchov detalhou também as contradições da leitura russa sobre o socialismo. Para se ter uma ideia melhor, registre-se que uma das bandeiras levantadas por Lênin era a de uma “paz sem anexações”, mas não tardou até que países de territórios contíguos ao da Rússia fossem incorporados pelo uso da força à União Soviética.<sup>101</sup> O Império russo caiu, sacudido em suas estruturas pela revolução socialista. Prolongou-se no tempo, porém, o expansionismo territorial característico do Império czarista. O Império caiu, mas o trono não ficou vacante, e o poder continuou a ficar restrito às esferas mais altas,

---

<sup>96</sup> SERGE, 2007, p. 131.

<sup>97</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 11-12.

<sup>98</sup> Palavra que designa o desmanche do culto à personalidade de Josef Stálin.

<sup>99</sup> ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 11-12.

<sup>100</sup> TSYGANKOV, op. cit., p. 3.

<sup>101</sup> STOCKDALE, 1996, p. 253-254.

concentrado nas mãos do menor número de pessoas. Sobre o ressurgimento do velho fantasma do autoritarismo na Era Soviética, Geoffrey Hosking comentou: “The 1917 revolution looked like a complete break with Russia’s past. Yet before long the main features of that past reappeared: empire, centralization, a highly authoritarian state, a yawning gap between rulers and people”.<sup>102</sup> Sobre essa problemática, Alexander Zhebit escreveu:

As nuances que distinguem o “imperialismo soviético” do imperialismo russo não são tão distintas, pelo contrário, têm muito em comum. Pode-se interpretar o imperialismo soviético como o caso clássico de expansionismo. [...] No entanto, se olharmos a presença militar soviética como garantia de segurança, a manutenção das forças armadas na Polônia, RDA, Tchecoslováquia, Hungria, no âmbito do tratado de Varsóvia, tem uma razão e surge como uma reação, durante a Guerra Fria, ao desafio estratégico ocidental.<sup>103</sup>

Essa continuidade em específico não foi lamentada pela escola civilizacionista, cujos adeptos sempre advogaram em favor da identidade imperial russa, ou seja, em favor da absorção de mais territórios. Não por acaso, muitos civilizacionistas se mostraram favoráveis à linha da doutrina leninista que detalhava a internacionalização do movimento socialista, visto que isso resultaria em um confronto direto contra os países ocidentais. Tsygankov resumiu que “the Lenin-Trotsky doctrine of the world revolution was the Soviet version of Civilizationist thinking”.<sup>104</sup> Na percepção civilizacionista, a postura soviética em relação ao Ocidente deveria ser inflexível e implacável, de modo a refrear qualquer tentativa de modificação dos valores tradicionais do homem russo – agora “homem soviético”. Quando Lênin, ciente da fragilidade geopolítica inicial da União Soviética, se comprometeu a aceitar a “coexistência” com o capitalismo em 1921, a postura conciliadora não foi bem aceita pelos civilizacionistas.

Como destacou Svetlana Aleksievitch, o Partido Comunista era capaz de instilar uma fé fanática na causa da revolução do proletariado. Ao demonstrar o quanto a ideologia comunista era essencial para a manutenção da URSS, a escritora sugere que aqueles que

---

<sup>102</sup> HOSKING, 2009, p.102.

<sup>103</sup> ZHEBIT, 2009 apud BERTONHA, 2009, p.13.

<sup>104</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 8.

aderiam cegamente ao ideal proposto pelo Estado constituíam “uma espécie humana particular, o *homo sovieticus*”.<sup>105</sup> Ela continua:

O comunismo tinha um plano insano: refazer o “velho homem”, o antigo Adão. E conseguiram fazer isso. [...] O *homo sovieticus* não é apenas russo, mas também o bielorrusso, o turcomeno, o ucraniano, o cazaque... Agora vivemos em países diferentes, falamos línguas diferentes, mas somos inconfundíveis. [...] Somos todos pessoas do socialismo, semelhantes e não semelhantes às demais pessoas: temos nosso vocabulário, nossa noção de bem e de mal, de heróis e de mártires.<sup>106</sup>

A Revolução de 1917 levou a Rússia a atravessar um processo de mudanças profundas, virando um campo para experimentos comunistas que objetivavam concretizar mudanças de valores. A ideologia comunista dirigiu a vida cotidiana do povo russo por mais de sete décadas, o que fez com que a questão da identidade nacional se tornasse um tópico de prolongado embate. Inicialmente, a escola civilizacionista, que invoca a herança romana<sup>107</sup> como símbolo de distinção da identidade russa, se mostrou insatisfeita com as iniciativas dos soviéticos para reescrever a história da Rússia, uma vez que esses obscureceram propositalmente símbolos do seu passado imperial.

Com o comunismo, a história da Rússia foi revestida de uma nova tintura. A primeira alteração simbólica foi a do calendário do país, que mudou do Juliano para o Gregoriano, o mesmo que vigorava na Europa. A águia de duas cabeças, símbolo imperial da era czarista, foi substituída nos salões do Krêmlin por retratos de Marx e de Lênin.<sup>108</sup> Os tempos eram outros, mas, embora a Revolução tenha tirado a monarquia do centro do poder, o regime político gestado não foi republicano. Toda afirmação de poder estava restrita ao Partido Comunista. Desse modo, guiado pelo ateísmo marxista, o Partido confiscou as propriedades da Igreja Ortodoxa, proibiu as práticas religiosas e declarou ateísmo estatal.<sup>109</sup> A decisão de

---

<sup>105</sup> ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 19.

<sup>106</sup> Ibid., p. 19-20.

<sup>107</sup> O Estado da Moscóvia do século XV se declarou sucessor de Constantinopla, definindo a região como uma “terceira Roma”, guardiã da fé ortodoxa e do conceito de império. Sua conversão para o cristianismo é datada em 988, e, com o passar dos séculos, narrativas foram criadas para justificar o “destino” ortodoxo da Rússia. Dentre essas narrativas, há a de que Riurik, viking escandinavo que deu origem a dinastia Rus, era descendente da família do imperador romano Augustus. Fantásiosa ou não, essa narrativa cumpriu seu propósito para fortalecer o componente bizantino na identidade nacional russa. FRANKLIN; WIDDIS, 2004, p. 14-15.

<sup>108</sup> SERVICE, 2000, p. 347.

<sup>109</sup> FRANKLIN; WIDDIS, 2004, p. 151.

rejeitar a tradição ortodoxa significou uma opção política de negação de uma parte importante da identidade russa. Embora os civilizacionistas apreciassem que houvesse certa justaposição de elementos novos e antigos, o rompimento com a Igreja não foi bem recebido, uma vez que a preservação da fé ortodoxa consistia, para o grupo, um dos principais símbolos de diferença do sistema russo de valores.

O período que vai de 1917 até meados da década de 1950 representa uma fase importante para a consolidação da “identidade soviética”. Entretanto, a linha que separa a identidade soviética da russa é difusa, visto que, durante a década de 1930, o Partido Comunista enfatizou “the Russian identity of the Soviet Union as a whole”.<sup>110</sup> Esse detalhe persuadiu novos seguidores entre os civilizacionistas. Segundo Andrei Tsygankov, a disposição política do grupo civilizacionista foi importante principalmente entre 1970 e 1990, isso porque, nas estruturas de poder do governo, foram os intelectuais e *decison-makers* de orientação civilizacionista que resistiram mais arduamente às mudanças propostas e implementadas por Gorbachov, agindo como guardiões da ideologia comunista.<sup>111</sup> Sobre o empenho dos civilizacionistas para avançar a causa comunista no tabuleiro externo, Tsygankov escreveu o seguinte trecho:

There were also some die-hard Bolsheviks committed to the ideology of winning the competition between socialism and capitalism. Unlike Westernizers and pragmatically oriented nationalists, this group stood for the authentic “socialist values” that were deemed to be superior to those of capitalism. The supporters of such views, or Civilizationists, had zero trust in détente and rapprochement with the West and associated all the Western activities with aggressive “imperialist” intentions. There could be no middle ground in the struggle with imperialism, and the Cold War was ultimately a competition between the two system’s cultural values, rather than economic or military systems.<sup>112</sup>

A política de exportação de valores russos no plano internacional sempre foi uma ideia central da mentalidade do grupo civilizacionista. Como relata Tsygankov, “this group included some leading Communist Party ideologists”<sup>113</sup>, o que indica que a insistência na

---

<sup>110</sup> HOSKING, 2012, p. 110.

<sup>111</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 32-36.

<sup>112</sup> Ibid., p. 32-33.

<sup>113</sup> Ibid., p. 33.

consecução de um projeto que previa a internacionalização do experimento político comunista não se tratava de um dado acidental. Para os estatistas, o mais importante era, a princípio, que a União Soviética investisse em equiparar sua força econômica militar e econômica à do mundo ocidental – ainda que por vias não liberais –, mas, para os civilizacionistas, o mais importante era garantir que as ideias do Partido gozassem de prestígio e fossem propagandeadas externamente, em oposição direta ao modelo capitalista.

Na União Soviética, a ideologia era a realidade. Com isso, a missão do Partido Comunista era a de pretender uma identidade, criar uma cultura que se encaixasse, à sua maneira, nos moldes do marxismo. Um aspecto a ser considerado é o fato de que o modelo russo de socialismo apresentava algumas especificidades. Esse aspecto se insere em uma tendência notável do desenvolvimento do pensamento político russo: a de reinterpretações de modelos de pensamento “estrangeiros” por intelectuais russos. Emma Widdis sumariza essa tendência, indicando “the desire to emulate jostled with the desire to be different”. Simon Montefiore argumenta que assim como a trajetória do Império Russo só pode ser entendida por uma ideologia de “autocracia sagrada”,<sup>114</sup> a União Soviética só pode ser compreendida pela ideologia “marxista-leninista-estalinista”, ou seja, pela ideologia marxista adaptada à realidade russa.<sup>115</sup>

Essa ideologia leninista-estalinista – cujas nuances foram em grande parte definidas pelas ideias de Lênin e posteriormente de Stálin – marcou a política externa da URSS com algumas características que polarizaram ocidentalistas, civilizacionistas e estatistas. A primeira característica diz respeito à guerra de classes em âmbito internacional; a segunda revela o receio de um “cerco capitalista”; e a terceira indica um paralelo com a política czarista de manutenção de influência no exterior-próximo. Com o final da Primeira Guerra Mundial, a ascensão dos Estados Unidos como líder propugnador de uma nova ordem internacional contrapôs americanos e soviéticos, que também tinham sua própria visão de reforma do sistema internacional. Esse aprofundamento das diferenças ideológicas entre a Rússia e o Ocidente opôs ocidentalistas e civilizacionistas sobre a causa do internacionalismo proletário.

Acreditavam os civilizacionistas soviéticos que o capitalismo internacional era uma força ameaçadora à vitória proletária. Os países do Ocidente eram percebidos como “inimigos

---

<sup>114</sup> Sheila Fitzpatrick define a ideologia política da Rússia czarista como a prática de uma nostalgia pelos símbolos e emblemas do passado místico do país, “mais do que qualquer visão coerente do futuro”. FITZPATRICK, 2017, p. 39.

<sup>115</sup> MONTEFIORE, 2016, p. 29.

de classe” dos quais a URSS deveria se afastar. Porém, os ocidentalistas consideravam isso arriscado, visto que o país poderia se beneficiar do apoio dos países mais avançados do Ocidente pra construir uma estrutura industrial moderna.<sup>116</sup> Motivado pelo desejo de recuperar as glórias do passado russo, ao assumir o poder, Stálin isolou a União Soviética no mundo com a intenção de criar o “socialismo num só país” sem amparo externo.<sup>117</sup> De acordo com Sheila Fitzpatrick, Stálin decidiu que “a União Soviética não precisava e não desejava implorar favores ao Ocidente capitalista”.<sup>118</sup> Nesse contexto de comprometimento com a industrialização e com a reconstrução do “vigor nacional russo”<sup>119</sup>, nota-se uma inclinação da ditadura stalinista<sup>120</sup> na direção de pensamentos-chave da escola civilizacionista.

Com efeito, as ideias de pensadores ocidentalistas só mudaram sensivelmente as políticas do regime soviético após sua paulatina desestalinização. Andrei Tsygankov destaca, por exemplo, que: “the post-Stalin period saw, in particular, growth of specialized institutions in which researchers carefully analyzed Western viewpoints”.<sup>121</sup> Por sua vez, a conjuntura da ditadura stalinista propiciou a predominância de ideias civilizacionistas e estatistas. A título de exemplo, os anos de Stálin no poder deixam transparecer em suas políticas duas características do pensamento estatista: a crença na eminência de uma intervenção militar estrangeira somada ao interesse de elevar o status de potência russo. Em fevereiro de 1931, Stálin justificou seu Primeiro Plano Quinquenal de industrialização em termos que revelavam a vulnerabilidade da Rússia a ameaças externas em função do seu “atraso”. Lê-se nesse discurso:

One feature of the history of the old Russia was the continual beatings she suffered because of her backwardness. She was beaten by the Mongol khans. She was beaten by the Turkish beys. She was beaten by the Swedish feudal lords. She was beaten by the Polish and Lithuanian gentry. She was beaten by the British and French capitalists. She was beaten by the Japanese barons. All beat her – for her backwardness, for industrial backwardness. [...] We

---

<sup>116</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 17-19.

<sup>117</sup> FITZPATRICK, op. cit., p. 170-171.

<sup>118</sup> Ibid.

<sup>119</sup> CARR, 1979, p. 36-51.

<sup>120</sup> Os bolcheviques descreviam seu regime ora como “poder soviético”, ora como “ditadura do proletariado”. FITZPATRICK, 2017, p. 131-132.

<sup>121</sup> TSYGANKOV, op. cit., p. 3.

are fifty or a hundred years behind the advanced countries. We must make good this distance in ten years. Either we do it, or we shall be crushed.<sup>122</sup>

Outra característica-chave do pensamento estatista clássico que se manifestou nas preferências do Partido Comunista foi o interesse continuado na preservação das estruturas de poder e da forma de governo do Estado. Como enfatizou Tsygankov, a ênfase dessa escola sempre recaiu em valores de poder e estabilidade “over those of freedom and democracy”.<sup>123</sup> Historicamente, desde o século XVII os intelectuais estatistas argumentavam em favor de uma administração centralizada e da imposição da autoridade pela força. Nessa perspectiva mais ampla, havia elementos de continuidade entre o autocratismo do Império Russo e o autoritarismo da Rússia pós-revolucionária. O nível de controle do Partido Comunista sobre a sociedade era irrestrito e o círculo de líderes fechado. João Bertonha menciona que esse controle “permitia uma liberdade na exploração dos recursos e das vidas dos habitantes do país que nem mesmo os czares podiam ter imaginado”.<sup>124</sup> O centro do poder estava no Politburo, que reunia os principais cargos do partido, incluindo o de secretário-geral, de chefe do Comintern (Organização Comunista Internacional) e de comissário da Guerra. À maneira do pensamento estatista, o principal objetivo desse regime era o de sobreviver e prolongar-se no poder a qualquer custo.<sup>125</sup>

Em relação à influência de ideias atribuídas à escola civilizacionista nesse período, há ainda outro elemento a se destacar. Nos meses subsequentes à sua ascensão ao comando do Partido, Stálin deu início a um movimento de celebração da cultura russa – incluindo aí uma recuperação seletiva da herança imperial – e de “russificação” da cultura e dos costumes das demais repúblicas da União Soviética. Sobre essa afirmação de identidade, Bertonha detalha que “as nacionalidades minoritárias da URSS perderam a pouca autonomia que ainda tinham e a mão pesada de Moscou foi utilizada para banir as manifestações culturais independentes dos povos minoritários e garantir a sua russificação e total submissão ao poder central”.<sup>126</sup>

No plano externo, a imposição da identidade russa em repúblicas como a Ucrânia, a Moldávia e a Geórgia ampliou o distanciamento da URSS das potências ocidentais, algo que foi repudiado pelo grupo ocidentalista. No plano interno, essa promoção da cultura russa desempenhou um papel decisivo no fortalecimento do Estado soviético, visto que estimulou a

---

<sup>122</sup> STALIN, 1931 apud SAKWA, 1999, p. 180-181.

<sup>123</sup> TSYGANKOV, 2010., p. 5.

<sup>124</sup> BERTONHA, 2009, p. 75.

<sup>125</sup> HOSKING, 2012, p. 109-110.

<sup>126</sup> BERTONHA, op. cit., p. 76.



criação de uma consciência coletiva entre as diferentes repúblicas e sufocou, até o fim da década de 1980, a irrupção de movimentos separatistas.<sup>127</sup> Sobre essa política referente a nacionalidades não russas, Geoffrey Hosking comentou que:

Schools in all republics were required to teach the Russian language. Russian literature, especially Pushkin and Tolstoy, was extolled as the standard for all Soviet writers to emulate. Ethnic units were abolished in the Red Army, and Russian was made the universal language of command. Many nationalities were required to reformulate their written languages using the Cyrillic alphabet. The Soviet peoples were still in principle equal, but the Russians were definitely ‘more equal’ than the others. [...] This was imperial Russianness. It envisaged the Russians primarily as the bearers of a great state.<sup>128</sup>

Em 1940, a URSS estendia-se do Mar Negro ao Oceano Ártico, e abarcava, para além da república russa, a Ucrânia, a Moldávia, a Bielorrússia, a Geórgia, o Azerbaijão, a Armênia, cinco repúblicas centro-asiáticas, Tadjiquistão, Quirguistão, Turcomenistão, Uzbequistão e Cazaquistão, e três países bálticos, Estônia, Lituânia e Letônia. Esses países, sem exceção e em última instância, estavam submetidos à autoridade do Krêmlin, localizado em Moscou. A realidade soviética, que Sheila Fitzpatrick aponta como contraditória em seus próprios termos, aos poucos virou uma realidade imperial.<sup>129</sup> A União Soviética era um império e visava, em primeiro lugar, evitar seu próprio desmembramento. Tsygankov explica que havia uma justaposição de elementos novos (soviéticos) e antigos (dinastia Románov), e sintetiza: “The center effectively controlled the sovereignty of the peripheral republics. The Kremlin [...] played the role of the center”.<sup>130</sup>

Prevalencia entre os civilizacionistas soviéticos uma noção estreita de identidade. O que quer dizer que eles estiveram de acordo com a política soviética de impor políticas autoritárias de representatividade de nacionalidade entre as repúblicas periféricas. O Krêmlin buscava conter expressões nacionalistas “não-russas”, mesmo que esse tarefa fosse árdua em países que haviam desenvolvido um senso de identidade anteriormente à incorporação ao Império Soviético, como foi o caso dos países bálticos. No período soviético, os civilizacionistas

---

<sup>127</sup> HOSKING, op. cit., p. 108.

<sup>128</sup> HOSKING, 2012, p. 111.

<sup>129</sup> FITZPATRICK, 2017, p. 132.

<sup>130</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 45.

temiam o declínio do império porque, para eles, esse representava a concretização da superioridade da identidade russa.<sup>131</sup> Entre eles, a noção de império vinculou-se à ideia da proteção de russos étnicos. Mas, em última análise, a União Soviética era o símbolo da união política e territorial de diferentes países, diferentes culturas e diferentes noções de identidade. A identidade russa, em razão das proporções continentais e da centralidade da república russa, se impunha sobremaneira às outras. Talvez em razão disso, o centro subestimou, em longo prazo, a força de aspirações nacionais em países como a Ucrânia e a Geórgia.<sup>132</sup>

Resistentes ao modelo civilizacionista – propagandista da distinção civilizacional russa –, os ocidentalistas arguíam favoravelmente à independência das repúblicas periféricas e ao fim do uso de instrumentos de coerção de nacionalidades marginalizadas. Para os ocidentalistas, a prosperidade da Rússia dependia da quebra com o isolacionismo, da emulação do modelo político-econômico ocidental e do desmantelamento imperial. Já na visão dos civilizacionistas, o nacionalismo russo e as aspirações imperialistas eram fatores igualmente importantes para evitar a fragmentação territorial da União Soviética.

O projeto de russificação elaborado pelos soviéticos, não por acaso, se intensificou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial – alcunhada na Rússia de Grande Guerra Patriótica. O referido conflito serviu como pretexto para a prolongação de um discurso de russificação direcionado às quinze repúblicas que funcionavam como base territorial da União.<sup>133</sup> Sobre as 150 nacionalidades que compunham a URSS recaíam o ônus de ter que defender seus símbolos oficiais.<sup>134</sup> A respeito disso, Simon Franklin e Emma Widdis observam que:

The German invasion of the Soviet Union in 1941 fundamentally changed the character of Soviet Patriotism. Almost overnight, Russian history became the main point of reference in nationalist propaganda. The Russian people were portrayed as the older brothers of the other Soviet nationalities; military heroes and saints from Kievan Rus, the Muscovite state and the Czarist Empire were called upon to fight the enemy, just as they had been in the First World War. It seemed as if this new, ‘Great Fatherland War’, as it was

---

<sup>131</sup> A nacionalidade oficial da URSS era a soviética, mas a identidade russa era favorecida em detrimento de outras. Essa questão tem muitas camadas, mas, como exemplo, cabe mencionar que o império era formado por azerbaijanos, armênios, ucranianos, georgianos, tártaros etc., mas, oficialmente, o idioma russo era ensinado nas escolas, não o tadjique ou o ucraniano. ALEKSIEVITCH, 2016, p. 390.

<sup>132</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 44-47.

<sup>133</sup> TSYGANKOV, op. cit., p. 45-46.

<sup>134</sup> Conhecida também por abarcar múltiplas nacionalidades, a União Soviética “proudly proclaimed 150 different nationalities within its borders at one point”. FRANKLIN; WIDDIS, 2004, p. 39.

soon called in reference to the war of 1812, was not a conflict between the many nationalities of the Soviet Union and the Nazi regime, but rather a final showdown between Russians and Germans. This kind of ethnic Russian nationalism continued to shape official Soviet national identity throughout the post-war period and may well have been a reason for the confusion of the term ‘Soviet’ with ‘Russian’, which was so widespread in the West during the Cold War.<sup>135</sup>

A Grande Guerra Patriótica alçou a dedicação civilizacionista à proteção dos povos eslavos a um novo patamar. Apesar disso, Andrei Tsygankov argumenta que embora a doutrina pan-eslavista tivesse ampla aceitação entre a elite que determinava o curso da política externa soviética, a mesma permaneceu em segundo plano diante de outras prioridades que surgiram nos processos de política externa.<sup>136</sup> Todo projeto de envergadura internacional dependia da aquiescência do secretário-geral do Partido Comunista, e, entre os que comandaram o Império Soviético, a “missão eslava” da Rússia, muito presente nas preocupações estratégicas do czar Nikolay II durante a Primeira Grande Guerra, estava subordinada a uma questão superior – a questão comunista.<sup>137</sup> É digno de nota que o quadro não era desalentador para o civilizacionismo, que lograva de ampla influência e transparecia em muitos relatos diplomáticos e decisões políticas à época. Tsygankov sintetizou a influência de cada grande tradição da tríade ocidentalismo-civilizacionismo-estatismo no período soviético com a seguinte asserção:

The Soviet leaders were divided between the more status quo oriented Statists and the more expansionist Civilizationists. Westernizers were hardly in the picture; they occupied much less prominent positions and could not be taken very seriously given the extent of tensions with the West.<sup>138</sup>

A visão pró-ocidental dos ocidentalistas demorou a ter um impacto decisivo sobre as políticas da União Soviética, visto que os soviéticos contrapunham-se aos valores “essencialmente burgueses” dos países ocidentais. Na Rússia, os capitalistas ocidentais eram conceituados como os inimigos da revolução e da ascensão da classe operária.<sup>139</sup> Para os

---

<sup>135</sup> FRANKLIN; WIDDIS, op. cit., p. 64.

<sup>136</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 33-35.

<sup>137</sup> CLARK, 2014, p. 498-499.

<sup>138</sup> TSYGANKOV, op. cit., p. 33.

<sup>139</sup> FITZPATRICK, 2017, p. 14-21.

Estados Unidos, que interpretava a Revolução Bolchevique como um golpe realizado por um partido ilegítimo e totalitário, o bolchevismo fez da Rússia uma rival dos princípios democrático-liberais que deveriam fundamentar os ideais do hemisfério ocidental e da ordem mundial proposta por Woodrow Wilson.<sup>140</sup> Como observou o historiador Geoffrey Barraclough, “Wilson [...] and Lenin were aware from the start that they were competing for the suffrage of mankind, and it was to prevent Lenin gaining a monopoly of the blueprints for the post-war world that, in January 1918, Wilson issued his famous Fourteen Points”.<sup>141</sup> Esses e outros elementos adicionais de complexidade resultaram no fato de que o grupo ocidentalista tardou a ter suas ideias representadas na política externa da União Soviética.

Entre as décadas de 1950 e 1970, a política da elite dirigente soviética sinalizou esporadicamente uma aproximação com os países ocidentais, a despeito das diferenças ideológicas que existiam entre o bloco soviético e o bloco ocidental. Mas o pensamento por trás dessas estratégias – ou momentos de cooperação – não pode ser confundido como pró-ocidental, visto que era estatista. Tradição mais influente durante o período soviético, o estatismo é movido por uma ideia fixa de proteger e fortalecer o Estado russo. A síntese escrita por João Bertonha a respeito da atitude da URSS para com o resto do mundo no contexto do quadro desalentador do pós-Segunda Guerra explicita o que no pensamento estatista é interpretado como “great power balancing”, que prevê uma política externa mais ponderada em situações em que o poder central esteja sacudido em suas estruturas. Elementos explicativos dessa tendência podem ser encontrados no texto de Bertonha, que escreve que:

A situação da União Soviética no final da década de 40 e início da década de 50 era tão desastrosa que a levou a uma política externa relativamente comedida, com a recusa a apoiar ações comunistas mais ostensivas em países já definidos como do campo ocidental (como a Grécia e a Itália) e ao envolvimento direto na guerra civil chinesa. Até a insistência em manter ligados a ela os países do Leste europeu se devia mais a uma busca de segurança e de recursos para financiar a reconstrução nacional do que sintoma de uma nação imperialista em busca de expansão.<sup>142</sup>

---

<sup>140</sup> Nos estudos gerados sobre o pensamento russo em política externa, os Estados Unidos aparecem como ponto de referência do Ocidente *par excellence* entre meados do século XIX e o início do século XX. BEREST, 2011; KASYMOV, 2012; SERGUNIN, 2016; TSYGANKOV, 2012.

<sup>141</sup> BARRACLOUGH, 1967, p. 118.

<sup>142</sup> BERTONHA, 2009, p. 107.

Enquanto o objetivo prioritário dos estatistas, enaltecedores da grandiosidade russa, era a proteção do Estado, a missão dos ocidentalistas era de buscar uma reaproximação lenta e contínua com os países do bloco capitalista. Mikhail Gorbatchov, político de ideais reformistas que se tornou secretário-geral do Partido Comunista horas após a morte de Konstantin Tchernenko em março de 1985, deu início a medidas reformadoras também no sentido de melhorar as relações entre o bloco soviético e o capitalista. Em seu governo, padrões característicos do estatismo combinaram-se com elementos do ocidentalismo. Se, de um lado, Gorbatchov – desejoso do “salvamento” do socialismo e estimulador da lealdade ao Estado –, insistiu em preservar o status de grande potência, de outro, praticou uma visão pró-ocidental de leitura do mundo. Os anos de Gorbatchov no poder, em termos de interpretação da execução de ideias, foram ao mesmo tempo de acomodação e de transformação, visto que, sob o guarda-chuva da perestroika e da glasnost, ele iniciou um movimento que queria corrigir os erros do socialismo e simultaneamente quebrar em definitivo com o isolacionismo em relação ao Ocidente.<sup>143</sup>

Lentamente, as reformas empreendidas por Gorbatchov resultaram na libertação de presos políticos, na restauração relativa da liberdade de expressão e do pluralismo político, e em uma política externa de reacendimento de ligações políticas, culturais e econômicas com os Estados Unidos, rival ocidental da URSS. Como bem mostrou Andrei Tsygankov, Gorbatchov, mesmo encabeçando uma elite dirigente resistente em seguir por completo o modelo ocidental e um sistema político que se tornava corriqueiramente questionado por parte da população, empenhou-se para equilibrar a necessidade de proteger o legado soviético e o desejo pelo engajamento de líderes ocidentais, que responderam com ceticismo às suas tentativas de reaproximação e continuamente pressionavam por mais concessões. No trecho abaixo, escrito por João Bertonha acerca da política externa de Gorbatchov, podemos perceber traços de ideias de teor estatista, ideias que focalizam a importância do status de superpotência para a Rússia. Ao mesmo tempo, nota-se a principal ideia colocada pelo ocidentalismo, que diz sobre uma aproximação necessária com o Ocidente.<sup>144</sup> Lê-se que:

---

<sup>143</sup> BERTONHA, 2009, p. 108-110; TSYGANKOV, 2010, p. 66-72.

<sup>144</sup> Segundo a conceituação definida por Andrei Tsygankov (2012), há no estatismo um movimento ora de aproximação, ora de afastamento em relação ao Ocidente, posto que este é um ponto de referência da qual a Rússia se afasta ou se aproxima de acordo com as suas ambições e percepções correntes. Logo, a depender do contexto, há no estatismo a expressão de elementos característicos da visão da escola Ocidentalista, que postula que a Rússia deve buscar assemelhar-se ao Ocidente e aproximar-se dele.

Gorbachev não pretendia, com certeza, eliminar o comunismo da URSS. Sua pretensão inicial era introduzir certos mecanismos na esclerosada sociedade russa que permitissem a ela continuar na posição de superpotência e, ao mesmo tempo, dessem um novo dinamismo a sua estrutura econômica e ao sistema político. [...] Para tanto, era fundamental que os imensos recursos destinados aos militares fossem direcionados para a produção civil. Do mesmo modo, uma diminuição das tensões com o Ocidente seria necessária, tanto para permitir o corte no orçamento da defesa como para indicar ao mundo que uma nova era havia se iniciado no bloco oriental. Tudo isso foi feito, trazendo imensa popularidade para Gorbachev no mundo nos anos 1980. Infelizmente para ele e para a URSS, a tentativa de reformar o sistema falhou, com o conseqüente colapso do Império.<sup>145</sup>

Com sua forma de ver o mundo, Gorbatchov teve dificuldade de conceber uma política externa que se mostrasse alinhada a uma única tradição do pensamento político russo. Chama a atenção a expressão nuançada de ideias atribuídas a diferentes escolas de pensamento nesse mesmo governo. Tsygankov observa que Gorbatchov “drew from ideas of Russian liberal-minded scientists, [...] long-term advocates of developing relationships with the West”,<sup>146</sup> mas que embora ele tenha tentado desafiar “the tenets of the old Statist and Civilizationist thinking”,<sup>147</sup> teve muita dificuldade em levar essa intenção a cabo, e sua política externa ora incentivava ideias de uma tradição, ora de outra. Parte disso se deu em razão da vontade que Gorbatchov tinha de atenuar descontentamentos e tensões latentes entre as figuras que compunham o Partido. Sobre esse clima conturbado, que logo fez a autoridade de Gorbatchov periclitar, Tsygankov escreveu que:

Gorbachev was not a believer in the primacy of the Western values of political democracy and market economy. Instead, he envisioned some global unity from contributions of both capitalist and socialist systems. [...] The new vision of world politics was designed to appeal to all the main groups of the Soviet political class. [...] Westernizers were to be attracted to ideas of democratization, reform, and rapprochement with the West. [...] New Thinking also sought to appeal to at least some of the Statists, who

---

<sup>145</sup> BERTONHA, 2009, p. 110.

<sup>146</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 4.

<sup>147</sup> TSYGANKOV, op. cit., p. 18.

understood the necessity to respond to Western military pressures by reducing diplomatic tensions and moving in the direction of a new détente. Finally, Gorbachev's vision meant to engage some of the most forward-thinking members of the Civilizationist school, because it offered a new, admittedly very unorthodox, way of capitalizing on "socialist values".<sup>148</sup>

No ambiente inflamado do Comitê Central do Partido Comunista, as forças conservadoras que se opunham às ideias destacadamente ocidentalizadoras de Gorbachov advinham de representantes das escolas estatista e civilizacionista. Para o grupo estatista, o fortalecimento do Estado precisava ser robustecido, e as negociações com o bloco ocidental deveriam objetivar a modernização militar da URSS. Para os civilizacionistas, que também incentivavam o prosseguimento de políticas de centralização, a proteção dos valores socialistas expressava um interesse material muito concreto, o que fez com que os gestos conciliadores do secretário-geral para com a elite política norte-americana, por exemplo, fossem duramente criticados.

A insatisfação também unia a maioria das repúblicas soviéticas. A congregá-las estava um sentimento anticomunista, uma crise econômica generalizada e uma animosidade contra o centralismo imperial do Krêmlin, elementos que, em conjunto, serviram como estopim para a crise se aprofundar e para o movimento separatista crescer a olhos vistos. O fantasma do desmembramento territorial assombrou especialmente os civilizacionistas, que acreditavam que mesmo que a URSS estivesse atravessando um período grave de crise, a preservação territorial do império era necessária, e que a prosperidade da identidade russa, uma identidade nacional multiétnica e distintiva das demais, se fortalecia com a união das repúblicas soviéticas. O fato é que, como minuciou Andrei Tsygankov, mesmo as repúblicas que tinham uma ligação muito próxima com a Rússia antes da formação da União, como a Ucrânia e a Bielorrússia, tinham seus próprios projetos nacionalistas e uma identidade nacional anterior à transformação social e geopolítica empreendida pelos ideólogos do socialismo soviético. Conflitos de menor proporção contra a política centralista do Krêmlin se agigantaram, o que levou Gorbachov a admitir que havia subestimado "the strenght of national feelings and aspirations" no espaço soviético. Não por acaso, Tsygankov escreveu que:

---

<sup>148</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 35-36.

Although the Soviet authorities maintained the principle of representation of indigenous nationalities in the power structures, they also relied on political coercion, economic redistribution, and forceful migration – all the traditional tools of empire building. Yet the principle of the nationalities’ representation developed and reinforced the sense of peripheral distinctiveness from the empire. Historically, it paved the way for nationalist mobilization during imperial decline, particularly among those republics that had developed a sense of national Self before incorporation into the Soviet empire.<sup>149</sup>

Esse momento específico de desintegração territorial soviética representa uma inflexão significativa na história da Rússia. Com ele, começou a se forjar, também, um novo tópico para inflamar os debates entre as mais tradicionais escolas de pensamento russo em política externa, que é o tópico das relações da Rússia com o espaço pós-soviético. Esse debate é carregado de significados para atender aos objetivos desta dissertação, e voltaremos a ele em capítulos posteriores. Por ora, basta mencionar que a reação tardia de Gorbachov à situação espinhosa dos movimentos de independência que se desvelavam nas repúblicas circundantes da Rússia – somada ao descrédito do sistema comunista e a insatisfação popular com as reformas ainda resistentes a seguir por completo o modelo ocidental de política e de desenvolvimento – intensificou a recorrente pressão do grupo ocidentalista contra o governo.

A oposição ocidentalista que se articulou mais coesamente no fim dos anos 1980 ficaria particularmente associada à figura de Boris Yeltsin, sendo este, mais tarde, um dos responsáveis pela assinatura do documento que decretou o desaparecimento definitivo da União Soviética.<sup>150</sup> A coalizão liberal de que Yeltsin era personagem emblemático atuava como polo centralizador e difusor de uma linguagem antagônica às políticas domésticas e externas de Gorbachov. Essa linguagem estava enraizada no ideário ocidentalista, que desejava esculpir a Rússia como uma civilização progressiva que espelhasse os valores democráticos e o respeito pelos direitos humanos que eram propugnados pelo Ocidente. Não há como esquecer, também, outra dose de particularidade do ocidentalismo, que percebia o Ocidente “as the only viable and progressive civilization”.<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 45.

<sup>150</sup> Assinado em oito de dezembro de 1991, o Pacto de Belaveja, assinado pelos presidentes da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia, é documento-símbolo da dissolução da URSS e da consequente condição de independência das quinze repúblicas que compunham o bloco geopolítico que tentou viabilizar o socialismo no mundo. Esse mesmo pacto estabeleceu a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Disponível em: <<https://www.prlib.ru/en/history/619792>>

<sup>151</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 57.



De posição contrária a dos ocidentalistas, os civilizacionistas, incentivadores de um projeto de império, faziam parte da oposição conservadora que exaltava o que havia de mais particular a respeito da União Soviética. O grupo considerava premente que Gorbatchov executasse um plano político que mantivesse a hostilidade contra o bloco ocidental, e que criasse entre o centro político da União e o seu exterior próximo um ambiente favorável à valorização da identidade e da cultura soviética. Manter o sentimento de União era colocado como urgente. Cabia à Gorbatchov delinear as bases de um projeto centrado em enaltecer a mítica de uma identidade soviética para evitar a desintegração do espaço soviético, mas o movimento de desmembramento tomou forma irreversível. Em 1990, num último esforço de inviabilizar a desintegração total da URSS, Gorbatchov propôs uma renovação do compromisso das repúblicas com a unificação. A proposta tinha caráter oficial e fundo nacionalista, mas foi largamente rejeitada, e não tolheu as iniciativas de desintegração e as consequentes declarações de independência que varreram o espaço soviético entre 1988 e 1990.<sup>152</sup> Nada é para sempre, e a fragmentação territorial da URSS virou um dos marcadores do desaparecimento definitivo do império soviético. Retornando a essa questão, Tsygankov escreveu que:

Gorbachev's own vision made little room for timely changes in nationalities policy. Despite mounting evidence of strong secessionist sentiments displayed by several republics, he kept insisting that the republics formed a natural historical unity and that they should be "grateful" to the Soviet Union for their social and economic development. Such "New Thinking" undoubtedly stimulated peripheral nationalism. [...] Gorbachev's New Thinking project was introduced to renew the Soviet national identity and to save it as the idea of a reformed socialism open to an outside world yet loyal to some of the already-developed social values. Over time, however, the project of saving the national idea regressed into a national defeat.<sup>153</sup>

Importa lembrar que o debate que se deu entre as escolas da trinca gloriosa no período final da Guerra Fria teve muitas camadas. No âmbito externo, pode-se dizer que Gorbatchov manteve uma política de orientação marcadamente ocidentalista, mas embora fosse essa a tendência mais ruidosa, o governante também aprovou, à sua maneira, medidas de caráter civilizacionista e estatista. É importante que essa questão seja explanada, e também no que diz

---

<sup>152</sup> Entre novembro de 1988 e novembro de 1990, todas as quinze repúblicas soviéticas, sem exceção, haviam declarado sua soberania em relação à União Soviética. BERTONHA, 2009, p. 119.

<sup>153</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 48.

respeito aos governos dos dirigentes políticos anteriores e posteriores a Gorbatchov, que nenhum deles foi exclusivamente operante de ideias que integram e diferenciam a esfera íntima de uma única tradição de pensamento.

O que se vê, em movimento contínuo, e que foi demonstrado por Andrei Tsygankov em *Russia's Foreign Policy*, é que ideias díspares, algumas consagradas no longínquo passado imperial russo, outras que vingaram com o projeto construído em torno do socialismo, umas que vistas de longe davam a impressão de que eram abertamente oriundas do estrangeiro, mas que vistas de perto revelavam traços distintamente russos, foram executadas, às vezes de forma justaposta, em diferentes momentos da história da política externa russa.

Por certo, quem ocupava a dianteira do governo fazia convergir para seu projeto de país ideias que se revelavam peculiarmente assentadas em uma ou outra tradição. Mas é certo também que não houveram governos que articularam projetos de política externa construídos unicamente em torno de princípios de vocação estatista, ocidentalista ou civilizacionista. Gorbatchov, chamado por Tsygankov de “socialista ocidentalista”, por exemplo, ao ocupar por meia década o mais alto posto político do governo, teve um governo pautado pela convivência esquentada e pela implementação intervalada de ideias pretendidas por cada uma das grandes tradições aqui estudadas.<sup>154</sup> Por sua vez, Yeltsin, a primeira pessoa a atuar como presidente democraticamente eleito, de fato, na Rússia, protagonizou um governo admitidamente compromissado com ideias articuladas pela escola ocidentalista, mas também deliberou em favor de medidas que destoavam em completo do modelo proposto pelos ocidentalistas, e que, paradoxalmente, estavam atreladas ora ao civilizacionismo, ora ao estatismo.

Com isso colocado, passaremos a segunda e última seção deste capítulo, que estende e reforça a questão da potencialidade que ideias de diferentes tradições de pensamento têm para influir nos projetos políticos e nas ações externas de um mesmo governo: no caso a seguir, no governo de Boris Yeltsin. Mais ainda, como a separação das repúblicas soviéticas significou uma mudança radical na história russa e gerou uma nova realidade, a próxima seção pretende dar conta de compor um retrato do debate entre as escolas da trinca gloriosa no pós-Guerra Fria. Outro desafio da seção seguinte é a de funcionar como prelúdio para os rumos tomados pela Rússia nos anos 2000, que são os anos de Vladimir Putin no topo das instâncias decisórias do Krêmlin.

---

<sup>154</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 20.

## 2.2 As Ideias da Trinca Gloriosa no Pós-Guerra Fria

A bandeira vermelha do Partido Comunista foi baixada pela última vez na noite do dia 25 de dezembro de 1991, o que funcionou como metáfora para o fim da União Soviética.<sup>155</sup> Para aqueles que não amargavam o seu fim, os anos imediatos ao término da Guerra Fria marcaram a primavera da democracia russa e a consecução de atos políticos vistosos. Imediatamente após a confirmação da dissolução súbita da URSS, que quase chegou a completar sete décadas de existência,<sup>156</sup> Boris Yeltsin, voz que se opôs ao comunismo no final dos anos 1980, oficialmente eleito presidente da Federação da Rússia, idealizou para o seu primeiro mandato um arranjo político de orientação marcadamente ocidentalista.

Yeltsin ganhou visibilidade nos anos 1980 não apenas por engajar-se em debate contra os planos de Gorbachov e por acusar o que ele interpretava como os erros do socialismo, mas também por alardear promessas de democracia, liberdade e de um “viver Ocidental”.<sup>157</sup> Em termos práticos, seu êxito nas eleições presidenciais de 1991 foi fruto dessas promessas. Já eleito, valendo-se dos ideais que foram sistematicamente reforçados pelo bloco capitalista e de um posicionamento contestador da identidade soviética, Yeltsin tinha uma tarefa complicada diante de si. Reconhecendo que o sistema político russo estava em desarranjo e que era improvável reverter séculos de autocracia de um dia para o outro, Yeltsin sinalizou que era premente criar um ambiente favorável à democracia. Mas na Rússia, tão marcada pelo autoritarismo, a linguagem e a vivência da democracia ainda constituíam um ambiente inóspito para a elite política e para a população russa. Em artigo relacionado ao tópico em questão, Michael McFaul escreveu:

Democracy and capitalism were buzzwords of Yeltsin’s ideology of opposition, not concepts he had grappled with over years and years of struggle behind the scenes. The informal movement had only begun to develop overtly political ideas in the last years before the dissolution of the Soviet Union; it had not generated blueprints for a post-Communist society

---

<sup>155</sup> O Partido Comunista tentou recuperar o monopólio do poder em agosto de 1991, durante uma tentativa falha de golpe de Estado. Yeltsin foi para as barricadas e reagiu contra o golpe, o que ajudou a difundir sua imagem de democrata. No dia 19 de agosto, declarou que: “Dark clouds of terror and dictatorship have gathered over Russia. But they will not become an eternal night. Rule of law shall triumph in our land, and our long-suffering people will gain freedom. This time, for now and forever!”. BONNELL; COOPER; FREIDIN, 2015, p. 180-182.

<sup>156</sup> A URSS surgiu em dezembro de 1922, tendo sua constituição aprovada em julho de 1923 e ratificada em janeiro de 1924 durante um Congresso de soviets. NOVAES, 2017, p. 225.

<sup>157</sup> ALEKSIEVITCH, 2017, p. 348.

in Russia, for few within this movement believed that change would occur as fast as it did. Democratic Russia, the umbrella organization for Russia's grassroots democratic movement, held its founding congress in October 1990. [...] Finally, Yeltsin also had to deal with the ambiguous balance of power between political actors who favored reform and those who opposed it. There was no consensus in Russia about the need for market and democratic reform.<sup>158</sup>

A experiência da Rússia com a democracia começou com alguns solavancos. Alegadamente dedicado ao desejo de fazer penetrar na fortaleza palaciana do Krêmlin os costumes democráticos, Boris Yeltsin, confrontado por uma oposição conservadora, orientado por especialistas estrangeiros e auxiliado por um gabinete amplamente composto de liberais, deu início a um projeto político interno que objetivava transformar o sistema socialista em um sistema capitalista. A década de 1990 também significou uma guinada na política externa da autodeclarada Federação da Rússia, herdeira legítima dos espólios geopolíticos e militares da URSS. Yeltsin nomeou Andrei Kozyrev como ministro das relações exteriores num momento em que a Rússia precisava se recuperar da Guerra Fria, um período tempestuoso que havia conferido à Rússia o status de potência mundial e nuclear e uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, mas que havia também agravado a situação social e econômica do país.

A entrada de Andrei Kozyrev para a pasta de assuntos internacionais da Rússia virou marco na história da tradição ocidentalista: começava com ele uma nova fase de parceria russa com as instituições políticas, militares e econômicas do Ocidente, tais como a ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia (UE). Em seus estudos sobre o pensamento russo em política externa, Alexandre Sergunin explanou que Kozyrev liderava o grupo de ocidentalistas “who favored the pro-Western orientation of Moscow's international strategy” no pós-Guerra Fria. O próprio ministro dizia que os interesses nacionais da Rússia haviam mudado, e que passavam a ser o de integração irrestrita com as instituições ocidentais e o da rejeição completa de medidas antidemocráticas. Segundo ele, durante o período soviético, a Rússia havia sido refém de ideias messiânicas, em nome das quais o país sacrificou seus interesses nacionais. E acrescentou: “The United States and other Western democracies are as natural friends and

---

<sup>158</sup> MCFAUL, 2000, p. 52.

eventual allies of the democratic Russia as they are foes of the totalitarian USSR”.<sup>159</sup> Sobre as atenções dadas ao apaziguamento das relações da Rússia com o bloco geopolítico vencedor da Guerra Fria, Tsygankov resumiu:

Loyal to the intellectual tradition of Westernism, the new Russia’s leaders saw their country as an organic part of Western civilization, whose “genuine” Western identity had been hijacked by Bolsheviks and the Soviet System. In the Westernist perspective, during the Cold War Russia had acted against its own national identity and interests, and now it finally had an opportunity to become a “normal” Western country. Thus, Kozyrev argued that the Soviet Union was not merely a “normal” or “underdeveloped” country, but a “wrongfully developed” one. This vision was a clear product of a long tradition of Russia’s Westernist thinking.<sup>160</sup>

Nesse momento inicial do governo de Yeltsin, Kozyrev dispensou qualquer tom de ufanismo, e de fato incentivou a adoção dos costumes democráticos dos Estados Unidos, nação que encabeçava a ordem liberal e tanto celebrava esse ideal que tinha como instrumento governamental o incentivo à democracia em terras estrangeiras. Como se vê, a Rússia começava a viver a experiência de construção de uma estrutura política baseada em novos valores após a tempestuosidade da Guerra Fria. Procurando nuançar a questão da tradição ocidentalista no primeiro mandato de Yeltsin – como veremos adiante, há diferenças marcantes do primeiro para o segundo mandato –, Alexei Arbatov pormenorizou as diretrizes e a dimensão da influência do grupo da seguinte maneira:

One group, headed by foreign minister Andrei Kozyrev, is characterized by conspicuously pro-Western policies, with a heavy tilt towards economic determinism and universal democratic values. [...] Within the Foreign Ministry, the ideas of this group have been shared by a narrow circle of ministerial deputies and aides. [...] From August 1991 to the middle of 1992, the ideas of this group dominated policy formulation and implementation in relations with the West on arms control and Cooperation in Europe. [...] The most urgent goal of the Kozyrev group has been

---

<sup>159</sup> KOZYREV apud TSYGANKOV, 2010, p. 55.

<sup>160</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 57.

political and economic integration of Russia into the West. Apparently, however, this doctrine underestimated the uniqueness of the Russian state and its heritage, as well as Western reservations about too rapid a convergence. The West was unprepared for that and feared making too broad a commitment, taking on too great a responsibility, or getting too deeply involved in the destinies of a giant country that is hard to understand and even harder to predict.<sup>161</sup>

A partir de 1991 a democratização constituiu o principal tema da política interna russa. A compor esse quadro de democratização, note-se que Yeltsin e Kozyrev priorizaram uma “terapia de choque” para que o sistema de valores do país mudasse de forma rápida e irreversível. O cenário estava montado, e a expectativa era de que houvesse continuidade nas políticas. Como sugeriu Tsygankov, “the argument was made that in the contemporary post-Cold War world, Russia would stop worrying about military power and geopolitics and, instead, invest its resources in the creation of a modern economy and political system”.<sup>162</sup> As autoridades russas tentaram evitar com que as promessas de cooperação vindas de países como os EUA fossem engavetadas e retardassem o desenvolvimento econômico tão necessário à recuperação russa. Em sessão com congressistas do governo americano em junho de 1992, Yeltsin chegou a pressionar os presentes por investimentos e assistência, e lançou um ultimato: “There will be no second try. The reforms must succeed. If we do not take measures to support Russia, this will not be a collapse of Russia only, it will be a collapse of the United States, because it will mean new trillions of dollars for the arms race”.<sup>163</sup>

Pairava entre civilizacionistas e os estatistas um temor generalizado diante da extrema dedicação ocidentalista à aproximação com o Ocidente. Numa atitude recorrente, essa oposição conservadora criticava a falta de pretensão ocidentalista de assegurar o status de potência russo. Desmedidamente favoráveis ao controle do exterior-próximo russo, os civilizacionistas interpretaram a mudança nos interesses nacionais – que não direcionavam as atenções dos governantes para as relações com as ex-repúblicas soviéticas – como um sinal de que o equilíbrio regional se tornaria cada vez mais precário. Em oito de dezembro de 1991 foi assinado na Bielorrússia um tratado secreto que determinava a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), dando por acabado o gigantesco império soviético.

---

<sup>161</sup> ARBATOV, 1993, p. 6-7.

<sup>162</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 59.

<sup>163</sup> BRESLAUER, 2002, p. 157.

Reconhecida a autonomia das repúblicas que compunham o império, afloraram divergências entre os partícipes da elite política em torno de uma questão: a Rússia deveria ou não preservar sua esfera de interesses no espaço pós-soviético? Quanto a isso, Yeltsin decidiu em favor do sufocamento de quaisquer intenções expansionistas. Como se lê:

When, on December 12, Yeltsin discussed the CIS<sup>164</sup> at Russia's Supreme Soviet, he explained that the choice of Minsk (Belarus) as the center of the CIS did not mean that city was the capital of a new union "but – and this is very important – it does mean the end of speculation that Russia aspires to take the place of the union center and cherishes some kind of imperial ambitions".

Para os civilizacionistas era importante garantir a preminência da Rússia sobre seus países vizinhos, pois através dessa dominação a Rússia asseguraria o controle geopolítico da região. Quanto aos estatistas, atentos à importância da força militar russa, também era patente que a Rússia assegurasse seus interesses na região em vistas de conter o avanço da OTAN, que prosseguia operante e potencialmente hostil. Mas, a despeito das pressões conservadoras, cioso em manter seu compromisso com fabricação de uma identidade liberal russa, Yeltsin manteve que a prioridade era selar laços de amizade com países do Ocidente, e não com as antigas repúblicas soviéticas. Esse assunto foi capturado por Tsygankov da seguinte forma:

Never before had Russia's officials been as supportive of dismantling their imperial institutions, as critical of their own history, and as trusting of Western intentions. In Yeltsin and Kozyrev's design, Russia was not only supposed to cooperate with the West on a broad range of international issues, as Gorbachev had planned; it was to become the West at the expense of its historically developed identity.<sup>165</sup>

Havia entre os civilizacionistas e os estatistas um pensamento carregado de coincidências, e que serviu para arrefecer os ânimos nos espaços de debate acerca da política externa russa: ambos os grupos concordavam e enfatizavam que a Rússia necessitava trilhar o seu próprio caminho internacional, ou seja, impedia reconhecer que suas metas, prioridades e

---

<sup>164</sup> Commonwealth of Independent States.

<sup>165</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 60.

diretrizes precisavam ser forjadas nos moldes da identidade nacional russa, e não nos moldes das crenças da ordem liberal. Os grupos propunham, sobretudo, que o governo Yeltsin priorizasse as relações com os países do espaço pós-soviético. Novamente, é importante notar que os estatistas não necessariamente defendiam que a Rússia rejeitasse a importação e a adaptação dos valores propostos pela ordem do pós-Segunda Guerra, e muito menos que a Rússia confrontasse o Ocidente a qualquer custo, mas sim que a Rússia mantivesse sua própria identidade e tradições. Em resumo, na Era Yeltsin, o estatismo sustentava que o ambiente fosse de pragmatismo. Se a postura política da equipe de Yeltsin era a de melhorar as relações com o Ocidente, a preocupação do estatismo era a de que isso não significasse a aceitação automática das propostas estrangeiras, e que a Rússia buscasse preservar seu status de potência e obter vantagens para si nas mesas de negociação. A apuração de Arbatov feita em *Russia's Foreign Policy Alternatives* é referência sobre a questão. Lê-se que:

This faction (Statism) is in favor of better relations with the West, but not at the cost of diminishing Russia's role as an independent great power with its own "sphere of influence". Some of them are suspicious of Western intentions – at least they do not expect the West to sacrifice any of its interests for Russia's benefit – and they argue against excessive reliance on Western economic assistance and political guidance. [...] They advocate preservation of substantial military power, emphasizing nuclear weapons, which they do not consider irrelevant to the modern international and Russian security agenda.<sup>166</sup>

Mais uma vez, na década de 1990, a oposição ao governo de Yeltsin estava dividida em duas grandes correntes – a moderada (grupo estatista; entre o qual se destacava o nome do vice-presidente Alexander Rutskoy) e a radical (grupo civilizacionista; cujo principal destaque era Sergey Baburin).<sup>167</sup> Embora por vezes o pensamento de ambos os grupos fosse coincidentes, na perspectiva dos civilizacionistas, indiscutivelmente nacionalistas, as prioridades eram o reavivamento imperial da Rússia, a proteção das tradições pré-

---

<sup>166</sup> ARBATOV, 1993, p. 13.

<sup>167</sup> Sobre isso, Michael McFaul escreveu que a coalizão radical era formada por “nationalists, neocommunist and imperialist restorationists”. Para além disso, Alexander Rutskoy foi o primeiro e último vice-presidente da Rússia. O cargo deixou de existir em outubro de 1993. Não esmiuçaremos esses detalhes da política interna russa por limites de espaço, mas registre-se que a profunda derrocada da economia resultou na complicação da situação política do governo Yeltsin e na articulação de uma ampla oposição, contra a qual ele reagiu com violência, ordenando o bombardeio do prédio do congresso – referenciado como Casa Branca – em 1993. MCFaul, 2000, p. 50-54.



revolucionárias (ortodoxia e autocracia) e o isolamento em relação ao Ocidente. Em absoluto, esse grupo desejava que o Krêmlin fosse o guardião dos valores russos no mundo. Que a Rússia tivesse se disposto a aliar-se ao Ocidente servia como símbolo da fragilidade da identidade russa, e ofendia os civilizacionistas. Em sua análise contemporânea ao cenário da época, Arbatov registrou:

This group is devoted to the goal of revival of the Russian empire and Russia's superpower role, not on the premises of communism, but on those of Great-Russian nationalism, a fundamentalist version of the Russian Orthodox religion, anti-semitism, and a vigorously anti-Western political crusade. They are prepared to reinstate the Soviet Union by military force, and advocate tough policies towards Ukraine and open intervention on the side of separatists in the Baltics, the Crimea, Moldova, and Georgia.<sup>168</sup>

Nesse meio-tempo, juntos, Yeltsin e Kozyrev introduziram no léxico da linguagem política russa uma expressão que, surpreendentemente, remetia a ideias do grupo civilizacionista. O termo “compatriots abroad” (“compatriotas no exterior”) passou a ser perpetuado para fazer menção aos russos (étnicos ou não) que viviam fora da Rússia.<sup>169</sup> Sobre essa expressão que ainda gera controvérsias, o cientista político Igor Zevelev comentou:

The term refers to individuals who live outside the borders of the Russian Federation itself yet feel that they have a historical, cultural, and linguistic linkage with Russia. These people want to preserve these ties no matter the present status of their citizenship. Since 1994, the concept has developed into a concrete state policy, manifesting itself in a series of laws and state programs, as well as through some foreign policy decisions. [...] The concepts of “compatriots abroad” and the “Russian World”<sup>170</sup> have evolved within two different yet overlapping discourses. Each of these concepts has its own intellectual history. However, these ideas have something in

---

<sup>168</sup> ARBATOV, 1993, p. 14.

<sup>169</sup> O que se viu foi um processo crescente do uso desse termo. Em análise contemporânea aos fatos, Wynne Russell registrou: “The Russian government is now using ‘compatriots’ as a catchall term to refer to Russian citizens, ethnic Russians, Russian-speakers, and members of minority ethnic groups in other republics who have co-ethnics on Russian Federation soil, such as Ossetians. There are 25 million-plus ethnic Russians living outside the territory of the Russian Federation; the addition of the other groups detailed above brings the total number of ‘compatriots’ to around 28 million”. RUSSELL, 1995, p. 3.

<sup>170</sup> Por sua vez, o termo “Russian World” foi fixado no léxico político da Rússia pós-soviética pelo presidente Vladimir Putin. Detalharemos os seus significados no próximo capítulo.

common. Basically they both reflect the tension between actual Russian Federation state borders and the mental maps of “Russianness” that exist in the minds of many Russians.<sup>171</sup>

Foi evidente a mudança no campo das ideias sobre política externa no fim do primeiro mandato de Yeltsin. Aos poucos, diminuía de intensidade o discurso favorável ao alinhamento absoluto às propostas ocidentais. Os discursos da cúpula alta do Krêmlin começavam a mudar, bem como anunciavam novos tempos. Anunciava-se, como se constatou ao fim do governo de Yeltsin, a deterioração do projeto de democratização plena da Rússia. Ante a decisão do presidente de intensificar a presença militar russa na Moldávia e na Geórgia em 1994, o governo americano sugeriu que a Rússia repensasse suas estratégias e não reiniciasse mais um período de intromissão no espaço pós-soviético. Alegando que a presença militar no exterior-próximo era uma medida necessária para aquisição da paz na região, Kozyrev, que anos antes militava em favor do ocidentalismo, comunicou que a Rússia “would not listen to the West’s lectures”.<sup>172</sup>

É igualmente significativo que o estatismo tenha recuperado sua influência nos espaços de decisão a partir do segundo mandato de Yeltsin. As mudanças eram claras. Enquanto o ideário do ocidentalismo foi símbolo dileto do primeiro ato da Era Yeltsin, o ideário estatista roubou a cena do segundo ato. O que se viu, marcadamente, no período que precedeu o desgaste da tradição ocidentalista entre os decisores que circulavam nos salões oblongos do Krêmlin, foi que as ideias de teor estatista retornaram a guiar grande parte das decisões de Yeltsin em política externa.<sup>173</sup>

### **2.3. Conclusões Parciais**

O pensamento russo em política externa é pautado por diferentes ideias. A reflexão sobre quais princípios deveriam pautar a experiência internacional da Rússia desencadeou a emergência de debates políticos entre diferentes escolas de pensamento. As diferenças entre as escolas ocidentalista, civilizacionista e estatista, denominadas aqui de “trinca gloriosa”, sintetizam o percurso de um longo aprendizado político por parte dos russos. Como as ideias

---

<sup>171</sup> ZEVELEV, 2016, p. 1-2.

<sup>172</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 84.

<sup>173</sup> Esse desgaste foi simbolizado pela renúncia de Andrei Kozyrev ao cargo de ministro das relações exteriores após a reeleição de Yeltsin em 1996. É certo que o diplomata acolheu e praticou ideais notoriamente ocidentalistas pela maior parte do seu mandato como ministro. Em uma declaração notável feita em 1995, Kozyrev deixava saber, sobre as relações entre a Rússia e os Estados Unidos, que: “The honeymoon came to an end but didn’t end in a divorce”. BRESLAUER, 2002, p. 191-192.

dessas grandes tradições tomaram diferentes formas e foram acrescidas de novos contornos com o passar das décadas, suas versões mais atualizadas são as mais relevantes para refletirmos sobre a política externa da Rússia no pós-Guerra Fria.

A tradição ocidentalista, por exemplo, que surgiu tão atrelada ao projeto de modernização do autocrata Pedro I, concentrou-se, a partir do fim da Era Soviética, em reforçar valores democrático-liberais. É importante salientar, no entanto, que nem todas as ideias de sua versão clássica foram perdidas, apenas atualizadas, de modo que ocidentalistas continuam argumentando insistentemente que a Rússia precisa guiar-se pelos modelos políticos e pelos valores culturais do Ocidente.

A escola civilizacionista, por sua vez, se apresenta como a mais consistente das tradições da trinca gloriosa. Mesmo que marcada por diferentes correntes (eslavofilismo, pan-eslavismo e eurasianismo), percebem-se elementos de continuidade entre cada uma delas, que fazem com que certas ideias estejam situadas dentro de um arco mais amplo, e não em esferas específicas. Como exemplo, cabe citar a importância conferida ao exterior-próximo russo, a preferência pelo uso de ferramentas imperialistas para a consecução de objetivos expansionistas e a ênfase no caráter multiétnico da Rússia. A interpretação nacionalista da realidade russa também é característica marcante da escola civilizacionista. Na política externa, essa característica repercute no movimento de difusão de valores políticos tradicionais à história da Rússia e também na argumentação contínua sobre a necessidade da proteção de populações russas que vivem no exterior.

Finalmente, a tradição estatista, de modo geral, também não apresenta mudanças drásticas em sua interpretação de quais deveriam ser os princípios basilares da política externa russa. Ideias que sobrevalorizam a importância do fortalecimento do Estado, da ampliação e da modernização das forças militares e que reforçam o quão crucial é a preservação da integridade territorial russa mantêm-se constantes ao longo das décadas.

### Capítulo III.

## VALORES NA ERA PUTIN

O propósito principal das páginas deste capítulo é o de revisar a literatura já existente a respeito da expressão de ideias da trinca gloriosa (ocidentalismo, estatismo e civilizacionismo) na política externa da Era Putin. Colocado esse pano de fundo, enfatizar-se-

á, como forma de antecipar tópicos que serão esmiuçados nos capítulos seguintes, a política externa da Rússia para os países do espaço pós-soviético.

Antes, é preciso explicar a escolha pelo uso da demarcação léxica e temporal “Era Putin”. O termo, consagrado pela sua ampla utilização em publicações recentes sobre política externa russa, é utilizado não para distinguir um *continuum* único de Vladimir Putin na dianteira do Kremlin – ou seja, na posição de presidente –, mas para enfatizar sua influência excepcional sobre o governo russo desde que Yeltsin o apontou como presidente interino em dezembro de 1999. O que se viu desde então foi uma associação crescente entre a figura de Putin e a de líderes que passaram décadas no poder, como Josef Stalin.<sup>174</sup> Eleito em 2000 e reeleito para um segundo termo, Putin presidiu a Rússia até maio de 2008, sendo sucedido por Dmitry Medvedev, que teve sua nomeação sugerida e oficializada frente à população russa por Putin em 2007. Para a surpresa de alguns, mas não de outros, Medvedev manteve o elevado status político do seu mentor ao nomeá-lo para o cargo de primeiro-ministro.

Essa situação trouxe para debate o seguinte questionamento: qual era a dimensão da influência de Putin no fluxo de decisões do governo de Medvedev? Embora alguns críticos, como Guy Faulconbridge, sugerissem que Medvedev era um mero fantoche nas mãos de Putin, outros, como Michael McFaul, opinaram que embora existissem desconfianças por parte de líderes como Obama, Putin, ao menos no que concernia à arena da política externa, aparentava não mais dar as cartas.<sup>175</sup> De todo modo, observa-se que há uma continuidade entre a política externa de Medvedev e a de Putin.

Tão logo foram convocadas novas eleições em 2012, Putin retornou para o posto mais alto da hierarquia do Krêmlin. Novamente reeleito em maio de 2018 (para um mandato que se encerrará, caso sejam devidamente obedecidos os limites constitucionais da Rússia, no ano de 2024), parece apropriado sugerir que a influência de Putin é robusta e contínua o suficiente para validar o uso do termo “Era Putin”. Mas cabe aqui, dado o ensejo, esclarecer que embora façamos uso dessa denominação, diferenciaremos entre a política externa de Putin e a de Medvedev, mesmo porque a Guerra da Geórgia, estudo de caso que é assunto do próximo capítulo, ocorreu durante a administração de Medvedev.

---

<sup>174</sup> WASHINGTON POST. Putin quietly becomes longest-serving Russian leader since Stalin, 2017. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/09/14/putin-quietly-becomes-longest-serving-russian-leader-since-stalin/?utm\\_term=.ec903c013e2e](https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/09/14/putin-quietly-becomes-longest-serving-russian-leader-since-stalin/?utm_term=.ec903c013e2e)>.

<sup>175</sup> FAULCONBRIDGE, Guy, Kremlin ruler or Putin’s puppet: Who is Medvedev?, *Reuters*, February 24, 2008, disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-russia-election-medvedev-idUSL2436079220080224>>. MCFUL, Michael, I’m Scared of that World, *Slate*, May 10, 2018, disponível em: <<https://slate.com/news-and-politics/2018/05/michael-mcfaul-on-russian-disinformation-and-the-lost-promise-of-medvedev.html>>.

Ainda neste preâmbulo, cabe mencionar que o nome de Vladimir Putin será enfaticamente mencionado para fazer referência às decisões em política externa porque, desde o início de seu governo, já era patente seu controle sobre os assuntos dessa área. Para Sergei Kortunov, Putin, devido ao seu interesse pela área de assuntos internacionais, se sobrepôs aos demais encarregados da política externa do país para gerar escolhas com base nas suas preferências. Em uma análise sobre o primeiro mandato de Putin, ele concluiu que:

The responsibility for foreign policy activity rests with just one person – the Russian president. Oftentimes, especially dealing with the CIS countries (Belarus, Ukraine, and Georgia), the Russian Foreign Ministry, the Russian Security Council, and even the Foreign Policy Department of the Presidential Administration have been sidelined, while the head of state becomes a veritable hostage to his inner circle – a circle that is not always very proficient.<sup>176</sup>

A Rússia é uma nação marcada pelo autocratismo. Nas palavras de Bobo Lo, por séculos foram os indivíduos, e não as instituições, que importaram nos processos de tomada de decisão.<sup>177</sup> A história desses séculos de governança autocrática, por suposto, não cabe em um único parágrafo, mas é interessante apontar a sua importância como característica que deixou marcas duradouras no modo de fazer política na Rússia. A Rússia não viveu períodos democráticos em sua história antes de 1991, e isso também implicou em um processo decisório de política externa sem transparência pública. Quando somados, esses fatores resultaram em mecanismos de decisão em política externa que ainda são difíceis de serem retraçados.

É certo que a mudança do sistema político em 1991 marcou a política externa do país com novas características. A constituição promulgada em 1993, que teve o compromisso de assentar as bases para a construção de uma democracia na Rússia e está em vigor até hoje, prevê para o presidente eleito algumas responsabilidades em termos de assuntos estrangeiros. Essa constituição expressa que o chefe de Estado deve representar a Rússia em assuntos internacionais, determinar as diretrizes e os objetivos externos do Estado, aprovar a doutrina militar, e tratar de assuntos de paz e de guerra. Cabe mencionar os artigos de número 86 e 87,

---

<sup>176</sup> KORTUNOV, 2005.

<sup>177</sup> Segundo Bobo Lo, “Tsarist and then Communist rule have reinforced the reliance on individuals instead of institutions and an accompanying tradition of great secretiveness”. LO, 2003, p. 32.

os quais abarcam, respectivamente, que: a) “The President [...] shall direct the foreign policy of the Russian Federation”; b) “The President [...] shall be the Supreme Commander-in-Chief of the Armed Forces”.<sup>178</sup>

Nas avaliações de Tsygankov (2010), Lipman (2015), Sergunin (2015), Lo (2003), Kasymov (2012), entre outros, Vladimir Putin é a liderança política de maior influência na política externa russa desde a virada para o século XIX. No entanto, isso não quer dizer que a política externa da Rússia seja exclusivamente uma mera extensão das preferências de Putin. De toda maneira, e a despeito das ambiguidades que ainda persistem acerca desse debate, importa destacar que, nas seções do capítulo que se segue, serão recorrentes as menções a Vladimir Putin quando dermos exemplos sobre a política externa russa a partir dos anos 2000. Mas a política externa do país é, repita-se, representada e simbolizada por outras figuras além de Putin. Neste capítulo e nos capítulos que se seguem, faremos referência a discursos e posicionamentos de primeiros-ministros, ministros das Relações Exteriores e secretários de imprensa do Ministério das Relações Exteriores.

Este capítulo está subdividido em quatro seções, de modo a compilar, em cada uma delas, as principais informações sobre cada mandato presidencial do governo russo desde os anos 2000. A primeira seção dá conta do primeiro termo presidencial de Vladimir Putin; a segunda analisa informações do seu segundo mandato, e assim por diante.

### **3.1. Uma Nova Paisagem: A Política Externa Russa a Partir de Putin (2000-2004)**

Boris Yeltsin abdicou do cargo de presidente e fez de Vladimir Putin seu sucessor interino em dezembro de 1999. Em março de 2000 foram realizadas eleições, e Putin, por uma significativa porcentagem de vantagem, venceu-as.<sup>179</sup> Iniciava-se então o primeiro governo da Era Putin. Na década de 1990, como visto no capítulo anterior, a política externa russa modificou-se muito em razão da repentina desmontagem da União Soviética. A configuração herdada por Putin era fruto das mudanças realizadas por Yeltsin combinada com os inegáveis percalços por ele enfrentados em sua tentativa de democratizar o país e incentivar suas

---

<sup>178</sup> A constituição de 1993 teve como principal característica a modernização dos direitos na Rússia. Em teoria, ela deveria ser a expressão do compromisso do país com o fomento das práticas democráticas. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/official\\_documents//asset\\_publisher/CptlCk6BZ29/content/id/571508](http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents//asset_publisher/CptlCk6BZ29/content/id/571508)>.

<sup>179</sup> Encerrada a apuração, Putin venceu ao obter mais de 52% dos votos. Cerca de 30% foram destinados para Gennady Zyuganov, candidato do Partido Comunista e principal oponente de Putin nas eleições. LO, 2003.

relações externas com as nações das quais a Rússia havia se afastado ao longo da Guerra Fria. Tantas mudanças políticas e socioeconômicas provocaram uma grave turbulência financeira. Uma opinião emblemática é a de Bobo Lo, que escreveu que embora a Rússia do fim dos anos 1990 não fosse um Estado falido no sentido clássico da definição, “it certainly looked to be heading that way”.<sup>180</sup> Já Robert Legvold escreveu que nada distinguia a política externa da Rússia à época “more than the uncertainties surrounding it”.<sup>181</sup> O marco inaugural da regeneração dessa paisagem foi o sucesso de Putin nas eleições.

Os anos 2000 abriram um leque de mudanças na política externa russa e reiniciaram no país a discussão sobre a busca por uma identidade pós-soviética. O documento-símbolo das pretensões externas iniciais do primeiro mandato de Putin foi publicado no dia 28 de junho de 2000, com o título de “*The Foreign Policy Concept of the Russian Federation*”. Por questões de espaço e de escopo, não analisaremos cada item do documento; o importante é destacar como, por trás de alguns deles, revelam-se valores ideacionais de peculiaridades distintas e associadas às escolas de pensamento ocidentalista, civilizacionista e estatista.

O conceito publicado em 2000 transmite em suas linhas iniciais a autodeclarada grandiosidade russa. Lê-se que a Rússia pretende preservar sua soberania e integridade territorial para assegurar uma posição de prestígio junto às demais nações, afinal, descreve o documento, essa seria a única linha de ação consistente com os interesses da Rússia “as a great power and as one of the most influential centers of the modern world”.<sup>182</sup> Essa colocação expressa, em absoluto, uma das ideias principais da tradição estatista acerca da identidade nacional russa. O estatismo define essa identidade em termos do conceito de *derzhavanost*. O tom geral desse conceito é o de que a Rússia é e sempre vai ser um dos grandes poderes mantenedores do equilíbrio geopolítico mundial.<sup>183</sup> Em sua descrição sobre o reavivamento do uso desse conceito, Bobo Lo escreveu que:

Even if most people understood that the bipolar world had disappeared for good, they were unwilling to accept that Russia had, virtually overnight, been relegated to the ranks of just another regional power. As a result, what became known as *derzhavanost* (‘great power-ness’) – based on the assumption that Russia had been, was and would always be a ‘great power’

---

<sup>180</sup> LO, 2003, p. 10.

<sup>181</sup> LEGVOLD, 2007.

<sup>182</sup> THE FOREIGN POLICY CONCEPT OF THE RUSSIAN FEDERATION, 2000. Disponível em: <<https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>>.

<sup>183</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 95.

(*velikaya derzhava*) – emerged as one of the most popular foreign policy ideologies of the period. In keeping with this belief, it followed that Russia was, in spite of any ‘temporary difficulties’, a transcontinental entity: neither Slavic, European or Asian, but Eurasian and global. This mindset was reinforced by a powerful imperial syndrome. The disintegration of the Soviet empire into 15 sovereign republics provoked an elite reaction similar to that engendered by the decline of Russia’s international position more generally: an upsetting actual state of affairs was counterbalanced by a refusal to believe that all had been lost.<sup>184</sup>

Não há dúvida de que, desde o início do seu governo, Putin incluiu em seus objetivos restaurar o status de potência da Rússia. O descontentamento da elite política com a contração da influência russa nos assuntos internacionais já era evidente nos anos de Yeltsin, contudo foi Putin quem definiu que era chegada a hora do país reagir e assumir uma postura mais assertiva nos seus assuntos externos. A retomada do uso do conceito *derzhavanost*, mais que um ato de retórica política, representava agora um objetivo de governo.

Ciente de que a tarefa de recuperar o status de potência russo não era pequena, em julho de 2000, durante sua exposição inaugural para a Assembleia Federal da Rússia, Putin combinou duas das ideias centrais do estatismo: a ideia de *derzhavanost* e a ideia de um Estado forte.<sup>185</sup> Nessa exposição o presidente menciona que “The only real choice for Russia is the choice of a strong country”, e que essa tarefa só seria possível a partir do fortalecimento interno do Estado.<sup>186</sup> Em sua avaliação sobre o uso de abstrações associadas ao estatismo por Putin, Shavkat Kasymov escreveu que “Putin hoped that a change of a political strategy would [...] enhance security and revive the global power image that was largely lost by the preceding leadership as the former superpower transformed into a new nation-state”.<sup>187</sup>

A questão da recuperação do poder militar russo, caracteristicamente prioritária para o grupo estatista, também mobilizou a agenda de política externa do país. Putin nomeou Sergei Ivanov para o cargo de ministro da Defesa, aumentou o orçamento destinado aos militares e comprometeu-se em reequipar o Exército e modernizar a indústria bélica nacional. Depois

---

<sup>184</sup> LO, 2003, p. 13.

<sup>185</sup> A Assembleia Federal consiste na junção das duas casas do parlamento russo, que são a *State Duma* e o *Federation Council*; e o *State of the Nation Address* é um discurso realizado anualmente pelo presidente perante a Assembleia. O 84º artigo da constituição russa de 1993 estabelece que: “The president of the Russian Federation shall address the Federal Assembly with annual messages on the situation in the country, on the guidelines of the internal and foreign policy of the State”. Disponível em: <<http://constitution.ru/en/10003000-05.htm>>.

<sup>186</sup> Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/page/372>>.

<sup>187</sup> KASYMOV, 2012, p. 2.



disso, alterou e aprovou uma nova doutrina de segurança militar para a Rússia. O novo texto permitia que o país fizesse uso de seu arsenal nuclear em casos de agressão armada, e não somente em casos de ameaças à sobrevivência do Estado, como o texto anterior previa. Essa mudança, porém, foi interpretada por muitos como uma admissão de fraqueza, “pois o arsenal atômico se tornou o principal elemento de poder russo”. Pragmática, a administração Putin demonstrou não duvidar que o poder nuclear russo apresentava a melhor alternativa como trunfo para reivindicar, ao menos na dimensão retórica, o status de grande potência – tão caro aos estatistas como elemento do orgulho nacional russo.

Com o início do século XXI, Putin afirmou que era chegado o momento de efetuar as mudanças necessárias para que a Rússia reencontrasse o seu lugar no ambiente do pós-Guerra Fria e superasse os limites da sua influência no cenário global. Ainda que fosse herdeiro de uma máquina administrativa pós-soviética, Putin reinseriu na política externa da Rússia temas comuns a tradições de pensamento do passado. Para Bobo Lo, por exemplo, a política externa do primeiro mandato de Putin se diferenciava da política externa dos anos finais de Yeltsin por ser eclética e globalista, mas que, para além dessas características, ideias que eram largamente enfatizadas no passado imperial e no passado soviético também integravam o repertório.<sup>188</sup> Isso quer dizer que, na literatura acerca do tema, não há um consenso definido sobre a orientação exata da política externa de Putin em seu primeiro mandato – se ela era ocidentalista, civilizacionista ou estatista –, mas há um consenso sobre uma mistura das três tradições. Essa mistura pode ser atestada por uma passagem retirada de *Russia's Foreign Policy*, de Andrei Tsygankov. Ele escreve que:

Putin put forward the ideology of pragmatism and self-concentration. The ideology articulated a vision which combined both Westernist and Statist influences. [...] However, he also committed himself to traditional values typically emphasized by Statists and Civilizationists. For instance, in his programmatic article “Russia at the Turn of the Millennium”, which he addressed to his electorate, the future president emphasized patriotism, a strong state, and social solidarity as his country’s key values. Unlike Gorbachev or Kozyrev, Putin was not eager to replicate Western social democratic or liberal values on Russian soil, and he made it clear that Russia would never become the “second edition of the U.S. or Britain”. Rather, he saw his country as a modern great power capable of adapting to a changing

---

<sup>188</sup> LO, 2003.

world under state leadership. In the tradition of Statism, the priority is given to governability and the state's ability to exercise its power, whereas democracy comes second.<sup>189</sup>

Assim, embora houvesse uma mistura de tradições na política externa do primeiro mandato de Putin como um todo, a depender da ênfase atribuída a um determinado tema, é possível perceber características específicas de uma única tradição. No que dizia respeito à política externa da Rússia para o espaço pós-soviético, por exemplo, destacavam-se ideias de cunho civilizacionista. O conceito de política externa publicado em 2000 traz como objetivos de governo o fomento à cultura tradicional russa no seu exterior-próximo e a formação de um “cinturão de boa vizinhança” (*‘good-neighbor belt’*) nas regiões adjacentes ao perímetro das fronteiras da Rússia. O documento também apresenta como prioridade o aprofundamento das relações da Rússia com os países da Comunidade de Estados Independentes (CEI) – por seu turno, essa união, criada em 1991, reúne doze das quinze ex-repúblicas soviéticas, com a exceção dos países bálticos.<sup>190</sup> Tratam-se, em última instância, de objetivos com contornos civilizacionistas, visto que a tradição prioriza as relações militares, econômicas e diplomáticas da Rússia com os países do seu exterior próximo.

Além de visar à priorização das relações externas com os países do espaço pós-soviético, o documento registra que o governo deve dedicar esforços para proteger os “compatriotas russos” no exterior. Para além do propósito de “uphold in every possible way the rights and interests of Russian citizens and fellow countrymen abroad”, outro objetivo encontrado no documento se encaixa nos moldes das ideias do civilizacionismo clássico, que é o de “promote a positive perception of the Russian Federation in the world, and popularize its language and culture in foreign states”.<sup>191</sup> Para os civilizacionistas, a Rússia só conceberia o seu próprio destino quando cuidasse da preservação e da promoção de suas tradições. Essa escola de pensamento leva para o centro da sua retórica as ideias de proteção da Rússia não só

---

<sup>189</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 131.

<sup>190</sup> Em abril de 2018, Petro Poroshenko, atual presidente da Ucrânia, declarou que planejava retirar o país da organização porque, entre outras razões, a Rússia não lidava de maneira civilizada com a separação do Império Soviético. Poroshenko levou essa proposta ao parlamento ucraniano, mas, até o momento da escrita dessa dissertação, a saída da Ucrânia ainda não foi formalmente finalizada. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/ukraine-announces-plans-to-quit-cis-terminate-parts-of-friendship-treaty-with-russia/29161689.html>>.

<sup>191</sup> THE FOREIGN POLICY CONCEPT OF THE RUSSIAN FEDERATION, 2000.

enquanto entidade geopolítica (*rossuskii*), mas também enquanto entidade étnica e linguística (*russkii*).<sup>192</sup> No governo de Putin, esses dois elementos também foram trazidos para o foco.

Com a entrada em cena de Putin, irromperia também a reintrodução de ideias ocidentalistas na agenda de política externa russa. Os anos finais do governo Yeltsin testemunharam uma conturbação das relações da Rússia com os Estados Unidos, mas Putin julgava que melhorar as relações com o Ocidente em geral e com os Estados Unidos em particular significava agir pelo “bem da pátria”.<sup>193</sup> O período que se seguiu aos atentados de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center* e ao Pentágono marcaram as tentativas de Putin de restabelecer as relações de amizade com os EUA, que resultaram em “valuable support from liberals at home and in the West”.<sup>194</sup> Como colocado por Tsygankov, Putin, em razão não só da sua crença de que a modernização da Rússia seria acelerada em decorrência de uma aproximação com o Ocidente (tendência ocidentalista) como também em razão de sua percepção de que o terrorismo global representava uma ameaça às fronteiras nacionais russas (tendência estatista), ofereceu seu apoio ao EUA no combate ao terrorismo.<sup>195</sup> Segundo o autor, esse apoio “came from his personal belief system”.<sup>196</sup>

Andrei Tsygankov definiu que a política externa do primeiro mandato de Putin articulava uma visão de “pragmatismo ocidentalista”. O autor explica que embora o presidente tenha articulado estratégias e formulado objetivos de tons estatistas e civilizacionistas, alguns elementos importantes dessas tradições não faziam parte do seu planejamento estratégico. Por exemplo, embora a política externa para o espaço pós-soviético fosse notoriamente civilizacionista, Putin “did not envisaged the physical recovery of lost lands”, estratégia imperialista e angular da escola civilizacionista.<sup>197</sup> As pretensões estatistas de fortalecer o Estado russo e de afirmar a grandeza russa no cenário global, também não estavam acompanhadas da estratégia de contrabalancear a influência do Ocidente no mundo – na tradição da escola estatista, essa estratégia é referida como “great power balancing”. Sobre Putin, Tsygankov elabora que:

---

<sup>192</sup> FRANKLIN; WIDDIS, 2004, p. 5-6.

<sup>193</sup> Lembre-se que, na literatura sobre o pensamento russo em política externa, os Estados Unidos, a partir de 1917, se tornaram o principal ponto de referência para a imagem do Ocidente. Nessa literatura, a ordem liberal do pós-Segunda Guerra, liderada pelos Estados Unidos, o “Ocidente” tende a ser visto como “a single cultural entity”. FRANKLIN, WIDDIS, 2004, p. 2; LO, 2003, p. 7. TSYGANKOV, 2010, p. 23-24.

<sup>194</sup> LO, op. cit., p. 17.

<sup>195</sup> Sobre a cooperação russo-americana na luta contra o terrorismo, Gerard Toal escreveu: “Russia offered the United States intelligence cooperation, use of Russian airspace, and no objections to it taking over Soviet military bases in Central Asia to prosecute a war against the Taliban regime in Afghanistan. Such cooperation, controversial within Russia at the time, would not last.” TOAL, 2017, p. 2.

<sup>196</sup> TSYGANKOV, op. cit., p. 132.

<sup>197</sup> LO, op. cit., p. 13.

For him, the most important national interest lay in Russia's modernization and economic growth, not balancing American influences in the world. Such perspective assumed that in today's world, geoeconomics gained the upper hand over geopolitics, and thus Russia had to learn to defend its national interests by economic means. It also implied that Russia had to economize its resources and not overstretch itself in world political affairs.<sup>198</sup>

A lógica de “great power balancing” foi cimentada na tradição estatista na Era Soviética. Basicamente, essa ideia aponta para a recusa russa de se subordinar a poderes externos. Os estatistas do período soviético, premidos pelas circunstâncias do fim da Guerra Fria, afirmavam que a Rússia não poderia se conformar à situação de um mundo unipolar. Na temerosa possibilidade de um mundo unipolar, a Rússia “should not succumb to the rhetoric of the strongest”. Nesse cenário, o país deveria usar uma combinação de “cooperation and balancing policies for the purpose of undermining the unipolarity” e tentar preservar as vantagens adquiridas quando ocupava a posição de superpotência. Em resumo, a crença na grandeza russa deveria insuflar a busca por uma voz independente, mas não necessariamente combativa, no cenário internacional.<sup>199</sup>

É importante que se diga que a tensão entre os grupos estatista, ocidentalista e civilizacionista continuou nos processos decisórios do século XXI. Mas, a despeito disso, autores como Bobo Lo, Tsygankov e Sergunin sugerem que Putin conseguiu, naqueles anos iniciais, aglutinar a sua volta e a seu favor todos esses grupos, justamente por não se alinhar por completo a nenhum deles. Em seu balanço sobre a política externa de Putin entre 2000 e 2004, Bobo Lo interpretou que:

He has been able to demonstrate that increased central (or ‘statist’) control translates into dividends for many different constituencies: for supporters of a liberal (‘Westernist’) foreign policy agenda, it offers the promise of increased security and economic integration with the West; for quasi-imperialists, an activist approach in the former Soviet Union (FSU); and for everyone, an increasingly plausible projection of Russia as a major player in international affairs.<sup>200</sup>

---

<sup>198</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 133.

<sup>199</sup> TSYGANKOV, op. cit., p. 97.

<sup>200</sup> LO, 2003, p. 20.

Não se sabe se Putin pretendeu enfatizar uma ou outra tradição de pensamento em seus objetivos, mas, considerada a literatura sobre os anos de seu primeiro mandato, está claro que ideias de todos os espectros da trinca gloriosa foram incorporadas à retórica oficial e executadas em ações concretas de política externa. Considerado esse aspecto, e devido à centralidade do tema da política externa russa para o espaço pós-soviético nesta dissertação, é válido acrescentar mais exemplos acerca da manifestação de ideias das principais tradições de pensamento russo nas relações da Rússia com o seu exterior próximo.

A administração de Yeltsin se notabilizou, entre outras coisas, pelo seu desempenho errático na tentativa de restaurar as relações da Rússia com os países do seu exterior-próximo. Vladimir Putin, por seu turno, admitiu depressa que o desinteresse do governo predecessor de corrigir essas relações, caso continuado, só prejudicaria a Rússia no longo prazo. Na visão de Putin sobre a Rússia, fortalecer as posições da Rússia regionalmente fazia parte de uma estratégia de proteção das posições da Rússia num mundo como um todo. De forma consistente com os valores que orientam a tradição civilizacionista, Putin reintroduziu como interesse nacional da Rússia o objetivo de ser a parte geopolítica dominante do seu exterior-próximo.<sup>201</sup>

Entre 2000 e os primeiros meses de 2004, a recuperação da influência russa no espaço pós-soviético pela via da cooperação econômica, militar e diplomática foi retomada. Os países cujos territórios eram adjacentes ao da Rússia e que no passado fizeram parte da União Soviética formavam uma categoria referenciada por Putin como “esferas vitais de interesse” ou “esferas tradicionais de interesse”.<sup>202</sup> O presidente propunha insistir perante a comunidade internacional que os interesses da Rússia na região fossem considerados, projetar poder sobre essas esferas de influência e fortificar laços históricos de cooperação diplomática e econômica com os países da CEI – em particular com a Ucrânia e com Belarus. Putin declarou também que desejava reverter os erros cometidos por Yeltsin. A seu ver, o primeiro presidente da Rússia havia errado ao enviar e estacionar tropas militares em várias partes da CEI – como em Moldávia (em Transnístria), na Geórgia (em Abkhazia) e na Ucrânia (na Ossétia do Sul).<sup>203</sup> Putin afirmou que, em consequência disso, a Rússia havia readquirido, no mundo do pós-

---

<sup>201</sup> Sobre isso, Bobo Lo acrescenta que: “What Putin has done is not so much to revolutionize Russian thinking as to introduce a measure of concordance between existing ideas as well as consistency in their application”. LO, 2003, p. 78-84.

<sup>202</sup> LO, 2003, p.

<sup>203</sup> Esses casos específicos de uso de força militar serão explicados no próximo capítulo.

Guerra Fria, a reputação de país imperialista, mas sem conseguir reforçar seus interesses geopolíticos na região e reatar laços de amizade.<sup>204</sup>

Os críticos da iniciativa de integração prioritária com os países da CEI estavam, em boa parte, vinculados ao grupo ocidentalista. Segundo Bobo Lo (2003), esses se opunham a insinuações de políticas imperialistas de qualquer espécie, e a escolha do termo “esfera vital de interesse” para enquadrar os países pós-soviéticos, no entender desses críticos, tinha conotações imperialistas e poderia não só ofender os países da antiga União Soviética, mas também manchar a imagem da Rússia perante os países da comunidade internacional. Os ocidentalistas tampouco concordavam com a ideia de priorizar a melhora das relações com os países da CEI em detrimento da busca de aprofundamento das relações com países liberais da ordem política global.

O interesse estratégico da administração de Putin era o de priorizar e intensificar as relações com os países da CEI, mas sem que isso servisse de impeditivo ou funcionasse como favor de complicação para a integração da Rússia com o restante da comunidade de Estados. Por essa lógica, embora elementos do pensamento civilizacionista estivessem marcando a política externa russa para os países pós-soviéticos, ou seja, embora Putin tivesse alterado a ordem das prioridades externas da Rússia, seu governo não indicou um rompimento com o ideário ocidentalista. Como afirmou Bobo Lo, sob Putin, a resolução de conflitos no exterior próximo russo havia se tornado uma ferramenta para pavimentar e promover “Russia’s broader integration into the Western-centred global community”. O autor argumenta que o oposto acontecia na Era Soviética, quando as declaradas “missões de paz” realizadas em repúblicas como a Moldávia e a Geórgia “were more about projecting Russian power than settling the various conflicts”.<sup>205</sup>

Para Sergei Ivanov, ministro da Defesa entre 2001 e 2007, o país estava bordejando a catástrofe em suas relações com o exterior-próximo ao final do governo de Yeltsin. Para que isso se revertesse, Ivanov argumentou que a Rússia deveria ser cooperativa, mas pragmática, e suavizar o discurso de integração ampla com o antigo espaço soviético, uma vez que “previous attempts to integrate the CIS had come at a very high price”.<sup>206</sup> Para o ministro, o sucesso da cooperação russa com os países da CEI dependia da dosagem certa de alguns ingredientes. Um desses ingredientes era não aprofundar a fragilidade econômica russa: a dívida dos países da CEI com a Rússia avolumava 5,5 bilhões de dólares em 2001. Os erros

---

<sup>204</sup> SERGUNIN, 2015, p. 61-64.

<sup>205</sup> LO, 2003, p. 92-93.

<sup>206</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 189-191

estratégico-militares e econômicos da administração de Yeltsin, disse Ivanov à nação, abarcavam também a existência de tropas do exército estacionadas em países do exterior-próximo sem que isso trouxesse vantagens tangíveis para a Rússia.<sup>207</sup> Incumbido da reforma militar do país, Ivanov assegurava também que ampliar a cooperação militar com os países pós-soviéticos era um dos mecanismos para que a Rússia fosse capaz de resistir aos desafios do ambiente geopolítico do pós-Guerra Fria.<sup>208</sup>

O fato é que o empenho da administração de Putin na ideia de investir no zelo e no fomento das relações da Rússia com países de seu entorno estratégico produziu bons resultados para o país entre 2000 e 2004, pelo menos quando comparados aos resultados obtidos no governo de Yeltsin. Só para que se possa ter uma ideia mais precisa, em livro publicado nos meses finais de 2003 acerca do primeiro mandato de Putin, Bobo Lo constatou que:

Ties with the former Soviet Union are more substantive and multifaceted than at any time since the break-up of the USSR. [...] Engagement is now valued for its own sake, rather than as an instrument to counter Western strategic advances. To this purpose, the emphasis is on demonstrating the benefits Russia can bring to the interests of those countries, in place of the mixture of threats and complaints that characterized Moscow's behavior in the 1990s. [...] Russian influence in these regions has reached levels unsurpassed in over a decade. Previously obstreperous countries, for example Ukraine, have been far more accommodating towards Moscow's interests than they were during the Yeltsin period.<sup>209</sup>

As mudanças introduzidas pela administração de Putin na política externa da Rússia assentaram também as bases de uma nova política externa para os países pós-soviéticos. Na condição de presidente, Putin firmou as vigas mestras da nova política exterior russa para o seu exterior próximo. Essa política, embora tivesse tonalidades civilizacionistas, mostrou-se focada principalmente em reaproximação política e cooperação econômica, militar e diplomática, ou seja, mostrou-se isenta dos extremos da escola civilizacionista, principalmente por não realimentar um projeto imperial de cobiça territorial.

---

<sup>207</sup> BUGAJSKI, 2002, p. 86.

<sup>208</sup> LO, 2003, p. 45.

<sup>209</sup> Ibid.

### 3.2. Assertividade Russa: O Segundo Mandato de Putin (2004-2008)

No dia 14 de março de 2004, Vladimir Putin foi reeleito para um segundo mandato. As aspirações eram altas, e a popularidade de Putin aumentara.<sup>210</sup> No contexto de sua reeleição, não podemos deixar passar despercebido um acontecimento do cenário internacional que alterou a percepção russa de ameaça: a invasão militar americana ao Iraque ocorrida em 2003. A Rússia respondeu positivamente ao chamado americano contra o terrorismo internacional em 2001, mas não apoiou a invasão ao Iraque. Segundo Tsygankov, “Moscow did not view terrorism as a state-based phenomenon, and it wanted interstate cooperation, not regime change, to be the basis for solving the problem”.<sup>211</sup> Admitidamente, Putin desaprovava a ideia de uso de força militar para exportar democracia. Em entrevista concedida a Oliver Stone, Putin rememorou a Guerra do Iraque e declarou:

Na minha opinião, é errado impor sobre outros países e outros povos nossos próprios padrões e modelos. Em particular, eu me refiro à democracia. A democracia não pode ser imposta de fora. Ela só pode nascer no interior da sociedade. E a sociedade deve ser ajudada a seguir esse caminho. Porém, tentar impor a democracia pela força de fora é absurdo, é contraproducente, é prejudicial. E quanto ao uso da força, incluindo forças terrestres, de vez em quando é necessário. Claro que é melhor se feito a convite do governo interessado ou de acordo com a lei internacional, e com base em uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas.<sup>212</sup>

Para a administração de Putin, depois da invasão do Iraque em 2003, a possibilidade de uma invasão americana ao território da Rússia ou ao seu exterior-próximo parecia estar no horizonte, embora não se mostrasse como uma possibilidade para o curto prazo. Outros dois componentes contribuíram para a formação desse temor: a) o alargamento da OTAN em direção à fronteira leste da Rússia, que se anunciou de maneira clara nos anos 2000; b) o envolvimento político americano na Revolução das Rosas ocorrida no outono 2003 na

---

<sup>210</sup> Putin venceu a eleição presidencial de 2004 com cerca de 70% dos votos. STONE, 2017, p. 42.

<sup>211</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 155.

<sup>212</sup> STONE, 2017, p. 47.



Geórgia, país pós-soviético banhado pelo Mar Negro e de território contíguo a fronteira leste russa.<sup>213</sup>

A Revolução das Rosas ocorreu entre novembro de 2003 e janeiro de 2004 na Geórgia, alguns meses antes da reeleição de Vladimir Putin, e foi a primeira das três revoluções ocorridas em países pós-soviéticos no início do século XXI, movimentos populares e pacíficos que, quando analisados em conjunto, ficaram conhecidos pela designação “Revoluções Coloridas”. A Revolução das Rosas foi a primeira a pôr em dúvida a influência da Rússia no espaço pós-soviético e a adaptar para as repúblicas pós-soviéticas um projeto oposicionista de natureza republicana durante a Era Putin.<sup>214</sup> Essa revolução foi iniciada para exigir a resignação do presidente Eduard Shevardnadze, líder do partido que fraudou as eleições parlamentares de 2003.

O envolvimento dos EUA na Revolução das Rosas se deu antes do flagrante da fraude eleitoral, visto que, no outono de 2003, a USAID, agência americana de apoio ao desenvolvimento internacional, financiou e auxiliou os organizadores do processo eleitoral georgiano. Em consequência da manipulação dos votos, o governo americano decidiu prestar apoio aos manifestantes.<sup>215</sup> Embora o governo russo não tenha reagido para evitar a Revolução das Rosas, a impressão era a de que o incentivo americano a protestos populares contra irregularidades políticas em países pós-soviéticos poderia, eventualmente, ser prejudicial à Rússia. Sobre isso, Andrei Tsygankov menciona que:

It became apparent that the strategy of changing and expanding liberty was not limited to the Middle East. [...] The so-called Rose Revolution in Georgia in November 2003 replaced the old regime by popular protest over a rigged parliamentary election and emboldened Washington to apply the strategy in the former Soviet region as well. While the military option was excluded, the emphasis was still on providing opposition with relevant training and financial resources for challenging the old regime in power.<sup>216</sup>

A Revolução das Rosas foi a primeira onda de comoção social contra governos autoritários no espaço pós-soviético desde os movimentos nacionalistas do fim da década de 1980, mas não seria a última. Ocorreram ainda a Revolução Laranja na Ucrânia e a Revolução

---

<sup>213</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 154-156.

<sup>214</sup> MITCHELL, 2012, p. 5-7.

<sup>215</sup> MITCHELL, 2012, p. 78-83.

<sup>216</sup> TSYGANKOV, 2012, p. 155.

das Tulipas no Quirguistão. Para Lincoln Mitchell (2008), não há dúvida de que as Revoluções Coloridas tiveram um impacto substancial nas relações da Rússia com os Estados Unidos e na percepção russa de ameaça. A Rússia viu o envolvimento americano na região como uma afronta desfavorável aos seus planos no espaço pós-soviético, notavelmente em relação à Geórgia, visto que Washington ofereceu apoio político a um governo pró-Occidental e consideravelmente hostil aos interesses russos no sul do Cáucaso. O autor assevera que:

The Russians viewed the Rose Revolution as a negative development from its earliest days. In their view, the revolution replaced a familiar and weak, but not exactly beloved, leader and government with a new aggressive and strongly pro-Western government. Additionally, the Russians also felt that the revolution moved Georgia further from their orbit and strengthened Western influence in a region considered by Russia as its own backyard or, in Russia's terms, near abroad. Not surprisingly, Russia set out to undermine and damage the new Georgian government.<sup>217</sup>

A leitura do governo de Putin era a de que o envolvimento de atores estrangeiros como os Estados Unidos no seu exterior-próximo poderia ameaçar o cenário político de demais países da região e também o da própria Rússia. Essa preocupação com a mudança do *status quo* do espaço pós-soviético se intensificou quando aconteceu a segunda das Revoluções Coloridas, conhecida como Revolução Laranja, a qual eclodiu no Leste Europeu, mais especificamente na Ucrânia. Seu estopim estava ligado à vitória de Viktor Yanukovich, candidato apoiado pelo partido de situação, no 2º turno das eleições realizadas no último trimestre de 2004. A oposição ao governo – simbolizada pelo candidato Viktor Yushchenko – e os observadores do processo eleitoral concordaram que este havia sido fraudado.<sup>218</sup> O movimento popular nas ruas, somado à pressão internacional, resultou na invalidação das eleições de novembro pela Suprema Corte da Ucrânia, e na convocação de novas eleições, ganhas, dessa vez, por Yushchenko.<sup>219</sup>

---

<sup>217</sup> MITCHELL, 2008.

<sup>218</sup> Yanukovich teve sua candidatura endossada por Leonid Kuchma, que presidia a Ucrânia desde 1994 e era apoiado por Putin. Yushchenko era o candidato da oposição. Os resultados do 2º turno eleitoral apontavam para uma diferença de menos de 3% dos votos entre os dois candidatos, favoráveis à Yanukovich. Descoberta a violação do processo eleitoral, as pessoas foram às ruas. MITCHELL, 2012, p. 48-52.

<sup>219</sup> A pressão internacional por eleições democráticas e que respeitassem a vontade popular advinha dos Estados Unidos e de países da União Europeia. Sobre o apoio americano, Mark Beissinger (2007) relatou: “We have seen active efforts by the United States to support democratic revolutionaries within the post-Soviet region and

Os primeiros sinais de sublevação no Quirguistão ocorreram em março de 2005. A Revolução das Tulipas, como o levante ficou conhecido, teve sua causa original na insatisfação popular com os resultados fraudulentos de eleições parlamentares. O inconformismo da população tinha motivações definidas: destituir Askar Akayev, presidente ligado a esquemas de corrupção.<sup>220</sup> É digno de nota que as motivações das Revoluções Coloridas foram muito similares, só mudaram de lugar. Em geral, elas condenaram governos de situação corruptos e acusados de serem “peões” de Moscou, e apoiaram partidos pró-Ocidentais de valores democráticos. Por isso, Mitchell sustenta que, por compartilharem dessas semelhanças, essas revoluções foram vistas como “important steps forward for global democracy”.<sup>221</sup> Esse contexto, porém, não foi especialmente favorável aos planos russos de influência na região. Como sintetizou Tsygankov, “the colored revolutions were strongly supported by the Western nations, but have been viewed as destabilizing by Russia and directed against Kremlin’s power and security”.<sup>222</sup>

Existem divergências de opinião acerca do envolvimento americano nas Revoluções Coloridas: alguns asseveram que esse apoio era limitado, e só se deu após o estopim de movimentos de oposição nativos, outros autores argumentam que as revoluções foram largamente patrocinadas e incentivadas pelos Estados Unidos.<sup>223</sup> Contudo, a percepção do governo russo à época era só uma: a influência americana havia ameaçado diretamente a estabilidade da região e ferido os interesses da Rússia.<sup>224</sup> Domesticamente, o grupo estatista pediu que o governo reagisse com uma política externa mais assertiva. De acordo com Tsygankov, “Statists insisted that cooperation with the West was not paying off, and Russia had to defend its interests more aggressively because its own survival was at stake”.<sup>225</sup>

Ao perceber que o equilíbrio na região pós-soviética se tornava cada vez mais precário, a administração de Putin passou a reear uma revolução dentro da própria Rússia. A impressão que se tinha era a de que a principal meta norte-americana era a de eventualmente mudar o regime político na Rússia. Há quem explique que a criação de novos programas

---

elsewhere. The United States government spent \$65 million promoting democracy in Ukraine in the years immediately preceding the Orange Revolution.”

<sup>220</sup> No auge da comoção popular no Quirguistão, Akayev renunciou e fugiu para Moscou. RADNITZ, 2006.

<sup>221</sup> MITCHELL, 2012, p. 11.

<sup>222</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 172.

<sup>223</sup> BEISSINGER, 2007; MITCHELL, 2012; ORTEGA, 2009.

<sup>224</sup> Certa feita, quando questionado sobre sua opinião acerca do envolvimento americano no financiamento de revoltosos no espaço pós-soviético e também de terroristas na Chechênia, Putin afirmou: “Em relação à informação e ao apoio político, nenhuma prova é necessária. Era evidente para qualquer um, porque era feito abertamente. Temos provas dos apoios operacional e financeiro, e algumas delas nós apresentamos aos colegas norte-americanos.” STONE, 2017, p. 54.

<sup>225</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 158.

destinados à proteção de falantes de russo no exterior se deu em razão desse contexto explosivo de revoluções periféricas.<sup>226</sup> Em 2005, durante um discurso de viés pró-estabilidade regional, Putin falou à Assembleia Federal russa que:<sup>227</sup>

We consider international support for the respect of the rights of Russians abroad an issue of major importance, one that cannot be the subject of political and diplomatic bargaining. We hope that the new members of NATO and the European Union in the post-Soviet area will show their respect for human rights, including the rights of ethnic minorities, through their actions. Countries that do not respect and cannot guarantee human rights themselves do not have the right to demand that others respect these same rights.<sup>228</sup>

Na medida em que a Rússia iniciou e financiou programas orientados para a proteção de falantes de russo no exterior – incluindo campanhas em prol do aprendizado e da preservação do idioma –, os governos de países como a Moldávia, a Geórgia e a Ucrânia reagiram a fim de evitar que a influência russa assumisse proporções dantescas. Fiona Hill sintetiza que, nesses países, “Russian-speakers were increasingly viewed as a ‘fifth column’ for the reassertion of Moscow’s influence over its neighbors’ domestic and foreign policies”.<sup>229</sup>

É importante nuançar que, à época do segundo mandato de Putin, as políticas do Krêmlin para o espaço pós-soviético mantiveram seu caráter civilizacionista, e estavam notadamente voltadas para realizar as aspirações geopolíticas da Rússia no seu exterior-próximo, mesmo que não pela via do uso da força. Nas palavras de Vladimir Putin, “relations between CIS states and Russia should be made as attractive as possible not only for us, but also for them”. O presidente também insistia que a Rússia não desejava reaver suas posses territoriais do passado, mas sim proteger a herança cultural de seus compatriotas e

---

<sup>226</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 173.

<sup>227</sup> Thornike Gordadze acrescenta que, de acordo com a lógica da elite decisória do Krêmlin, “any attempt to establish a democratic system beyond the borders of the Euro-Atlantic world cannot be ‘natural’ and must therefore be the result of a Western conspiracy, and an intrusion into the natural order of things symbolized by Russia”. GORDADZE apud CORNELL; STARR, 2009, p. 46.

<sup>228</sup> Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/page/286>>.

<sup>229</sup> HILL, 2006, p. 345.

reconquistar “the human dignity and the quality of life of its citizens, whom it regards as its own cultural compatriots”.<sup>230</sup>

Para Andrei Tsygankov e Alexander Sergunin, a mentalidade vigente na política externa russa entre 2004 e 2008 correspondia a um equilíbrio entre as tradições estatista e civilizacionista. O consenso entre os decisores era o de que a Rússia precisava ser assertiva de modo a manter seu status de *derzhava* e alargar sua influência no exterior próximo. Data desse contexto o discurso que marcaria a política externa russa da Era Putin, realizado na 43ª Conferência de Segurança de Munique. O discurso feito por Putin criticava, sobretudo, a ordem mundial unipolar, o uso da força pelos Estados Unidos e seus aliados nos Bálcãs, no Afeganistão e no Iraque, e o alargamento da OTAN em direção às fronteiras ao leste da Rússia. Em declarações que geraram agitação na mídia internacional, Putin argumentou, por exemplo, que:

We are seeing a greater and greater disdain for the basic principles of international law. [...] One state, and, of course, first and foremost the United States, has overstepped its national borders in every way. This is visible in the economic, political, cultural and educational policies it imposes on other nations. Well, who likes this? Who is happy about this? [...] It turns out that NATO has put its frontline forces on our borders, and we continue to strictly fulfill the treaty obligations and do not react to these actions at all. I think it is obvious that NATO expansion does not have any relation with the modernization of the Alliance itself or with ensuring security in Europe. On the contrary, it represents a serious provocation that reduces the level of mutual trust. And we have the right to ask: against whom is this expansion intended? And what happened to the assurances our western partners made after the dissolution of the Warsaw Pact? Where are those declarations today? No one even remembers them.<sup>231</sup>

O discurso de Putin em Munique, que ficou marcado como aquele em que a Rússia deixava claro que não toleraria qualquer tipo de interferência estrangeira em seu solo, terminava com a seguinte asserção: “Russia is a country with a history that spans more than a

---

<sup>230</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 177.

<sup>231</sup> Putin está fazendo referência à versão adaptada do Tratado sobre as Forças Convencionais na Europa, assinado em 1999 por membros da OTAN e do antigo Pacto de Varsóvia, e que rege sobre a redução de forças militares na Europa. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/page/286>>.

thousand years and has practically always used the privilege to carry out an independent foreign policy. We are not going to change this tradition today”.<sup>232</sup> Para a Rússia, ia ficando evidente que era preciso reagir com mais assertividade em sua política externa, e que era preciso também proteger o Estado de influências externas (estatismo), até porque as revoluções em seu entorno estratégico já estavam acontecendo – por iniciativas populares e com a ajuda de países como os Estados Unidos – à revelia das preferências do Krêmlin.

Por fim, o segundo mandato de Putin é marcado também pela causa de ampliar e consolidar as estruturas de segurança coletiva dos países da CEI. Nesse sentido, foram priorizados os seguintes projetos: “the protection of the common CIS borders, a single air defense system, and the creation of the collective rapid reaction forces”. Na visão civilizacionista, essas eram estratégias fundamentais para fortalecer as redes de dependência dos países pós-socialistas com a Rússia.<sup>233</sup>

### 3.3 Conclusões Parciais

Eleito por meio da terceira eleição presidencial realizada pelo voto popular na Rússia, Vladimir Putin alardeou ter pressa de mudar o país e recuperar seu status de grande potência. Putin rompeu com a noção de integração prioritária com o Ocidente e, apesar de ter reconhecido a importância de flexibilizar e ampliar as relações diplomáticas da Rússia, o presidente retomou a estratégia de dar preferência ao fortalecimento das relações com os países do exterior-próximo russo. Nota-se que a política externa da Rússia para o espaço pós-soviético, a qual pretendia avançar em direção ao que Sergey Lavrov definiu como “a unidade civilizacional” das ex-repúblicas soviéticas, no governo de Putin é marcadamente civilizacionista. Até o fim de 2007, pode-se sugerir que esse civilizacionismo aparecia na sua forma mais “branda”, sem que Putin demonstrasse intenções de restaurar o antigo império.

Como explicado em capítulos anteriores, tanto a tradição estatista quanto a tradição civilizacionista atribuem elevada importância às relações da Rússia com os países pós-soviéticos. Mas, no civilizacionismo, essa importância aparece justificada por valores culturais, por simbolismos nacionalistas, pela manipulação de tradições imperiais, por narrativas sobre as origens eslavas da antiga Rus, pela invocação da herança soviética, etc. Já no estatismo, o espaço geopolítico pós-soviético é priorizado principalmente pelo temor de que a Rússia perca os privilégios dessa influência e que suas fronteiras fiquem vulneráveis à

---

<sup>232</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 178.

<sup>233</sup> SERGUNIN, 2015, p. 155-157.

aproximação de potências estrangeiras. A manutenção da influência russa nessa esfera pós-soviética, portanto, seria crucial para a sobrevivência e para a preservação territorial do Estado, assim como para a continuidade do atual regime político.

Em geral, a literatura voltada para a expressão das tradições de pensamento russo em política externa nos dois mandatos iniciais de Putin sugere que havia um equilíbrio relativo na manifestação de cada uma das tradições da tríade gloriosa. Mas, sem dúvida, no que diz respeito às relações da Rússia com o seu exterior próximo, destacam-se as tradições civilizacionista e estatista. Como veremos adiante, há também um destaque pronunciado para essas duas escolas de pensamento nos discursos que justificaram a invasão da Geórgia e a anexação da Crimeia.

#### Capítulo IV.

### **A INVASÃO DA GEÓRGIA**

Neste capítulo, será recapitulado primeiramente como a Guerra da Geórgia veio a acontecer. Em seguida, será feita uma análise de conteúdo dos discursos dos principais decisores em política externa russa acerca do uso da força na Geórgia, com o fim de verificar se houve a expressão de ideias das tradições da trinca gloriosa.

Dmitry Medvedev assumiu a presidência da Rússia em maio de 2008, tornando-se o terceiro presidente eleito do país. Foi Medvedev quem aprovou a emenda à Constituição que ampliou os mandatos presidenciais para seis anos. De acordo com Putin, que cumpriu o mandato de primeiro-ministro da Rússia de 2008 a 2012, o presidente Medvedev “executou com independência todas as suas funções”. De fato, a Constituição de 1993 estabelece uma divisão clara de funções entre o presidente e o primeiro-ministro. Apesar disso, a desconfiança acerca desse arranjo político persistiu, tanto interna quanto externamente. Nas palavras de Oliver Stone, “as fontes ocidentais concordaram que o primeiro-ministro Putin era aquele que dava as ordens na Rússia”.<sup>234</sup> Seja como for, consideramos aqui que Medvedev agiu de maneira independente em seu governo, mas que suas decisões estiveram circunscritas dentro de um arco político maior, que é o da Era Putin.<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> STONE, 2017, p. 42-43.

<sup>235</sup> É digno de nota um comentário feito por Putin ao ser questionado sobre as diferenças entre seu governo e o governo de Medvedev. Putin foi direto ao dizer ao entrevistador que: “O presidente de nosso país muda, mas a política não muda; quero dizer, nas questões de princípio”. STONE, 2017, p. 59.

#### 4.1. Todos os Caminhos Levam a Guerra de Agosto

Os acontecimentos de sete de agosto de 2008 marcaram uma guinada na política externa da Rússia na Era Putin. Foi nessa data que a força militar russa, que não havia cruzado as fronteiras de um Estado soberano com a intenção de ataque desde a Guerra do Afeganistão em 1979, atravessou de forma impetuosa as fronteiras da Geórgia, dando início a uma guerra que gerou forte ressentimento no povo georgiano e intrincadas consequências políticas para o Estado russo. Em teoria, a Guerra Russo-Georgiana durou apenas cinco dias, terminando com um cessar-fogo declarado no dia doze de agosto. Em prática, a realidade é mais nuançada do que isso. Em análise feita no ano posterior à invasão russa da Geórgia, Avante Cornell e Frederick Starr observaram que:

Even if one accepts that the war began on August 7, 2008 (though there strong arguments to suggest it began days or even months earlier), it did not end with the cease-fire agreement signed on August 12. Russian military operations on Georgian territory continued long after that date. Even now, nearly a year later, Russia remains in violation of commitments it made in the cease-fire agreement.<sup>236</sup>

A decisão da Rússia de invadir a Geórgia em 2008 simboliza o momento mais grave da deterioração das relações entre os dois países. É certamente verdade que existem episódios da política externa da Rússia e da Geórgia que ilustram o acúmulo de tensões entre as duas repúblicas pós-soviéticas desde o início da década de 1990. Episódios que, quando analisados em tempos hodiernos, parecem apontar decididamente na direção do que aconteceu em 2008. Com isso mencionado, tentaremos nos ater aos choques que ocorreram entre os dois países durante a Era Putin. Porém, quando for necessário, retomaremos situações temporalmente longínquas, mas que amarram os acontecimentos da história que este capítulo conta.

Para reconstituir a Guerra Russo-Georgiana o mais vividamente possível, é fundamental o entendimento das relações da Rússia com a Ossétia do Sul e a Abkhazia, duas regiões autônomas do Cáucaso que representavam um problema para o governo central da Geórgia antes mesmo da formação da URSS.<sup>237</sup> Ainda à época da Revolução de Outubro, uma das grandes propostas de Lênin era a da criação de uma “Federação do Cáucaso Sul”, em

<sup>236</sup> CORNELL; STARR, 2009, p. 3.

<sup>237</sup> A Geórgia, terra natal de Stálin, era uma das repúblicas que haviam declarado sua independência em relação ao Império Russo no final de 1917. O país foi reconquistado pelas tropas vermelhas em 1921, juntamente com a Armênia e o Azerbaijão. NOVAES, 2017, p. 225.



vistas de conter a opressão das autoridades da Geórgia contra armênios e povos tribais (abkhazianos e ossétios) da região.<sup>238</sup> Lênin também era o responsável pela política de autodeterminação nacional do Partido Comunista, que garantia às populações do recém-criado Estado soviético o direito de preservar elementos de sua própria cultura. Stálin era contrário a essa política, pois desejava a assimilação de todas as minorias nacionais da URSS na figura do *homem soviético*. De qualquer forma, como essas duas regiões – a Abkhazia e a Ossétia do Sul – tinham um histórico de proximidade com os russos desde o czarismo, e como a questão nacional fora valorizada por Lênin, ambas mantiveram sua autonomia dentro do Império Soviético.<sup>239</sup> O texto abaixo nos dá um vislumbre da organização que gerou tensões étnicas no Cáucaso:

A União Soviética era uma federação assimétrica, que consistia de unidades territoriais com status diferentes. No primeiro nível estavam as quinze repúblicas da união, depois as repúblicas autônomas e depois as regiões autônomas. O drama georgiano resultou da desintegração dessa estrutura, em que cada nível de governança estava ordenado hierarquicamente – com o centro da União (Moscou) no topo, a república da Geórgia no meio e, finalmente, a república autônoma da Abkhazia e a região autônoma da Ossétia do Sul na base.<sup>240</sup>

Muitos anos mais tarde, ao fim da década de 1980, a escalada de movimentos separatistas dentro da República Socialista Soviética da Geórgia foi percebida com apreensão por Moscou, que temia a desintegração soviética. O forte ressentimento do povo georgiano contra abkhazianos e ossétios foi um fator crucial na crise que engolfou a Geórgia à época da separação da URSS, e foi um poderoso instrumento político nas mãos dos separatistas que prometiam que as duas regiões seriam dominadas pelo governo central, localizado em Tbilisi, capital da Geórgia. Em 1989, por exemplo, a atenção dos nacionalistas georgianos concentrou-se em torno de duas ideias: a) a ideia de que o idioma georgiano, e não o russo ou a língua osseta, deveria ser regulamentado como o oficial da região autônoma da Ossétia; b) a

---

<sup>238</sup> KOTKIN, 2017, p. 502-503.

<sup>239</sup> CORNELL; STARR, 2009, p. 15-18.

<sup>240</sup> ORTEGA, 2009, p. 46.

ideia da “Geórgia para os georgianos”: um posicionamento político que alçou Zviad Gamsakhurdia como principal líder do movimento separatista georgiano.<sup>241</sup>

De início, os líderes em Moscou desencorajaram as agitações separatistas na Geórgia, mas, em razão das dificuldades enfrentadas pelo próprio centro da URSS em 1991, logo perceberam que o Krêmlin não conseguiria reverter tamanha onda de separatismo. Não foi de surpreender que, em março de 1991, cerca de 90% da população georgiana tivesse votado favoravelmente à saída da Geórgia da URSS durante um referendo popular. Impelidas por essa mesma onda, as regiões autônomas da Ossétia do Sul e da Abkhazia também passaram a reivindicar suas respectivas independências em relação à Geórgia.<sup>242</sup> Com o aprofundamento dos conflitos entre essas partes, mais uma vez a Rússia evidenciou sua lealdade à Ossétia do Sul e à Abkhazia. A crise, assim, introduziu um período de estreitamento das relações entre a Rússia e as duas regiões do Cáucaso. O apoio militar russo à Ossétia do Sul e à Abkhazia – que não renunciaram às suas ambições separatistas, estendendo o conflito por anos – foi fundamental no arrefecimento da questão.<sup>243</sup>

Na Ossétia do Sul, a Rússia conseguiu propor um cessar-fogo entre ossétios e georgianos em julho de 1992.<sup>244</sup> Ficou acordado que o monitoramento do cessar-fogo seria realizado por tropas de manutenção de paz lideradas pela Rússia. Na Abkhazia, um acordo similar foi assinado em maio de 1994 sob os auspícios da ONU. No Krêmlin, as lideranças acreditavam que só o envolvimento russo seria adequado para garantir e consolidar a paz na região e para atenuar os ressentimentos étnicos entre georgianos, ossétios e abkhazianos.<sup>245</sup> Sem o reconhecimento internacional necessário, a Abkhazia e a Ossétia do Sul se tornaram Estados *de facto* independentes.<sup>246</sup> É preciso ressaltar que, com os acordos de cessar-fogo, estudiosos passaram a se referir aos dois conflitos com a alcunha de “frozen conflicts”. Ao escrever sobre o uso crescente desse termo para classificar os conflitos “em aberto” no espaço pós-soviético, Thomas Grant elabora que:

---

<sup>241</sup> Gamsakhurdia foi eleito presidente da Geórgia independente em maio de 1991, mas fugiu para exílio na Chechênia em 1992, onde fora encontrado morto meses depois. Gamsakhurdia seria ilegítimamente substituído por Eduard Shevardnadze, que foi ministro das Relações Exteriores de Gorbatchov no final da URSS. Seu passado político levava muitos a acreditarem que ele não passava de uma figura representativa de Moscou. CORNELL; STARR, op. cit., p. 19-31.

<sup>242</sup> Curiosamente, ambas regiões “intended to remain inside the USSR no matter what Georgia did”. CORNELL; STARR, 2009, p. 18.

<sup>243</sup> COPPIETERS; LEGVOLD, 2005, p. 94-95.

<sup>244</sup> O governo georgiano aboliu o uso do nome “Ossétia do Sul” em 1990, e refere-se à região como Ibéria Interior (*Shida Kartli*).

<sup>245</sup> CORNELL; STARR, 2009, p. 20-26.

<sup>246</sup> Nas palavras de Gerard Toal, “as far as Georgians and most of all the international community are concerned, South Ossetia and Abkhazia are Georgian territory”. TOAL, 2017, p. 20.

Four situations are frequently referred to as frozen conflicts. Transnistria (in Moldova), Nagorno-Karabakh (in Azerbaijan), and South Ossetia and Abkhazia (both in Georgia) are regions in which separatists, with support from an external State sponsor, have functioned as local administrations against the wishes of the incumbent State.<sup>247</sup>

A situação política na Geórgia era de fato paradoxal. Num ambiente já suficientemente polarizado em razão de tensões étnicas, os ossétios e os abkhazianos continuaram guardando lealdade à Rússia e opondo-se ao governo central georgiano. Na condição de principal arquiteta do congelamento dos conflitos na Ossétia do Sul e na Abkhazia, a Rússia manteve-se politicamente envolvida em assuntos locais da Geórgia e fisicamente presente em seu território a partir do envolvimento de suas forças de *peacekeeping* na liderança do monitoramento do cessar-fogo dos conflitos. Se para a comunidade externa o congelamento dos conflitos indicava que tudo ia bem, o cenário interno era bem diferente. A Revolução das Rosas, discutida em capítulo anterior, foi um episódio indicativo do alto grau de instabilidade política no país e do acúmulo de tensões na região.

Anos mais tarde, com a Revolução das Rosas, caíra o governo de Shevardnadze, que fora pressionado a renunciar quando as fraudes eleitorais das eleições parlamentares de 2003 se mostraram inquestionáveis. Moscou, que endossava Shevardnadze “even though Russians despised him for his role in the collapse of the USSR”, fez o que pôde para mantê-lo na presidência.<sup>248</sup> Escreveu Thornike Gordadze que essa atitude sugeria “the great disarray in Russia’s Caucasus policy at the time”. O governo de Putin reconhecia a liderança de Mikheil Saakashvili – líder do bloco opositor da Revolução das Rosas – como uma ameaça potencialmente catastrófica à influência russa na Geórgia. Saakashvili não escondia sua simpatia pela causa da “Geórgia para os georgianos”, e declarava abertamente seu desejo de integrar a Geórgia à OTAN e à União Europeia.<sup>249</sup>

Após o desfecho da Revolução das Rosas, simbolizada pela eleição presidencial de Saakashvili, a presença de forças russas na região permanecia um grave problema para as autoridades de Tbilisi. A percepção georgiana era a de que essa presença era um elemento que dificultava que a conjuntura política finalmente entrasse nos eixos. Mesmo que incômoda para as autoridades de Moscou, a alteração do quadro político na Geórgia não refreou o presidente

---

<sup>247</sup> GRANT, 2017, p. 362.

<sup>248</sup> CORNELL; STARR, 2009, p. 45.

<sup>249</sup> GORDADZE apud CORNELL; STARR, 2009, p. 46-54.

Putin de reconhecer sua legitimidade. Mais tarde, quando Saakashvili recebeu Putin em Tbilisi, o presidente russo tirou proveito da ocasião para fazer-lhe um pedido: para que ele não demandasse “the withdrawal of Russian military bases in Georgia”.<sup>250</sup> A partir daí, o investimento russo na questão da “proteção de compatriotas” na Ossétia do Sul e na Abkhazia também se tornou um problema igualmente expressivo para o novo governo georgiano. Andrei Illarionov descreve que:

Moscow further ratcheted up tensions with Tbilisi by expanding Russian military and administrative control over Abkhazia and South Ossetia and accelerating the distribution of Russian passports in the two territories. Henceforth it could rationalize its actions in these two regions by the claim that it was merely defending its “citizens”.<sup>251</sup>

O acúmulo de tensões entre a Rússia e a Geórgia ao decorrer dos anos nos levam a uma mesma direção: à Guerra Russo-Georgiana de 2008. Entre os episódios que pincelam o contexto da eclosão dessa guerra, podemos incluir: a) a participação da Geórgia na invasão do Iraque ao lado dos Estados Unidos em 2003; b) o anúncio que o presidente georgiano fez dois dias após o discurso proclamado por Putin em Munique: Saakashvili prometeu que a Geórgia entraria para a OTAN em 2009 – em resposta, Eduard Kokoity, presidente da Ossétia do Sul, afirmou: “Georgia may join NATO, but without South Ossetia and Abkhazia”; e c) os desentendimentos russo-georgianos na área energética: a Rússia, principal fornecedora de energia e gás à Geórgia, recorria a cortes propositais e intermitentes de energia para reprimê-la em situações de desavença.

Em alguns estudos sobre o caso, determinadas decisões políticas tomadas pela Rússia nos meses anteriores à guerra de 2008 são interpretadas como medidas propositais para beneficiar a Rússia quando o conflito, que parecia eminente, eclodisse.<sup>252</sup> Illarionov sugere, por exemplo, que a decisão de Putin de assinar um decreto presidencial para retirar a Rússia do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa em julho de 2007 foi um mero pretexto para que, meses mais tarde, a Rússia não tivesse limites legais “on the deployment of Russian troops and equipment in the North Caucasus in preparation for a war against

---

<sup>250</sup> CORNELL; STARR, 2009, p. 55.

<sup>251</sup> ILLARIONOV apud CORNELL; STARR, 2009, p. 63-66.

<sup>252</sup> ASMUS, 2010; ASTROV, 2011; CORNELL; STARR, 2009.

Georgia”.<sup>253</sup> Se essa decisão foi ou não premeditada, não podemos responder, mas o que sem dúvida surpreende é que ela veio a beneficiar a Rússia nos meses que antecederam a invasão militar à Geórgia.

Bastante popular é um episódio controverso que ficou marcado como indício da preparação russa de invasão da Geórgia. Em fevereiro de 2008, durante uma visita televisionada de inspeção de construções de rodovias na República do Daguestão, Putin perguntou “Where does this road lead?” ao guia de sua visita, ao que este respondeu: “To Georgia”. Diante dessa informação, Putin limitou-se a responder: “Good. You need to accelerate its construction. We need one more corridor to there”.<sup>254</sup>

#### **4.2. A Guerra de Cinco Dias: A Invasão Russa da Geórgia**

Na noite de sete de agosto de 2008, tropas russas cruzaram as linhas fronteiriças da Geórgia, desferindo seus primeiros ataques em uma guerra que não duraria mais do que cinco dias, mas que, em realidade, era o resultado da culminância de fatores que vinham deteriorando as relações russo-georgianas antes mesmo da dissolução da União Soviética em 1991. No dia seguinte, de Moscou, o presidente Dmitry Medvedev informou à população russa que havia mobilizado as forças militares do país em razão de atos de agressão por parte da Geórgia contra *peacekeepers* russos e contra a população civil da Ossétia do Sul.

Na literatura, a questão sobre qual lado iniciou a Guerra Russo-Georgiana tornou-se um tópico de controvérsia. Uns argumentam que a Rússia armou o cenário para a guerra meses antes de qualquer postura beligerante por parte da Geórgia, e que as movimentações militares russas na Ossétia do Sul e na Abkhazia tiveram um impacto nocivo sobre as decisões da classe política georgiana.<sup>255</sup> Outros discorrem que, independente das movimentações potencialmente provocativas da Rússia, a guerra foi deflagrada pela Geórgia.

Em relatório publicado em setembro de 2009, o Conselho da União Europeia, que havia designado uma missão especial para a averiguação das causas e das consequências do conflito, concluiu que a situação que incitou a reação das tropas russas foi o prolongado ataque perpetrado por unidades de artilharia georgianas contra alvos na cidade de Tskhinvali –

---

<sup>253</sup> Ibid.

<sup>254</sup> CORNELL; STARR, 2009, p. 67.

<sup>255</sup> ASMUS, 2010, p. 39-43.

localizada no enclave separatista da Ossétia do Sul (ver mapa 1.1). Essa ofensiva resultou na morte de civis e de *peacekeepers* de origem russa que monitoravam a região.<sup>256</sup>

**Mapa 1 – As Fronteiras da Geórgia**



Com um alto grau de detalhamento, o relatório da UE também demonstra que as providências militares tomadas de ambos os lados do conflito não eram resultantes de um único pomo da discórdia, mas de um prolongado e catastrófico agravamento das relações entre russos, georgianos, ossétios e abkhazianos. Além de discorrer sobre esse acúmulo de hostilidades mútuas, o relatório menciona que “the conflict has deep roots in the history of the region, in people’s national traditions and aspirations as well as in age-old perceptions or rather misperceptions of each other, which were never mended and sometimes exploited”.<sup>257</sup>

Em um estudo notável sobre o conflito, em contraste com o relatório da UE, a fim de determinar qual parte iniciou a guerra de agosto de 2008, Andrei Illarionov analisou comparativamente quais ações enquadradas como agressões pela resolução de número 3314/74 da ONU foram cometidas por cada lado belicoso do conflito – o lado da Geórgia e o lado da coalizão formada pela Rússia, pela Abkhazia e pela Ossétia do Sul.<sup>258</sup> De acordo com as estipulações de Illarionov, “Out of 46 actions that are believed to be acts of aggression, 45 were performed first by the Coalition. One action was performed first by Georgia before the

<sup>256</sup> Requisitado pela Comissão da UE, o relatório elaborado por um grupo nomeado de “Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia” nos dá também um vislumbre das tensões que agravaram a crise no Cáucaso e aumentaram a probabilidade de uma guerra russo-georgiana. Disponível em: <[http://www.mpil.de/en/pub/publications/archive/independent\\_international\\_fact.cfm](http://www.mpil.de/en/pub/publications/archive/independent_international_fact.cfm)>.

<sup>257</sup> REPORT, 2009, p. 11.

<sup>258</sup> A Resolução 3314/74 da Assembleia Geral da ONU apresenta uma definição para o termo “agressão” e traz também uma descrição detalhada de exemplos de atos de agressão. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/739/16/IMG/NR073916.pdf?OpenElement>>.

Coalition”.<sup>259</sup> Dentre os atos de agressão cometidos pela Rússia em semanas anteriores à guerra que eclodiu em agosto, incluem-se: a) “shooting down of aircraft of another party”; b) “beginning of mass mobilization”; e c) “mass evacuation of civilians from the zone of conflict”.<sup>260</sup>

Permanece inconcluso se a Rússia pretendeu provocar uma guerra contra seu vizinho territorial ao leste, mesmo porque os discursos da classe decisória do Krêmlin sobre essa questão são notadamente escusatórios. Por outro lado, é fato que a preparação militar russa havia começado meses antes da agressão provocada pela Geórgia em agosto. Entre outras coisas, o aumento dessa preparação minimamente indicativa da intenção de ataque contribuiu para a elevação dos níveis de hostilidade entre a Rússia e a Geórgia, o que tornou a situação geopolítica no Cáucaso cada vez mais perene e resultou na guerra de 2008.

Outro aspecto que influenciou os acontecimentos de agosto e que requer uma breve explanação é o do embate interétnico entre russos, georgianos, ossétios e abkhazianos. Seu impacto na deflagração da Guerra Russo-Georgiana é importante porque teve grande influência sobre o principal desfecho do conflito: a ocupação russa da Ossétia do Sul e da Abkhazia. O que principalmente se preservou desde o congelamento das guerras civis que aconteceram em 1991 e 1992 na Geórgia até a eclosão da guerra de agosto foi o elemento de violência interétnica entre diferentes povos nacionais. Com o sucesso da Revolução das Rosas, favorável aos grupos nacionalistas georgianos, a intenção do governo de Tbilisi era a de estabelecer um Estado cultural e linguisticamente homogêneo. A ideia da “Geórgia para os georgianos” continuava sendo propagada e interpretada como politicamente necessária.

A retomada do discurso da “Geórgia para os georgianos” no governo de Mikheil Saakashvili (2004-2013) gerou fortes frustrações entre ossétios e abkhazianos, que temiam a repetição da onda de violência que marcou as guerras civis dos anos 1990 e que resultaram na morte de boa parte da população. No passado, foi esse mesmo discurso que fomentou a resistência e a busca por independência por parte das regiões autônomas que existiam dentro da Geórgia já no período da União Soviética. Esse emaranhado de questões étnicas e de sentimentos separatistas tornou-se insustentável com o acúmulo de choques nas relações entre a Rússia e a Geórgia. Considerando esses aspectos, a agressão militar georgiana contra a Ossétia do Sul em agosto de 2008 tanto não era um elemento novo na história das relações

---

<sup>259</sup> ILLARIONOV apud CORNELL; STARR, 2009, p. 77-80.

<sup>260</sup> Ibid.

entre as duas regiões, quanto também era esperado por parte da população osseta. Essa agressão, como se sabe, foi seguida de uma reação russa.

### 4.3. Razões Russas

Como observado na seção anterior, a literatura especializada sobre a Guerra da Geórgia ajuda a explicar o contexto histórico que tornou possível a eclosão desse conflito. Nesta seção, o objetivo central é o de identificar as razões que foram apresentadas pelos principais decisores do Krêmlin para justificar o uso da força por parte da Rússia na guerra contra a Geórgia. A fim de testar a premissa de que há um ideário motivador para as invasões russas de países pós-soviéticos, ao fazer a análise do conteúdo dos discursos dos decisores, tentaremos chamar a atenção para as justificativas que se enquadram no ideário das tradições ocidentalistas, estatista e civilizacionista.

Foi Dmitry Medvedev quem estabeleceu o tom da retórica oficial a respeito da reação russa à agressão militar georgiana. Na tarde do dia oito de agosto, Medvedev dirigiu-se pela primeira vez à população russa e à mídia e discorreu sobre a invasão russa do território de seu vizinho territorial ao leste, a Geórgia. Esse discurso tem um elevado valor histórico para o entendimento do conflito russo-georgiano porque apresenta o ponto de vista inicial do líder que representava, naquele momento, a principal voz da política externa russa. Logo na abertura do seu discurso, Medvedev retoma, mesmo que não intencionalmente, uma das ideias centrais da tradição estatista, que é o da Rússia enquanto uma *derzhava*, uma entidade política cujo destino histórico está associado à manutenção do equilíbrio geopolítico euro-asiático.<sup>261</sup> Medvedev asseverou: “Russia has historically always been the guarantor of the security of the people of the Caucasus. This is our mission and our duty. We have never been just passive observers in this region and never will be”.<sup>262</sup> E o discurso prosseguiu, dessa vez fazendo alusão à uma ideia cimentada na tradição civilizacionista, que é a da proteção dos compatriotas russos que vivem no exterior:

Last night, Georgian troops committed what amounts to an act of aggression against Russian peacekeepers and the civilian population in South Ossetia. What took place is a gross violation of international law and of the mandates that the international community gave Russia as a partner in the peace

---

<sup>261</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 95.

<sup>262</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Statement of the Situation in South Ossetia**. August 8, 2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/statements/1042>>.



process. Georgia's acts have caused loss of life, including among Russian peacekeepers. [...] Civilians, women, children and old people, are dying today in South Ossetia, and the majority of them are citizens of the Russian Federation. In accordance with the Constitution and the federal laws, as President of the Russian Federation it is my duty to protect the lives and dignity of Russian citizens wherever they may be. It is these circumstances that dictate the steps we will take now. We will not allow the deaths of our fellow citizens to go unpunished. The perpetrators will receive the punishment they deserve.<sup>263</sup>

E assim se iniciava a profusão de declarações oficiais por parte da elite decisória do Krêmlin a respeito do envolvimento russo na Guerra da Geórgia. Recém-chegado à presidência, Medvedev havia completado pouco mais de três meses no cargo quando teve de decidir se a Rússia entraria ou não em guerra. No entanto, Medvedev não teve relutância em admitir que a Rússia vinha se preparando há meses para a eventualidade de um conflito, uma vez que a situação no Cáucaso estava pendendo contra os seus interesses na região. Preparada para a guerra, a Rússia invadiu o norte da Geórgia na madrugada de oito de agosto, e apresentou como principal motivação para tal belicosidade o argumento da preocupação com a proteção e a integridade de seus compatriotas. Medvedev repetiu essa mesma justificativa em outro discurso, reforçando também a imagem da Rússia enquanto mediadora de conflitos nas regiões separatistas da Geórgia e enquanto parte interessada na garantia da paz e da estabilidade da região – outra máxima da tradição estatista. Medvedev informou:

We are carrying out our share of the responsibilities for ensuring security in this very complex region. But the issue is that the Ossetians and Abkhazians themselves trust only the Russian peacekeepers because the events of the last 15 years have shown them that the Russian peacekeepers are the only force able to protect their interests and often their very lives. This is why they see the Russian troops as the only guarantee of their security, and this is something that also has to be taken into account. [...] And if anyone continues to attack our citizens and our peacekeepers, of course we will respond just as we responded on this occasion.<sup>264</sup>

---

<sup>263</sup> Ibid.

<sup>264</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Joint Press Conference with Federal Chancellor Angela Merkel**. August 15, 2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1102>>.

A Rússia, Medvedev declarava, não poderia abandonar seus compatriotas porque essa era a sua missão histórica, e não poderia deixar de responder à agressão georgiana porque perderia sua autoridade no Cáucaso. Em suas declarações ao povo e à imprensa, Medvedev sugeria que a Rússia tinha uma responsabilidade para com o povo osseta, e fez menções aos eventos de agosto como um “genocídio” orquestrado pelo governo georgiano contra os “irmãos de sangue” da Rússia.<sup>265</sup>

Por classificar a agressão georgiana como um genocídio, em muitos pronunciamentos, Medvedev também justifica a reação militar russa com base no argumento de ajuda humanitária e de responsabilidade democrática com os direitos humanos no Cáucaso. Cornell e Starr (2009) escrevem que, após a guerra de agosto, a imprensa internacional estava mais desinibida para criticar o autoritarismo do regime político russo, e o Krêmlin, que não reage bem ao que interpretam como ofensas ao caráter nacional russo, respondeu incluindo nos discursos a respeito da Guerra da Geórgia a argumentação de que a Rússia era uma democracia que lutava a favor dos direitos humanos na região.<sup>266</sup> Em contextos diversos, Medvedev, provido de argumentos de orientação ocidentalista, também alegou caber à Rússia a responsabilidade de fortalecer a democracia nas regiões autônomas da Geórgia. Medvedev expressa essa ideia ao dizer que:

Russia’s objective was to rein in the Georgian aggressors, restore peace and stability to the Trans-Caucasus region and create the conditions for the Abkhazian and South Ossetian people’s free and democratic development. [...] We are laying a solid foundation for the broadest and most comprehensive partnership in the interests of our peoples.<sup>267</sup>

Em outra reação às críticas que foram feitas contra as providências militares tomadas pela Rússia contra a Geórgia, Medvedev também afirmou:

---

<sup>265</sup> CORNELL; STARR, 2009, p. 45.

<sup>266</sup> É importante contrabalancear esse tipo de asserção com a conclusão de organizações não-governamentais como a Human Rights Watch, que observou em campo a situação na Geórgia e concluiu que as motivações da Rússia “were more punitive than reactive”, e que o governo russo exagerou o número de mortos e feridos em documentos oficiais. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2009/country-chapters/europe/central-asia-georgia>>.

<sup>267</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Joint Press Conference with Federal Chancellor Angela Merkel**. August 15, 2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1102>>.

We realize the great responsibility we have and are doing everything we can to build a democratic and rule-of-law state in which there will be no war and where the rights and freedoms of all minority peoples will be respected. We guarantee this with our lives and our Constitution.<sup>268</sup>

As justificativas para o uso da força na região também se concentravam em torno de outro argumento: o de que a Rússia estava se defendendo contra um regime político que oferecia apoio tácito aos Estados Unidos e à OTAN, e que proteger a Rússia do avanço dessa organização em direção a fronteira leste da Rússia era um imperativo político. Em um discurso, Medvedev insinua que o presidente da Geórgia foi influenciado pela classe política norte-americana a reagir militarmente contra a minoria osseta e a tomar as medidas que levaram à situação belicosa de agosto de 2008. Ele demonstra ter chegado a essa conclusão ao relatar o seguinte caso:

I can say quite frankly that during my first meeting with Saakashvili in St. Petersburg after my inauguration as President, the first thing I said to him was “Keep in mind that we support your country’s territorial integrity so long as no new decisions changing the situation are made at international level, and we will help you, but you too need to behave decently. You need to engage in dialogue and not threaten these two unrecognized autonomous regions with guns. For a time it seemed to me that our Georgian colleagues had taken these arguments on board. [...] We even agreed on the documents we could sign, but later, regrettably, as a result of the activities of a power outside the region, the United States of America, the situation changed. The U.S. Secretary of State arrived in Tbilisi, sang some tune, and this person [Saakashvili] decided on war.”<sup>269</sup>

Partindo do pressuposto de que o governo de Saakashvili, por ter orientação pró-ocidental e ter declarado desejar integrar a OTAN, o líder russo argumentava em discursos de viés escusatório que a Rússia sempre teve um posicionamento conciliatório e pacífico no Cáucaso, visto que era a responsável pelo equilíbrio geopolítico na região, e que foi a

---

<sup>268</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Statement Following Signing of the Treaties of Friendship, Cooperation and Mutual Assistance with the Republics of Abkhazia and South Ossetia**. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/page/255>>.

<sup>269</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Transcript of Meeting with Representatives**. September 18, 2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/statements/1467>>.

intromissão norte-americana nos assuntos internos e externos da Geórgia que fez com que o equilíbrio regional se desgastasse, resultando na guerra de agosto. Em resumo, a Rússia via os Estados Unidos como a potência que estava diretamente envolvida no estímulo ao avanço georgiano contra a região separatista da Ossétia do Sul. Por essa lógica, a Rússia também estava reagindo contra a influência americana no seu exterior-próximo. Sobre isso, Medvedev falou a Assembleia Federal russa que:

The conflict in the Caucasus was used as a pretext for NATO naval vessels to enter the Black Sea and then to speed up the imposition of an American missile defense system on Europe. This situation forces Russia to take measures in response. Thus, Tbilisi's adventure in its own backyard has had repercussions that go far beyond the region, have increased tension across Europe and throughout the whole world, cast doubts on the effectiveness of the international security institutions and destabilized the foundations of the world order. [...] We need to put in place mechanisms that can block the mistaken, selfish and at times simply dangerous decisions made by some members of the international community. It makes no sense to hide the fact that the tragedy of Tskhinvali<sup>270</sup> was made possible in part by the conceit of an American administration that closed its ears to criticism and preferred the road of unilateral decisions.<sup>271</sup>

Um mosaico de trechos de discursos proferidos por Medvedev faz referência à percepção da elite política do Krêmlin de que a OTAN representava uma ameaça imediata à sobrevivência do Estado russo, e de que a postura beligerante da Geórgia era uma das consequências da intervenção incisiva dos Estados Unidos nos processos políticos de certos países pós-soviéticos. Segundo Medvedev, a diplomacia de bastidores entre representantes do governo americano e do governo de Saakashvili teve implicações diplomáticas gravíssimas para as relações russo-estadunidenses, algo que a Rússia não desejava.

Como deslindado em capítulos anteriores, uma das principais ideias adquiridas pela tradição estatista à época da Guerra Fria foi a de contrabalancear as ações políticas, culturais e

---

<sup>270</sup> Cabe lembrar que o primeiro estágio da Guerra Russo-Georgiana se deu com o ataque georgiano contra civis na cidade de Tskhinvali, capital da Ossétia do Sul. De acordo com a ONU, o ataque realizado na madrugada do dia oito resultou na morte de quase dois mil civis e na fuga de mais de quarenta mil pessoas da zona de conflito. POPJANEVSKI apud CORNELL; STARR, 2009, p. 154.

<sup>271</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Address to the Federal Assembly of the Russian Federation**. November 5, 2008. Disponível em: <<http://en.special.kremlin.ru/events/president/transcripts/1968>>.

militares do bloco capitalista. No pós-Guerra Fria, subtraído o elemento de confrontação ideológica entre a Rússia e os Estados Unidos, os estatistas passaram a interpretar essa ideia de contrabalanço como algo necessário à projeção da grandeza da Rússia, que não poderia ficar para trás em relação ao Ocidente. Nos anos 1990, por exemplo, Primakov, primeiro-ministro de Yeltsin, praticou essa ideia ao reagir ao segundo alargamento da OTAN propondo a formação de um triângulo estratégico entre a Rússia, a China e a Índia para contrabalancear a ação provocativa dos americanos.<sup>272</sup>

Na Era Putin, Tsygankov sugere que essa mesma lógica de contrabalanço foi seguida para neutralizar os avanços da OTAN nos anos anteriores à Guerra Russo-Georgiana. Evidenciando a preocupação permanente do grupo estatista com a segurança do Estado e a ênfase atribuída pelos civilizacionistas à proteção do espaço pós-soviético enquanto uma esfera privilegiada de interesse da Rússia, o autor explica que:

The West's geopolitical advances into what Russia has traditionally viewed as its sphere of interests and the desire expressed by the post-revolutionary Georgia and Ukraine to join NATO exacerbated Russia's sense of vulnerability and isolation by the West. Following the summit of NATO in Bucharest, Russia reiterated that it would do everything in its power to prevent expansion of the alliance and extension of its membership to Georgia and Ukraine. The so-called frozen conflicts were merely leverage in the Kremlin's hands, and until the war in the Caucasus in August 2008, the Kremlin had planned to keep them frozen until NATO bore out its plans to continue its march to the East. In the aftermath of the summit, to signal its dissatisfaction to Georgia, the Kremlin extended additional assistance to the secessionist South Ossetia and Abkhazia.<sup>273</sup>

Realizada em abril de 2008, a Cúpula de Bucareste foi observada com apreensão pela Rússia. Isso porque a Geórgia, explícita em sua intenção de ingressar para a OTAN desde 2004, esperava que as grandes potências da organização aquiescessem à sua adesão ao *Membership Action Plan*, mecanismo que permite a entrada de um país à OTAN. Em luz disso, a chanceler alemã Angela Merkel lembrou a liderança georgiana de que um dos princípios basilares da organização: países com conflitos territoriais não solucionados não

---

<sup>272</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 26.

<sup>273</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 193.

poderiam ser integrados à Aliança. Tanto a Geórgia quanto a Ucrânia tiveram sua entrada para a OTAN negada durante a Cúpula de Bucareste. Mais tarde, essa decisão foi expressa em um comunicado à imprensa. Com efeito, a Rússia, que ainda era presidida por Putin, reagiu. Illarionov descreve que:

Twenty minutes after the Bucharest Communiqué was published, the Russian president issued a statement that, “We will provide effective assistance to South Ossetia and Abkhazia in return for NATO’s decision”. The Head of the Russian Military Staff, for his part, added that “We will do everything to prevent Georgia from joining NATO”. A jubilant Putin sent letters to Bagapsh and Kokoity promising practical steps towards the removal of sanctions and the opening of diplomatic legal relations between Russian and the two republics. On April 9, Lavrov reiterated that Russia “would do its utmost not to allow Georgia into NATO”.<sup>274</sup>

Retomando o argumento anterior, as reações da Rússia à probabilidade da entrada da Geórgia para a OTAN podem ser interpretadas à luz do ideário estatista. Convencida de que uma aproximação da aliança militar remanescente da Guerra Fria de suas fronteiras constituiria uma ameaça à sobrevivência do Estado, a contramedida da Rússia para retardar o ingresso georgiano para a OTAN foi continuar a atuar em prol das regiões separatistas desse país pós-soviético. Essa contramedida teve prosseguimento após a Guerra Russo-Georgiana. No dia 26 de agosto de 2008, Medvedev assinou um decreto presidencial reconhecendo a independência da Ossétia do Sul e da Abkhazia. Nessa data, o presidente declarou que:

Tbilisi made its choice during the night of August 8, 2008. Saakashvili opted for genocide to accomplish his political objectives. By doing so he himself dashed all the hopes for the peaceful coexistence of Ossetians, Abkhazians and Georgians in a single state. The people of South Ossetia and Abkhazia have several times spoken out at referendums in favor of independence for their republics. [...] They have the right to decide their destiny by themselves.<sup>275</sup>

---

<sup>274</sup> Sergei Bagapsh foi presidente da Abkhazia entre 2005 e 2001. Eduard Kokoity foi presidente da Ossétia do Sul entre 2011 e 2011. ILLARIONOV apud CORNELL; STARR, 2009, p. 68.

<sup>275</sup> Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/page/286>>

O reconhecimento russo da independência da Ossétia do Sul e da Abkhazia representou um momento simbólico na história do Cáucaso. Ao fim e ao cabo, a decisão favoreceu o Estado russo. Verbalizando a sua interpretação da situação, Medvedev disse que o reconhecimento da independência dessas repúblicas era necessário para a proteção da dignidade humana e da liberdade do povo do Cáucaso, e que muito possivelmente o povo osseta teria sido exterminado se não fosse pela interferência russa. Na sua visão, ao oferecer “protection for all the peoples of the multiethnic Caucasus”, a Rússia cumpria a sua missão histórica de garantidora da paz na região. Para desconfiar da Geórgia, a Rússia também se comprometeu em oferecer suporte militar para as novas unidades políticas do Cáucaso. Negando o interesse do Krêmlin de incorporar a Ossétia do Sul e a Abkhazia à Rússia, Medvedev disse que:

As you know, we are not changing any borders and have no interest in doing so. [...] As for recognition, for us the matter is closed: in terms of international law for us two new states have emerged. We have already prepared agreements with them, including agreements on the establishment of diplomatic relations. There will be other agreements, according to which we will provide them with economic, cultural and military support.<sup>276</sup>

Para a Geórgia, o reconhecimento da independência da Ossétia do Sul e da Abkhazia pela Rússia parecia um retorno aos tempos da Guerra Fria. Ciente de que essa impressão poderia ser compartilhada por outros países, Medvedev, apesar de insistir em uma retórica sobre esferas preferenciais de interesse, negou que a Rússia tivesse qualquer intenção de retomar as políticas expansionistas do Império Soviético. Com isso colocado, Medvedev notou que, ainda assim, “Russia is a country that has to be reckoned with”.<sup>277</sup>

Em vista do alargamento da OTAN, a ideia de esferas de influência voltou a ser reforçada pela liderança política do Krêmlin. Alguns dias após o desfecho do conflito na Geórgia, durante uma entrevista a um programa televisivo, Medvedev mencionou os cinco novos princípios que guiariam a política externa russa em face da realidade geopolítica que se colocava no Cáucaso. Mencionando que a nova realidade internacional era mais complexa e

---

<sup>276</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Press Conference Following Talks with President of France**. September 8, 2008. Disponível em: < <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1330>>.

<sup>277</sup> Ibid.

exigia uma mudança de postura, Medvedev mencionou de forma muito sucinta quais princípios eram esses:

First, Russia recognizes the primacy of the fundamental principles of international law, which define the relations between civilized people. [...] Second, the world should be multi-polar, A single-pole world is unacceptable. Domination is something we cannot allow. We cannot accept a world in which one country makes all the decisions, even as serious and influential a country as the United States of America. Such a world is unstable and threatened by conflict. Third, Russia does not want confrontation with any other country. Russia has no intention of isolating itself.<sup>278</sup>

Os princípios mais específicos eram o quarto e o quinto. Esses pontos faziam alusão, entre outras coisas, às motivações que a Rússia teve para invadir militarmente a Geórgia em agosto de 2008. O tom desses princípios não é brando, e aparecem mais como demandas do governo russo à comunidade externa de Estados, primeiro pelo respeito aos seus cidadãos e compatriotas – onde quer que eles estejam – e segundo pelo reconhecimento de suas esferas privilegiadas de interesse, simbolizadas pelo exterior-próximo da Rússia. É importante salientar que os termos do quarto e do quinto princípio se enquadram rigorosamente nas ideias propostas pela tradição civilizacionista de pensamento russo em política externa:

Fourth, protecting the lives and dignity of our citizens, wherever they may be, is an unquestionable priority for our country. Our foreign policy decisions will be based on this need. It should be clear to all that we will respond to any aggressive acts committed against us. Finally, fifth, as in the case of other countries, there are regions in which Russia has privileged interests. These regions are home to countries with which we share special historical relations and are bound together as friends and good neighbors. We will pay particular attention to our work in these regions and build friendly ties with these countries, our close neighbors.<sup>279</sup>

---

<sup>278</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Interview given by Dmitry Medvedev to Television Channel One**. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/statements/48301>>.

<sup>279</sup> Ibid.



O quinto princípio parecia sugerir que, de certa forma, a determinação da Rússia era a de restabelecer sua posição predominante no espaço pós-soviético, visto que essa era a sua “esfera de influência” prioritária. Esse conceito é muito utilizado pela escola civilizacionista para reforçar a importância da projeção russa de poder no seu exterior-próximo. Essa escola coloca essa estratégia como determinante para que a Rússia assegure seu status de potência. O conflito travado contra a Geórgia, que também foi justificado pelo argumento de defesa de “areas of privileged interests”, quando somado a outras demonstrações de força sobre seus vizinhos territoriais – como as situações em que a Rússia cortou o fornecimento de energia para seus compradores no espaço pós-soviético –, constituem um quadro geopolítico que explicita a busca russa pelo domínio dessas esferas de influência. Medvedev foi um destacado proponente dessa ideia, e não era nada de surpreendente ouvi-lo dizer frases como “the countries on our borders are priorities”.<sup>280</sup>

Como elucidado no quarto princípio elaborado por Medvedev, outra prioridade do Estado era a de proteger as pessoas de cidadania russa, estivessem elas vivendo na Rússia ou não. O princípio também destaca que o governo russo considera estar no direito de reagir nas circunstâncias em que seus compatriotas tiverem sua integridade violada. Sem exceção, esse mesmo princípio apareceu mencionado como prioridade em todos os documentos que estabeleceram as diretrizes da política externa russa ao longo da Era Putin. Quando mencionada, a ideia de proteger cidadãos russos e compatriotas russos que vivem no exterior muitas vezes vem acompanhada da ideia de encorajar a cultura e o idioma russo prioritariamente nos países da CEI.<sup>281</sup> Do ponto de vista da elite decisória russa, essa política era necessária para proteger os valores culturais compartilhados entre a Rússia e seus vizinhos territoriais, com os quais ela partilhava laços históricos. Curiosamente, em seus discursos sobre a invasão da Geórgia, Medvedev, ao justificar a importância da postura assertiva – e, à época, beligerante – da Rússia no Cáucaso, menciona aspectos culturais e civilizacionais:

We are people with more than a thousand years of history, people that have developed and brought civilization to a vast territory, created a unique culture and built up powerful economic and military potential, people who act on the solid basis of values and ideals that have taken shape over the centuries and stood up the test of time. [...] Our people have a rich spiritual

---

<sup>280</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Interview to Chanel One Russia NTV**. August 31, 2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/48301>>.

<sup>281</sup> PACER, 2016, p. 17-18.

and moral heritage. We have much to love and be proud of, much to stand up and defend, and much to aspire towards. This is why we will stand firm in the Caucasus.<sup>282</sup>

Nesse mesmo pronunciamento, Medvedev abre parênteses para refletir sobre os valores da sociedade e do Estado russo, valores esses que refletiam na política externa do país, e que refletiram também na decisão russa de impor-se militarmente contra a Geórgia em agosto de 2008. Medvedev resume esses valores políticos da seguinte forma:

I would like to speak about our values. They are well known. There is justice, which we understand as political equality, honest courts and responsible leaders. [...] There is freedom – personal, individual freedom. [...] And there is general national freedom, the independence and freedom of the Russian state. There is the welfare and dignity of human life. There is interethnic peace and the unity of diverse cultures. There is protection for small peoples, and the recognition of South Ossetia’s and Abkhazia’s independence is an example of this protection. There is patriotism, along with the most sober and critical look at our country’s history and our far from ideal present, belief in Russia that shines through no matter what the circumstances, deep-rooted love for our native land and our great culture. These are our values, the foundations of our society and our moral beacons. To put things more simply, it is these self-evident things that we all understand that are what make us a single people, what make us Russia.<sup>283</sup>

Primeiro, vale a pena ressaltar o que é apresentado por Medvedev como “interethnic peace and the unity of diverse cultures”. Nota-se que o presidente concatena a proteção de nacionais russos no exterior juntamente com a proteção de minorias étnicas no seu exterior-próximo, e apresenta essa correlação enquanto um dos valores da política externa russa. Segundo, é inquestionável que a fala de Medvedev incorpora vários dos elementos do ideário civilizacionista: patriotismo, a Rússia enquanto um país multiétnico, a diversidade cultural do seu território, o respeito por essas tradições culturais. Mesmo em sua concepção mais

---

<sup>282</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Address to the Federal Assembly**. November 5, 2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1968>>.

<sup>283</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Address to the Federal Assembly**. November 5, 2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1968>>.

moderna, ou seja, em sua versão no pós-Guerra Fria, o civilizacionismo continua enfatizando que a Rússia é uma entidade cultural distinta. A grandeza do país, sua vastidão, sua composição étnica multidiversa, seus laços históricos com os países da Rússia Imperial e da Rússia Soviética, suas tradições religiosas, seus valores políticos, tudo isso é apontado pelo grupo civilizacionista como elementos importantes da identidade nacional russa.<sup>284</sup> O que Medvedev traz em muitas de suas falas para justificar o uso da força na Geórgia e para reassegurar sua influência no espaço pós-soviético são, portanto, evocações significativas de ideias trazidas para foco notadamente pela tradição civilizacionista.

Elementos de civilizacionismo também foram percebidos nos pronunciamentos dados por Vladimir Putin sobre o uso de força militar no Cáucaso. Refutando a impressão de que a Rússia havia iniciado o conflito na Geórgia, Putin declarou: “We have not attacked anyone. It is we who are demanding guarantees from others that they will not attack us anymore and will not kill our citizens”. Continuando sua linha de raciocínio, o primeiro-ministro afirmou também que a Rússia aumentaria seu efetivo militar ao longo da fronteira da Ossétia do Sul para prover segurança para os compatriotas russos e para os residentes do país separatista. Em suas declarações sobre a postura russa na guerra contra a Geórgia, Putin expressou também que se concidadãos russos fossem agredidos novamente por um poder externo, a Rússia voltaria a responder militarmente, e finalizou o seu argumento com base no respeito pelas tradições políticas e culturais da Rússia:

We are developing our country according to the principles and criteria that have become established in the world, in the civilized world, and that can be applied to our reality, with due respect for our history, including the political history, the political culture of the Russian Federation, and our traditions. We will continue to act in this manner in the future.<sup>285</sup>

Na condição de primeiro-ministro durante a eclosão da Guerra Russo-Georgiana, Putin declarou à imprensa que a Rússia sempre usou sua influência no seu exterior-próximo para buscar uma estabilidade benéfica a todos, e que foi o rompante belicoso georgiano que alterou esse quadro. Quando questionado sobre as ambições russas no território georgiano, Putin negou que havia por parte da Rússia de redesenhar o mapa da região, e que a Geórgia permaneceria como um Estado independente. Seguiu-se a essa fala a seguinte asserção: “We

---

<sup>284</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 206.

<sup>285</sup> Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1968>>.

have never infringed on Georgia's sovereignty, and have no intention of doing so in the future. And yet, we have special spiritual links with that country and its people".<sup>286</sup>

Retomando a história das relações entre a Rússia e a Geórgia, Putin, em outra declaração, argumentou que as tradições dos dois países estavam entrelaçadas, e que por isso o Krêmlin também prezaria pela integridade dos georgianos que viviam na Ossétia do Sul. De sua parte, Vladimir Putin também ressaltou o papel histórico da Rússia enquanto uma *derzhava* ao se referir a ofensiva russa contra a Geórgia como uma necessidade geopolítica para assegurar "the restoration of balance" no Cáucaso, reafirmando que só a Rússia poderia assegurar a paz na região.<sup>287</sup>

De modo notório, a análise do conteúdo dos discursos de Putin nos meses posteriores a guerra de 2008 permitiu a conclusão de que suas justificativas sobre o conflito tinham uma conotação acentuadamente estatista. Seus discursos à época sugerem que Putin fazia uma correlação entre a Guerra da Geórgia, a influência norte-americana sobre o governo georgiano e o avanço da OTAN em direção ao leste da Rússia. Para Putin, o suporte financeiro dado pelos Estados Unidos à Geórgia favoreceu o belicismo no país. Durante uma entrevista concedida ao jornal CNN, quando questionado sobre a incapacidade americana de refrear a agressão Georgiana contra a Ossétia do Sul, Putin comentou: "It is not just a matter of the U.S. administration being unable to restrain the Georgian leadership from this criminal action; the U.S. side had in effect armed and trained the Georgian army".<sup>288</sup>

Quando falava sobre a Guerra da Geórgia, Putin sugeria que os Estados Unidos contribuíram para a militarização georgiana e para o agravamento da crise no Cáucaso. Para o primeiro-ministro, era inegável que a Geórgia havia violado todos os seus acordos com a Rússia sobre a manutenção de tropas de paz na Ossétia do Sul "with U.S. support". Apesar disso, sempre cauteloso ao falar sobre a Guerra Russo-Georgiana – Putin recorrentemente pedia aos repórteres que dirigissem perguntas relacionadas ao conflito a Medvedev, e não a ele –, o primeiro-ministro por vezes tentava não ser fatalista sobre a influência dos EUA na Geórgia, e chegou a apontar: "It is of course conceivable that our U.S. partners were unaware of all that. But it is highly unlikely".<sup>289</sup>

Não era só Putin quem contextualizava os eventos de agosto de 2008 em termos estatistas. O ministro das Relações Exteriores Sergey Lavrov, que assumiu a referida posição

---

<sup>286</sup> Disponível em: < <http://archive.premier.gov.ru/eng/events/pressconferences/1697//>>.

<sup>287</sup> Disponível em: < <http://archive.premier.gov.ru/eng/events/pressconferences/1640/>>.

<sup>288</sup> Ibid.

<sup>289</sup> Disponível em: < <http://archive.premier.gov.ru/eng/events/pressconferences/1697/>>.

em 2004 e permanece nela em dias atuais, também refletia sobre o envolvimento americano na política externa da Geórgia ao fazer seus apontamentos sobre o conflito. No último dia da Guerra Russo-Georgiana, dia 12 de agosto de 2008, ao discorrer sobre a proximidade política entre Washington e Tbilisi, Lavrov chegou a mencionar: “As the latest events have shown, the U.S. had apparently failed to fulfill the function of restraining this regime and the regime, I would say, got out of control”.<sup>290</sup>

Diante da situação da guerra e da retomada do nacionalismo georgiano por Saakashvili – que havia buscado uma aliança privilegiada da Geórgia com os Estados Unidos –, Sergey Lavrov se queixou que o envolvimento dos americanos não apenas favoreceu a eclosão do conflito como também prejudicou a resolução do mesmo. Após ocupar militarmente a Ossétia do Sul e aproximar suas forças da capital georgiana, interessava a Rússia reconhecer a independência da Ossétia do Sul e da Abkhazia de modo a sinalizar que a Rússia tinha o domínio sobre a situação, e não a Geórgia. Por isso, os russos se recusaram a negociar com os georgianos. Em razão disso, Lavrov mostrou-se incomodado com as tentativas feitas pela secretária de Estado americana Condoleezza Rice de fazer com que georgianos e russos trabalhassem juntos para solucionar o conflito. Lavrov afirmou: “I do not think that Russia will have the mindset not only to negotiate, but even to speak with Mr. Saakashvili. He has committed a crime against our citizens and does not even think of repenting”. Lavrov completou esse argumento alegando que Rice havia distorcido sua decisão de não negociar com Saakashvili e insistindo que a Rússia não pretendia mudar o regime político na Geórgia:

Dr. Rice [...] deemed it possible to at once phone her European colleagues, alleging that I had told her we had decided to overthrow Saakashvili and that only after this would we cease the military operation. Somebody even inserted this rubbish into the speech for President George Bush to make. This is an irresponsible line when the leadership of a great, serious country is informed about the position of Russia’s leadership in this way. We have no plans to overthrow anyone. It is not a part of our political culture and not in

---

<sup>290</sup> LAVROV, Sergey. **Transcript of Remarks and Response to Media Questions at Joint Press Conference.** August 12, 2008. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/minister\\_speeches/-/asset\\_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/328478](http://www.mid.ru/en/press_service/minister_speeches/-/asset_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/328478)>.

the tool-box of our foreign policy to engage in the dethroning-enthroning exercise. That's what others do, whom we know.<sup>291</sup>

Para Sergey Lavrov, as declarações por parte da elite decisória americana no auge da Guerra Russo-Georgiana não contribuíram em nada para amenizar as suspeitas acerca do seu envolvimento no agravamento da crise no Cáucaso. Assim, outra questão foi apontada por Lavrov como agravante do equilíbrio político no Cáucaso e como elemento complicador da resolução do conflito na Geórgia: a questão do avanço da OTAN e da possibilidade de que os Estados Unidos desejasse a entrada da Geórgia para a aliança a fim de ameaçar a integridade territorial russa. Devemos lembrar que essa linha de pensamento encontra sua expressão formal no ideário estatista, amplamente discutido em capítulos anteriores. A proximidade entre integrantes da OTAN e países do exterior-próximo russo, como a Geórgia e a Ucrânia, inflamava a desconfiança russa acerca das intenções da organização. Em 19 de agosto de 2008, Lavrov sinalizou para essa desconfiança:

The North Atlantic Alliance has taken Mr. Mikhail Saakashvili under its protection, and the lexicon of certain alliance members is really astounding. I have heard that the U.S. Secretary of State, Madame Condoleezza Rice, declared today that the objective of Russia's actions was to undermine Georgian democracy – as if there had not been any of the numerous facts of absence of genuine democracy in Georgia during the last year. [...] It is clear that an attempt is being made there to present the Georgian-South Ossetian and the Georgian-Abkhaz conflicts as a conflict between Georgia and Russia while ignoring the history, facts and the entire chain of events since the first president of independent Georgia, Zviad Gamsakhurdia, proclaimed the aim of his policy to be “Georgia for Georgians”, starting aggressive actions against the South Ossetians and the Abkhaz after this and abolishing their autonomy.<sup>292</sup>

---

<sup>291</sup> LAVROV, Sergey. **Transcript of Remarks and Response to Media Questions at Joint Press Conference**. August 12, 2008. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/minister\\_speeches/-/asset\\_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/328478](http://www.mid.ru/en/press_service/minister_speeches/-/asset_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/328478)>.

<sup>292</sup> LAVROV, Sergey. **Transcript of Remarks and Response to Media Questions by Minister of Foreign Affairs of Russia**. August 19, 2008. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/vistupleniya\\_ministra/-/asset\\_publisher/MCZ7HQuMdqBY/content/id/327830](http://www.mid.ru/en/vistupleniya_ministra/-/asset_publisher/MCZ7HQuMdqBY/content/id/327830)>.

Em 2008, para os russos, a influência americana sobre a Geórgia nunca fora mais óbvia. A percepção era a de que isso infligiria grandes prejuízos à Rússia. Uma vez que o Krêmlin havia retomado sua política de expansão de influência sobre o espaço pós-soviético no início da Era Putin e que essa estratégia havia sido intensificada com o passar dos anos, o receio da perda permanente de influência russa em uma área de interesse geopolítico tão importante quanto a Geórgia parecia muito grave aos decisores em política externa. Em uma declaração, Sergey Lavrov chegou a fazer a seguinte insinuação: “The present Georgian leadership is a “special project” of the United States”.<sup>293</sup> Em outra ocasião subsequente ao fim da Guerra de Agosto, declarou ainda:

So it appears to me that NATO is trying to make a victim of an aggressor and whitewash a criminal regime, save a collapsing regime and is taking a path to the rearmament of the current leaders in Georgia, although, probably, everybody has been able to see what arming the aggressor leads to. [...] My impression is that the MAP and this entire policy of drawing Georgia into NATO are not so that Georgia should meet NATO standards; it's just anti-Russian policy, supporting an aggressive regime in Georgia. This is our assessment.<sup>294</sup>

Em um texto preparado para a Assembleia Federal da Rússia em 2008, Medvedev fez uma reveladora alusão à percepção que a Rússia tinha do acercamento de seu território por potências estrangeiras. Levando essa e inúmeras declarações anteriores em consideração, é improvável que a Rússia só tivesse se perturbado com a aproximação da OTAN e com a influência americana em países pós-soviéticos quando estourou a Guerra Russo-Georgiana. Portanto, não é surpresa que tantos discursos acerca do conflito estejam carregados de referências a essas problemáticas. Pode-se sugerir que preocupações desse teor, uma vez que constantemente referenciadas, serviram de motivação a mais para que a Rússia respondesse militarmente contra a Geórgia e intensificasse sua presença militar nas fronteiras da Ossétia do Sul e da Abkhazia após o desfecho do conflito. Além do mais, uma vez que a OTAN não aceita como membros países com problemas fronteiriços não resolvidos, a intensificação das

---

<sup>293</sup> LAVROV, Sergey. **Transcript of Interview of Minister of Foreign Affairs of the Russian Federation Sergey Lavrov**. August 14, 2008. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/minister\\_speeches/-/asset\\_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/328094](http://www.mid.ru/en/press_service/minister_speeches/-/asset_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/328094)>.

<sup>294</sup> Ibid.

forças militares nesses países pode ter sido utilizada pela Rússia para retardar a entrada da Geórgia para a OTAN. Em seu discurso à Assembleia russa, Medvedev disse:

I would add something about what we have had to face in recent years: what is it? It is the construction of a global missile defense system, the installation of military bases around Russia, the unbridled expansion of NATO and other similar ‘presents’ for Russia – we therefore have every right to believe that they are simply testing our strength. Of course we will not let ourselves be dragged into an arms race. But we must take this into account in defense expenditures. And we will continue to reliably protect the safety of the citizens of Russia.<sup>295</sup>

Em uma declaração ainda mais reveladora feita no mês posterior a Guerra Russo-Georgiana, Medvedev fez um alerta às grandes potências sobre a instabilidade no Cáucaso e disse: “What has NATO decided, what has NATO taken care of? All it has done is provoke a conflict”.<sup>296</sup> Da perspectiva russa, o avanço indubitável da OTAN em direção às fronteiras do leste da Rússia demandavam toda a atenção necessária. Não obstante, tendo em vista que a Geórgia configurava para a Rússia um ponto de ampla importância política e geoestratégica, o episódio da agressão georgiana contra ossétios e *peacekeepers* russos desencadeou um agravamento dos ânimos em Moscou, cuja elite decisória demonstrou ter inferido que essa atitude beligerante era resultado não só da política da “Geórgia para os georgianos” de Saakashvili, mas também da influência norte-americana sobre o regime político de Tbilisi.

Terminada a guerra e passada a fase inicial de discursos que focavam sobremaneira na defesa de compatriotas russos, Medvedev foi acrescentando novos argumentos e linhas de raciocínio aos seus discursos. Em certa ocasião, o presidente revelou que considerou variados aspectos desse intrincado quebra-cabeça geopolítico antes de optar por usar a força contra a Geórgia. Afinal, segundo ele, ceder à postura abertamente belicosa da Geórgia poderia ter graves consequências mais tarde. Logo, o uso da força por parte da Rússia era uma alternativa que funcionaria como resposta para diferentes desafios e provocações que se colocavam frente à Rússia. No mês seguinte ao término da guerra, em um discurso direcionado aos membros do *think thank* moscovita Valdai, Medvedev disse:

---

<sup>295</sup> Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1968>>.

<sup>296</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Transcript of Meeting of Representatives of Public Organizations**. September 19, 2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/page/260>>.



We understand what threats NATO membership creates for the current world order in relation to ex-Soviet states. We understand how the prospects of membership have split the population in several of these countries; I am especially referring to Ukraine. We understand how uncomfortable people living in adjacent regions feel. The only thing we do not understand is what is beneficial for NATO in all this? [...] What is the purpose of this? To get closer to Russia once again?<sup>297</sup>

Aos poucos, Dmitry Medvedev começou a adotar uma postura mais firme em seus comunicados sobre os eventos de agosto de 2008. Seus discursos continuaram a refletir a indignação sentida pela Rússia contra a agressão sofrida pelos seus compatriotas que residiam na Ossétia do Sul, mas também passaram a suscitar a importância da guerra de 2008 para uma mudança de paradigma na Rússia. Medvedev chegou a observar com convicção que: “The world changed practically straight way following these events. It occurred to me that for Russia, August 8, 2008 is almost like September 11, 2001 for the United States”. Essa mudança de paradigma refletiu também em uma postura mais assertiva sobre as esferas de interesse russo no espaço pós-soviético. Se antes da guerra as referências sobre esse interesse eram moderadamente veladas, depois da guerra a admissão tornou-se recorrente por parte da elite decisória. Em setembro de 2008, Medvedev declarou:

Russia has its place in this world, its mission, if you will. [...] We will formulate our objectives in accordance with this understanding. I have said before and I say again now, there are regions in which Russia has interests. It would be foolish and in some cases even damaging to deny this. Our partners in the international community speak in these terms with regard to their own interests, and we also need to state this out loud. If we keep quiet as if ashamed of it we will end up with situations like the crisis in August. Of course we will defend our interests, but most important of all, we will protect our citizens.<sup>298</sup>

Em outras palavras, a Guerra Russo-Georgiana possibilitou um cenário no qual a Rússia admitia abertamente desejar predominar sobre os países do seu exterior-próximo. À

---

<sup>297</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Transcript of the Meeting with the Participants in the International Club Valdai**. September 12, 2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1383>>.

<sup>298</sup> Ibid.

moda civilizacionista, Medvedev reforçou que a priorização das relações da Rússia com o seu exterior próximo se dava porque esses laços foram estabelecidos ao longo dos séculos, perpassando as histórias do Império Russo e do Império Soviético. Assim, era inquestionável que a Rússia continuaria a trazer à baila que não abandonaria suas pretensões para o seu exterior-próximo. De novo, também em seu discurso para o Clube Valdai, o presidente destacou: “Our neighbors are without any doubt states that are traditionally close to us and they represent the traditional sphere of interests of the Russian Federation. And the Russian Federation is for them exactly the same sort of traditional sphere of interest”. É curioso notar que ele sugere que nada pode quebrar o vínculo entre a Rússia e seus vizinhos territoriais:

We are so close to each other that it is impossible to come between us: it is impossible to say that Russia would like things a certain way, and our neighbors another. It is not even a matter of belonging to this or that organization, this or that bloc, but rather the common history and genetic connectedness of our economies and the very close kinship of our souls. Therefore, of course, our neighbors and good relations with them are our number one priority.<sup>299</sup>

Essas reflexões ajudam a explicar, por exemplo, a criação da Rossotrudnichestvo (Agência Federal para a Comunidade de Estados Independentes, Compatriotas Vivos no Exterior e Cooperação Humanitária Internacional). Formada em setembro de 2008, esse instrumento de *soft power* do governo russo foi oficializado por decreto presidencial e se tornou um dos elementos mais importantes da gestão de Medvedev. De acordo com o presidente, a Rússia era um Estado multiétnico com uma visão de mundo própria, mesmo que parcialmente influenciada por valores de outros povos. Por isso, no campo político-cultural, a Rossotrudnichestvo pretendia refletir os valores que singularizavam a identidade nacional russa entre os povos dos países pós-soviéticos. De fato, essa agência apresenta como prioridade exclusiva a realização de atividades nos países da CEI, ou seja, no espaço pós-soviético.<sup>300</sup>

Os informes da secretaria de imprensa do ministério de Relações Exteriores da Rússia também apresentam uma gama de exemplos das motivações para as hostilidades contra a Geórgia em agosto de 2008. Andrei Nesterenko, que atuava como secretário de imprensa à

---

<sup>299</sup> Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1383>>.

<sup>300</sup> SERGUNIN, 2015, p. 201-202.

época da invasão militar, reforçava firmemente os argumentos de seus superiores, e insistia na retórica de que a intenção da Rússia era a de proteger seus compatriotas e oferecer assistência humanitária aos grupos étnicos atacados pelo governo georgiano.<sup>301</sup> Nesterenko também afirmou repetidas vezes que a Rússia respondeu “justamente” ao “massacre” provocado pelas autoridades georgianas contra compatriotas russos na Ossétia do Sul.<sup>302</sup> Seguindo os enquadramentos da escola estatista, Nesterenko também sintetizou a questão da Guerra da Geórgia como uma das consequências das movimentações “antirrussas” da OTAN no Cáucaso.<sup>303</sup>

#### 4.4. Conclusões Parciais

Os ideários civilizacionista e estatista foram os que se apresentaram com maior destaque nas justificativas dadas pela elite decisória russa para legitimar o uso da força contra a Geórgia em agosto de 2008. Dentro do ideário civilizacionista, pormenorizado na introdução desta dissertação, nota-se uma prevalência de argumentos que se encaixam na primeira característica do ideário, que é a de que a Rússia tem um destino próprio, a missão de preservar suas tradições políticas e culturais e o dever de proteger os compatriotas russos no mundo. Dentro do ideário estatista, observa-se o prevalecimento de argumentos que refletem o objetivo do Krêmlin de conter o alargamento da OTAN em direção ao leste de suas fronteiras e de atravancar as relações de países pós-soviéticos com os Estados Unidos. Para a Rússia, a OTAN consiste em um inimigo em potencial, e as ações dos países dessa Aliança são sempre referenciadas por Putin e seus subordinados para contextualizar e justificar a legitimidade da Guerra da Geórgia. Em menor medida, os decisores também fazem uso do ideário ocidentalista para argumentar que a Rússia se compromete com a proteção dos direitos humanos na Geórgia e que por isso teve de interferir contra o massacre perpetrado pelo governo central georgiano.

---

<sup>301</sup> NESTERENKO, Andrei. **Response to a Media Question Concerning Participation in Assisting Return of Russian Citizens Currently in Georgia.** August 12, 2008. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/spokesman/answers/-/asset\\_publisher/OyrhusXGz9Lz/content/id/328462](http://www.mid.ru/en/press_service/spokesman/answers/-/asset_publisher/OyrhusXGz9Lz/content/id/328462)>.

<sup>302</sup> NESTERENKO, Andrei. **MFA Spokesman Interview.** September 9, 2008. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/spokesman/answers/-/asset\\_publisher/OyrhusXGz9Lz/content/id/325954](http://www.mid.ru/en/press_service/spokesman/answers/-/asset_publisher/OyrhusXGz9Lz/content/id/325954)>.

<sup>303</sup> NESTERENKO, Andrei. **Response about the outcome of the visit to Georgia by the North Atlantic Council.** September 17, 2008. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/spokesman/answers/-/asset\\_publisher/OyrhusXGz9Lz/content/id/325034](http://www.mid.ru/en/press_service/spokesman/answers/-/asset_publisher/OyrhusXGz9Lz/content/id/325034)>.

## Capítulo V.

### A INVASÃO DA UCRÂNIA

O primeiro objetivo deste capítulo é o de explicitar os fatores explicativos da Revolução Ucraniana iniciada no fim de 2013, deixando claro para os leitores a relação causal entre a insurgência ucraniana e a anexação da Crimeia pela Rússia em março de 2014. À medida que o capítulo avança, proveremos uma análise do conteúdo de discursos dos decisores em política externa russa acerca da invasão russa da Ucrânia, a fim de identificar o ideário motivador da invasão militar e observar qual das tradições das escolas russas de pensamento está em destaque nesse caso.

Embora Vladimir Putin e seus subordinados tenham negado até os meses finais de 2015 que a Federação Russa tenha invadido a Ucrânia em 2014, consideraremos aqui que se tratou de uma invasão militar desde o princípio. A interpretação da anexação da Crimeia como uma invasão militar tem correspondência na historiografia, sendo sustentada na literatura por Serhii Plokyh (2015), Richard Sakwa (2015), Agnia Grigas (2016) e Gerard Toal (2017). Em uma passagem sintética sobre a ligação direta entre a Revolução Ucraniana e a anexação da Crimeia, Toal escreve:

Viktor Yanukovich's rejection of an alternative European Association Agreement in November 2013 brought people into the streets again to protest. Ukraine, as they saw it, faced a "civilizational choice" and should become European not Eurasian. As is well known, the protests spiraled out of control and became a challenge to Yanukovich's government. Fearing the worst, he fled, and a pro-Western government took power. This triggered Russia's invasion of Crimea and subversion of southeast Ukraine, a story that is still unfolding.<sup>304</sup>

A reincorporação da Crimeia ao território russo não foi o ato final dessa invasão militar, mas, por questões de tempo e de espaço, esta dissertação se limita a analisar as justificativas para essa situação em específico. Em realidade, a invasão da Ucrânia tornou-se ainda mais complexa com o passar dos meses e anos, o que é evidenciado pelo envio de

---

<sup>304</sup> TOAL, 2017, p. 8.

tropas militares russas para as regiões de Donbass, Donetsk, Kharkiv, entre outras.<sup>305</sup> Sabe-se que a intensificação militar russa nessas regiões se dá principalmente para oferecer suporte a grupos separatistas que desejam se declarar independentes da Ucrânia e se unir à Rússia. Segundo dados da Rossotrudnichestvo, cerca de trinta milhões de compatriotas russos vivem no exterior, sendo que sete milhões desses residem na Ucrânia.<sup>306</sup> Em Donetsk, região separatista da Ucrânia e controlada por separatistas pró-Rússia desde meados de 2014, estima-se que 48% da população tem etnia russa. A mobilização militar autorizada por Putin nessa cidade, portanto, se mostra puramente tática, e evidencia o desejo do governo de anexar esse território.

### **5.1. Infidelidade à Rússia e Glória para a Ucrânia: A Revolução Popular de 2014**

No anoitecer do dia 22 de fevereiro de 2014, achava-se sobrevoando as terras ucranianas helicópteros das forças especiais do exército russo, com a missão de resgatar o presidente deposto da Ucrânia, Viktor Yanukovich. Tudo foi feito, enfim, para que Yanukovich e sua família recebessem asilo político na Rússia. Meses mais tarde, ao recontar a teatralidade dessa cena a um entrevistador, Vladimir Putin explicou que ordenou a consecução da operação porque “it became clear that Viktor Yanukovich would soon ride into an ambush and be killed”.<sup>307</sup> Ao fugir para o exílio na Rússia, Yanukovich deixou para trás uma intrincada crise política, uma crise que se aprofundaria e tomaria proporções dantescas com o envolvimento militar russo.

Antes que Viktor Yanukovich fugisse no 94º dia de manifestações populares, cabe esclarecer que essa comoção social se seguiu à decisão de Yanukovich de não ratificar um acordo comercial de associação com a União Europeia. Nove anos após a Revolução Laranja, milhares de pessoas voltaram para as ruas da capital, concentradas na Praça da Independência, inicialmente com uma pauta aberta, onde cabia desaprovação em relação à decisão repentina de Yanukovich, insatisfação com o alastramento da corrupção e do abuso de poder, revolta contra a instabilidade econômica, indignação com as pressões feitas pela Rússia contra a assinatura do acordo com a UE e uma aspiração generalizada de mudança.<sup>308</sup> As

---

<sup>305</sup> PLOKHY, 2015, p. 341-342.

<sup>306</sup> Como explicado em capítulos anteriores, a Rossotrudnichestvo é uma instituição governamental criada em 2008 com o objetivo macroscópico de dar assistência aos russos que vivem no exterior. Os dados aqui mencionados estão disponíveis no sítio da agência: <<http://rs.gov.ru/en/activities/5>>.

<sup>307</sup> DOCUMENTÁRIO, 2015.

<sup>308</sup> Em sua avaliação sobre a Revolução Ucraniana, Vladimir Putin disse que “o povo estava farto de toda aquela corrupção absurda, do empobrecimento e do enriquecimento ilegal de alguns”. E assentiu: “Sem dúvida, o povo

manifestações *Euromaidan*, como ficaram conhecidas, destacaram-se também pela infiltração de movimentos nacionalistas que entoavam “glória para a Ucrânia” e que, em última instância, fomentaram o caráter violento dos protestos.<sup>309</sup> Eventualmente, as demonstrações pacíficas que clamavam por integração europeia tornaram-se escancaradamente violentas, o que contribuiu para a transfiguração da *Euromaidan* em uma revolução.

As negociações que resultaram na formulação do texto rejeitado por Yanukovych em 2013 visavam um aprofundamento das relações político-econômicas entre a Ucrânia e a União Europeia. As negociações entre as partes foram iniciadas em 2007, durante o mandato de Viktor Yushchenko, político de orientação pró-ocidental que ascendeu à presidência ucraniana durante a Revolução Laranja, após a invalidação do turno eleitoral fraudado que havia eleito Viktor Yanukovych. Em 2010, Yanukovych, candidato notoriamente pró-Rússia, voltou às disputas eleitorais e foi oficialmente eleito. Ao assumir o poder, o presidente deu certa continuidade às aspirações europeias de seu antecessor, mas tendo cuidado para não se contrapor aos decisores de Krêmlin. Para Ted Marshall, Yanukovych “flirted with the West, but paid homage to Moscow, thus Putin tolerated him”.<sup>310</sup> É certo que, para a Rússia, o acordo de livre-comércio com a UE poderia levar à entrada do seu vizinho territorial ao leste para a organização europeia, e, mais tarde, à sua entrada definitiva para a OTAN. Sobre isso, Marshall escreve:

For the Russian foreign policy elite, membership of the EU is simply a stalking horse for membership of NATO, and for Russia, Ukrainian membership of NATO is a red line. Putin piled the pressure on Yanukovych, made him an offer he chose not to refuse, and the Ukrainian president scrambled out of the EU deal and made a pact with Moscow, thus sparking the protests which were eventually to overthrow him.<sup>311</sup>

Embora tivesse prometido aderir ao acordo com a União Europeia e garantido ao público que não existiam alternativas à integração com os países europeus, Yanukovych

---

estava achando que o ingresso na União Europeia o libertaria das terríveis condições em que se encontrava desde o início da década de 1990”. STONE, 2017, p. 89.

<sup>309</sup> Iniciadas em dezembro de 2013, as demonstrações populares contra o governo de Viktor Yanukovych ocorreram em peso na praça central da capital ucraniana, chamada de Praça da Independência (*Maidan Nezalezhnosti*). Haja vista que a reação popular estourou em razão da recusa da ratificação do texto do acordo comercial da Ucrânia com a UE, as demonstrações ficaram conhecidas pela alcunha *Euromaidan*.

<sup>310</sup> MARSHALL, 2015, p. 25-27.

<sup>311</sup> *Ibid.*

negociou em segredo um acordo de aliança política e econômica com a Rússia. Ao fim e ao cabo, o presidente cedeu às pressões e às intimidações de Moscou. Em 21 de novembro de 2013, uma semana antes da cerimônia de assinatura que aconteceria durante uma conferência da UE na Lituânia, Mykola Azarov, primeiro-ministro da Ucrânia, anunciou ao parlamento que o presidente havia desistido de ratificá-lo, jogando uma pá de cal sob as aspirações de grande parte da população e precipitando sua ida às ruas. A brusca repressão policial contra os manifestantes que ocupavam a Praça da Independência exacerbou a descrença do povo no governo de Yanukovich. Segundo Serhii Plokyh:

The killings caused a sea of change both in Ukraine and in the international community. The threat of international sanctions forced members of the Ukrainian parliament, many of whom were concerned that the sanctions would affect them as well, to free themselves from fear of presidential reprisal and pass a resolution prohibiting the use of force by the government. [...] With parliament against him and the riot police gone from downtown Kyiv, President Yanukovich fled revolutionary Kyiv. The Maidan was jubilant. The tyrant was gone; the revolution had won. The Ukrainian parliament voted to remove Yanukovich, appoint an interim president, and install a new provisional government headed by the leaders of the opposition.<sup>312</sup>

A Rússia não arrefeceu diante do desafio de impedir a oficialização da ratificação do acordo comercial entre a Ucrânia e a UE, e iniciou um verdadeiro cabo de guerra contra os europeus pela vantagem em relação ao país pós-soviético. Em 2013, por exemplo, para intimidar seus parceiros e alertá-los para as consequências de suas decisões, Putin iniciou uma guerra comercial contra a Ucrânia, fechando seu mercado para uma variedade de produtos. Entre outras coisas, Putin também prometeu conceder empréstimos à Kiev, que passava por uma grave turbulência financeira. Não podemos esquecer que a Ucrânia apresentava uma desvantagem em suas negociações, haja vista que as luzes de suas cidades dependiam do fornecimento de energia da Rússia. Essa dependência energética era mais um trunfo nas mãos de Putin.<sup>313</sup>

---

<sup>312</sup> PLOKHY, 2015, p. 339.

<sup>313</sup> PLOKY, 2015, p. 338-340.

A insurreição popular que se desenrolou na Ucrânia foi acompanhada atentamente por Vladimir Putin, especialmente porque parte do descontentamento popular estava direcionado à intromissão russa nas negociações de Yanukovych com a União Europeia. Não era segredo que a Rússia desejava impedir que a Ucrânia escapasse em definitivo de sua órbita de influência, o que aconteceria se o acordo comercial com a UE fosse oficializado. O fato é que a aproximação da data de ratificação do documento, elemento primário para o funcionamento da engrenagem que a aproximaria a Ucrânia da Europa, pusera a Rússia numa situação de urgência para impedir essa limitação de influência ao leste. No dia 9 de novembro, em mais um movimento para impedir que a Ucrânia abrisse de vez as portas para a UE, Putin se encontrou com Yanukovych para pressioná-lo a desistir do acordo de associação. Como provou a história, com sucesso.

À época da insurreição ucraniana, também não havia dúvidas de que Vladimir Putin tinha os olhos postos em Washington, convencido de que os Estados Unidos eram uma das forças propulsoras por trás dos acontecimentos na Ucrânia. Em sua opinião, a interferência americana na Ucrânia foi uma cartada política desestabilizadora para a região e desrespeitosa com relação à Rússia. Ao relatar seu ponto de vista, Putin afirmou: “nossos parceiros norte-americanos conseguiram tirar proveito do descontentamento do povo ucraniano. Em vez de tentarem descobrir o que de fato acontecia, eles decidiram apoiar o golpe de Estado”.<sup>314</sup>

Na esteira dos eventos em Kiev, uma vez que a Rússia reforçava que os Estados Unidos estavam orquestrando a revolução, suspeita-se, logicamente, que os russos foram os responsáveis pela divulgação do grampo de uma ligação entre diplomatas americanos que fez ferver a temperatura política entre Washington e Moscou.<sup>315</sup> No áudio, amplamente divulgado pelos jornais mais doutrinários da Rússia em fevereiro de 2014, os diplomatas debatem o ambiente político ucraniano e expressam sua frustração com a incompetência europeia para solucionar a crise.<sup>316</sup> Em última análise, é certo que os russos souberam tirar proveito da situação. A gravação foi usada como artifício para reforçar a retórica russa de que os protestantes em Kiev eram fantoches de Washington, e de que a crise ucraniana fora provocada por poderes ocidentais.

---

<sup>314</sup> STONE, 2017, p. 89-90.

<sup>315</sup> A conversa interceptada foi a de Victoria Nuland com Geoffrey Pyatt. A primeira atuava como secretária para assuntos euro-asiáticos do Departamento de Estado, e o segundo como embaixador dos EUA para a Ucrânia. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/02/07/world/europe/us-points-to-russia-as-diplomats-private-call-is-posted-on-web.html>>.

<sup>316</sup> Não deveria ser surpresa que funcionários do governo americanos debatessem a crise na Ucrânia, visto que o próprio Viktor Yanukovych havia se reunido com representantes de Washington e da UE para discutir soluções.



Em meados de 2015, em uma entrevista concedida para o cinegrafista do documentário russo de título *Crimea: The Way Home*, Putin continuou utilizando o argumento de que os americanos lideraram os movimentos populares na Ucrânia:

Officially the opposition was backed primarily by the Europeans. But we knew for certain that the real puppeteers pulling the strings were our American partners and friends. They helped to train the combat units in western Ukraine, in Poland, and in Lithuania to some extent. What did our partners do? They assisted the coup. I don't think this is the best way to conduct international affairs in general, but especially with regard to the post-soviet states. Because these countries have not yet found their bearings, they are vulnerable.<sup>317</sup>

A percepção oficial da Rússia era a de que os Estados Unidos intencionaram provocar a radicalização dos manifestantes ucranianos para causar uma comoção nacional que resultasse no afastamento de Viktor Yanukovich do poder, abrindo caminho para um governo pró-ocidental que facilitasse o aprofundamento da influência americana na região. “Tudo não passou de uma tomada do poder pelas armas. Naturalmente, alguém apoiou esse golpe de Estado”, disse Putin, dando continuidade ao seu argumento de que os EUA fomentaram as hostilidades em Kiev e apoiaram a destituição antidemocrática de Yanukovich. Como no caso da Geórgia, o governo russo culpava “inimigos externos” por atizar a beligerância de seu vizinho territorial.

Em retrospectiva, a retórica ardilosa dos estratos superiores do Krêmlin nos meses da revolução antecipou a interferência militar abrupta, mas presumidamente esperada, do governo russo na Ucrânia. Em meados de fevereiro de 2014, uma mentalidade revanchista assenhoreou-se do Krêmlin. A Rússia, que sempre teve grandes aspirações para o seu exterior-próximo, envolveu-se militarmente na já difícil questão política ucraniana, exacerbando ainda mais os problemas do país. Ao mesmo tempo em que ativistas pró-Rússia contribuíam para desestabilizar a Ucrânia em resposta ao que Putin enquadrava como um golpe financiado pelo Ocidente, tropas russas invadiram a península da Crimeia.

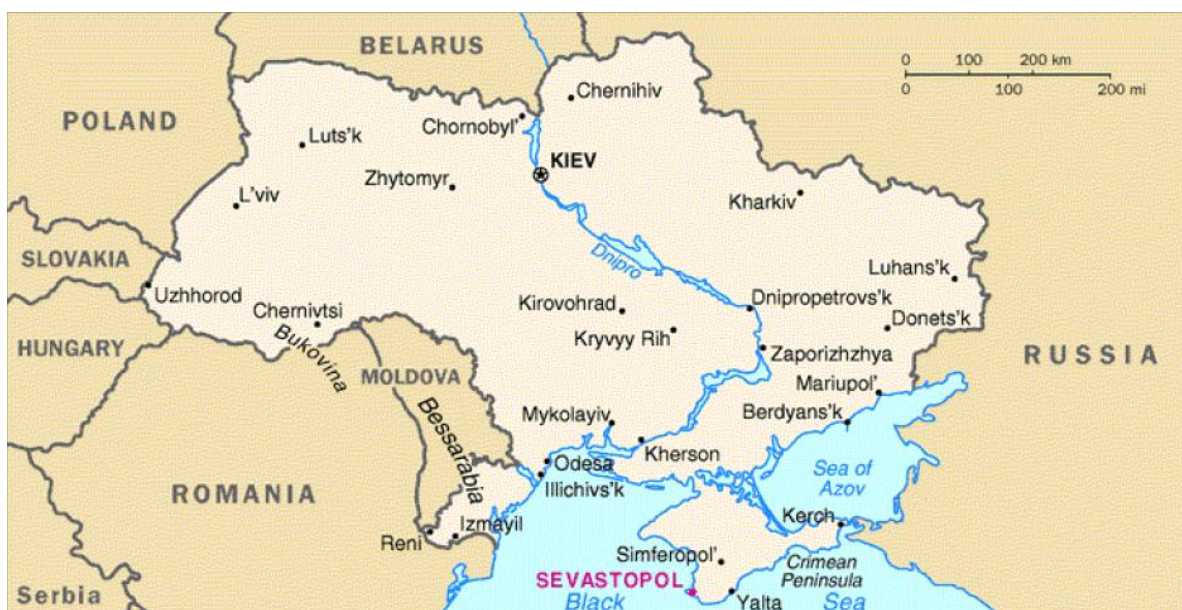
---

<sup>317</sup> DOCUMENTÁRIO, 2015, 29:18.

## 5.2 “Outra Rússia”: A Anexação da Crimeia

A primeira conquista russa da Crimeia se deu na Era de Ouro (1762-1796) do império dos Romanov. Catarina II governou a Rússia por mais de três décadas e entrou pra história como uma imperialista de sucesso: a soberana foi responsável pela anexação da Crimeia em 1783. As incursões iniciais das tropas russas na região se deram por volta de 1768, e aconteceram em razão dos objetivos de dominar o Mar Negro, controlar o sul da Ucrânia e de antagonizar o Império Otomano.<sup>318</sup> Após anos de guerra contra os otomanos e de um massacre contra os tártaros, a Rússia conquistou a Crimeia e também outras regiões do sul da Ucrânia; designando-as de “Nova Rússia”.<sup>319</sup>

Mapa 2 – As Fronteiras da Ucrânia



Historicamente, o controle da península da Crimeia permaneceu como uma constante dentre as prerrogativas dos autocratas da Rússia desde o reinado de Catarina, a Grande. Essa prerrogativa perdurou tempos modernos adentro. Lênin, por exemplo, reconhecia a península como pertencente à Rússia e como uma porta para o Mar Negro, e exigiu que fosse recapturada após a ruína da Rússia Imperial. Em 1920, Lênin disse a Stálin, que comandava o Exército Vermelho, para fazer “todos os esforços para tomar toda a Crimeia com um golpe

<sup>318</sup> MONTEFIORE, 2016, p. 284-295.

<sup>319</sup> A perseguição russa contra os tártaros da Crimeia, iniciada no reinado de Catarina II e intensificada por Stálin durante a Grande Guerra Patriótica teve implicações diretas para os conflitos interétnicos na Ucrânia em 2014. Durante a ocupação nazista da Crimeia, Stálin suspeitava que os tártaros fossem simpatizantes da causa germânica e por isso decidiu deportá-los para regiões da Ásia central ou para a Sibéria. Essa decisão hostil agravou a animosidade dos tártaros contra os russos e contra os eslavos da Crimeia. Desde os anos 1980 os tártaros da Crimeia protestam pelo seu espaço em sua terra natal. SUNY, 2006, p. 202.

imediatamente, a qualquer custo”, porque “tudo dependia disso”.<sup>320</sup> À época, cabe dizer, os ímpetus de revolução e de imperialismo de Lênin estavam direcionados à Ucrânia como um todo.

Na década de 1990, o vice-presidente Alexander Rutskoy antagonizou Yeltsin em uma questão que estava sendo abertamente discutida no parlamento, que era a questão da independência da península da Crimeia.<sup>321</sup> Rutskoy era contrário ao argumento de que a Crimeia pertencia à Ucrânia, e apoiou a decisão do parlamento de invalidar um acordo desenhado por Stálin, que, pouco antes de sua morte, em um gesto de amizade, decidiu que devolveria a península, onde ficava localizado o quartel-general da frota russa no Mar Vermelho, à Ucrânia. A decisão de Stálin foi mantida por seu sucessor. Assim como Stálin, Khrushchov “took the borders between Soviet republics so lightly that in 1954 he transferred the Russian-dominated Crimea from the Russian Federation to Ukraine to celebrate the 300th anniversary of a treaty linking Ukraine with Russia”.<sup>322</sup> Nenhum deles previa que a URSS se dissolveria e que a Ucrânia conquistaria sua independência, separando a Crimeia da Rússia.<sup>323</sup>

A Ucrânia se declarou independente da União Soviética em 1991, e após isso seu governo central desempenhou políticas públicas para a remoção de símbolos da Era Soviética. Com a ascensão de Viktor Yushchenko ao poder após a Revolução Laranja, essas políticas foram direcionadas especialmente à Crimeia, sinalizando o esforço da Ucrânia para apagar a memória da cultura identitária soviética que persistia na península. Essas políticas, com efeito, se intensificaram durante os protestos *Euromaidan*, em razão do rancor popular contra o governo russo e sua influência na decisão de Yanukovich de não assinar o acordo de livre-comércio com a União Europeia. Uma das demandas dos protestantes, por exemplo, era a de que fosse derrubada a suntuosa escultura de Lênin que jaz erguida em uma das praças centrais da Crimeia, nomeada de “Praça Lênin”. Em resposta a essa e a outras iniciativas, a população da Crimeia, de expressiva maioria russa, mobilizou-se contra os revoltosos ucranianos durante todo o período da insurreição.

Sob o bordão “a Crimeia é nossa!”, enquanto a revolução se desvelava na capital ucraniana, a população da Crimeia protestava em favor da sua identidade russa e contra os ataques perpetrados por grupos nacionalistas ucranianos. Atento aos acontecimentos na

---

<sup>320</sup> KOTKIN, 2017, p.375.

<sup>321</sup> Em reportagem publicada nos EUA à época da decisão de Rutskoy, lia-se que: “With only about 40% of the peninsula’s population ethnic Ukrainians and the rest mainly Russians, [...] the Russian arguments that the Crimea should be returned, or at least made independent, carry considerable weight”. LOS ANGELES TIMES, 1992. Disponível em: <[http://articles.latimes.com/1992-05-22/news/mn-278\\_1\\_russian-parliament](http://articles.latimes.com/1992-05-22/news/mn-278_1_russian-parliament)>.

<sup>322</sup> SUNY, 2006, p. 283.

<sup>323</sup> A Crimeia permaneceu como parte da Rússia Imperial entre 1783 e 1917, e como parte da Rússia Soviética entre 1921 e 1954. Um total de 167 anos.

península, Putin comentou: “When we saw the outburst of extreme nationalism, we realized that the people residing in Crimea might face hard times. It was then that we realized that we could not abandon these people just like that and leave them to their own devices”.<sup>324</sup> O presidente revelou que à medida que os ataques perpetrados por nacionalistas ucranianos contra distritos da Crimeia aumentaram, mais certeza foi adquirida a respeito da necessidade da intervenção russa na questão. Referindo-se à quantidade expressiva de russos na região como um complicador da estabilidade entre a Crimeia e o governo central ucraniano, Putin admitiu: “I’m sure that with Crimea’s ethnic composition, things would have been worse. We needed to prevent bloodshed no matter what”.

De uma coisa não há dúvida: quando questionado sobre a invasão da Crimeia, Vladimir Putin sempre assevera que a necessidade dessa medida era indiscutível. Para o presidente, os russos acompanharam tanto quanto puderam o crescimento da hostilidade dos nacionalistas ucranianos contra a população da Crimeia. A intervenção russa era considerada tão importante por Putin que ele chega a admitir que, junto aos seus conselheiros militares, a decisão de “retornar” a Crimeia à Rússia foi tomada na noite do dia 22 de fevereiro de 2014. Em sua análise sobre esses fatos, Serhii Plokhyy escreveu que:

In early february 2014, a suggestion to take advantage of the internal Ukrainian crisis in order to annex the Crimea, then destabilize and eventually annex parts of eastern and southern Ukraine to Russia, was making its way through the Russian presidential administration. [...] On the night of February 26, a band of armed men in unmarked uniforms took control of the Crimean parliament. Under their protection, Russian intelligence services engineered the installment of the leader of a pro-Russian party, which had obtained only 4 percent of the vote in the previous parliamentary elections, as the new prime minister of the Crimea.<sup>325</sup>

No dia 27 de fevereiro, soldados mascarados, sem identificação e fortemente armados começaram a ocupar as ruas da Crimeia. Localmente, as pessoas passaram a se referir a esses soldados como “pequenos homens verdes”, visto que sua origem era indeterminada. Hoje, o consenso é o de que esses homens eram soldados russos, e que preparavam o cenário para a anexação da Crimeia. Embora autoridades russas, incluindo Putin, tenham negado firmemente

---

<sup>324</sup> DOCUMENTÁRIO, 21:00

<sup>325</sup> PLOKHY, 2015, p. 340.

que esses soldados eram parte das forças russas, nunca houvera dúvida de que a Rússia estava se movimentando para anexar a região ao seu território. Em março de 2014, as autoridades pró-Moscou que lideravam o parlamento da Crimeia declararam que a região desejava fazer parte do território russo e convocaram um referendo popular para determinar o status da região autônoma.

No dia 16 de março, milhares de pessoas compareceram às urnas de votação para votar contra ou a favor da reunificação da Crimeia com a Rússia. O resultado divulgado foi indiscutível: dos cerca de 1,2 milhões de eleitores crimeios, mais de 95% votaram a favor da separação da Ucrânia e da união com a Federação da Rússia. Nas ruas, em comemoração, multidões entoavam o hino nacional russo e carregavam a bandeira tricolor do país ex-soviético. Na praça central de Simferopol, capital da Crimeia, Sergei Aksyonov, líder pró-russo do parlamento, afirmou que a Crimeia estava “voltando para casa”.<sup>326</sup>

### 5.3. Razões Russas

O resultado do referendo popular favorável à reunificação da Crimeia com a Rússia foi um momento crítico das relações internacionais contemporâneas euro-asiáticas. No dia seguinte ao referendo, Vladimir Putin submeteu à Assembleia Federal um pedido para formalizar a admissão de duas entidades territoriais à Federação Russa: a República da Crimeia e a cidade de Sevastopol.<sup>327</sup> Com a ratificação da ordem executiva que reconheceu a anexação da península, o presidente não fez mais segredo de sua crença de que a Crimeia pertencia historicamente à Rússia.<sup>328</sup> O país permaneceu impermeável às críticas internacionais que surgiram como objeção à anexação, frequentemente adotando um tom de menosprezo como resposta às sanções perpetradas por países como os Estados Unidos e a

---

<sup>326</sup> PLOKHY, 2015, p. 340-342.

<sup>327</sup> Localizada na região da Crimeia, a cidade de Sevastopol foi legalmente transferida para a Ucrânia por Khrushchov em 1954. No entanto, uma vez que os governantes não vislumbravam a separação das repúblicas soviéticas, a cidade continuou sendo notadamente controlada pela URSS, haja vista que era considerada a cidade da “glória naval” russa. Tudo isso se perdeu, é claro, com a independência da Ucrânia e com o desaparecimento da URSS. Estrategicamente, a cidade sempre foi importante para os russos: Sevastopol dá acesso privilegiado ao Mar Negro.

<sup>328</sup> Lê-se na ordem executiva: “Given the declaration of will by the Crimean people in a nationwide referendum held on March 16, 2014, the Russian Federation is to recognize the Republic of Crimea as a sovereign and independent state, whose city of Sevastopol has a special status”. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/acts/news/20596>>.

Inglaterra.<sup>329</sup> Em uma ocasião, Putin disse que, dali por diante, os demais países teriam simplesmente que se acostumar a voltar a respeitar os interesses geopolíticos russos.

A primeira declaração pública de Putin sobre a anexação da Crimeia é marcada por uma combinação de justificativas de teor civilizacionista e estatista. A análise completa dessa declaração se faz necessária para atender aos objetivos desta dissertação porque a mesma concentra a maior parte dos argumentos apresentados em ocasiões posteriores por Putin para contextualizar a invasão da Crimeia. Nessa declaração extraordinária, realizada perante membros das duas casas do parlamento russo no dia 18 de março de 2014, Putin escancarou a importância dada pelo governo russo à reabsorção da região da Crimeia. Primeiro, começou classificando como “ilegal” a entrega da Crimeia e da cidade de Sevastopol pelo Partido Comunista à Ucrânia. Esculpindo seu argumento segundo essa lógica, Putin disse que, por causa da atitude ultrajante dos governantes soviéticos, o território da Crimeia foi “roubado” da Rússia pelos ucranianos. Mais adiante em seu discurso, ao fazer menção à longa história de tradições compartilhadas entre russos e crimeios, Putin apelou para características-chave do ideário civilizacionista:

Everything in Crimea speaks of our shared history and pride. This is the location of ancient Khersones, where Prince Vladimir was baptized. His spiritual feat of adopting Orthodoxy predetermined the overall basis of the culture, civilization and human values that unite the peoples of Russia, Ukraine and Belarus. The graves of Russian soldiers whose bravery brought Crimea into the Russian empire are also in Crimea. This is also Sevastopol – a legendary city with an outstanding history, a fortress that serves as the birthplace of Russia’s Black Sea Fleet. [...] Each one of these places is dear to our hearts, symbolizing Russian military glory.<sup>330</sup>

Nesse discurso, nota-se a intenção de Putin de mostrar coerência na decisão russa de anexar a Crimeia. Retirando da história exemplos para ilustrar continuidade entre passado e futuro, Putin tenta repercutir a imagem de uma Rússia que valoriza o compartilhamento de valores e tradições com seus vizinhos territoriais. A estratégia é notadamente civilizacionista:

---

<sup>329</sup> A Assembleia Geral da ONU declarou inválido o referendo popular da Crimeia sobre a secessão da Ucrânia e o Conselho de Direitos Humanos da mesma organização condenou a anexação da região pela Rússia. Disponível em: <<http://un.org/apps/news/story.asp?NewsID=47443#.WRyU3JlrLcs>>.

<sup>330</sup> PUTIN, Vladimir. **Address by President of the Russian Federation**. March 18, 2014. Disponível em: <<http://en.special.kremlin.ru/events/president/news/20603>>.

dar concretude aos argumentos favoráveis à anexação através da alusão à proximidade histórica e cultural entre a Rússia e a Crimeia. Ciente dos custos políticos que a decisão de anexar a Crimeia teria para o país, Putin enquadrou seus argumentos de uma forma que enfatiza o que os civilizacionistas entendem como a responsabilidade de proteger os países que possuem relações históricas com a Rússia Imperial e com a Rússia Soviética.<sup>331</sup> O presidente argumenta:

In people's hearts and minds, Crimea has always been an inseparable part of Russia. This firm conviction is based on truth and justice and was passed from generation to generation, over time, under any circumstances, despite all the dramatic changes our country went through during the entire 20<sup>th</sup> century.<sup>332</sup>

O trecho acima condensa a principal máxima repetida de forma coesa pela elite decisória russa depois do referendo de março de 2014: a Crimeia sempre pertenceu à Rússia. Essas asserções abrem espaço para a conclusão de que, desde a queda da URSS, o país estivesse aguardando por uma oportunidade política de “tomar” a Crimeia de volta para si. Ao reforçar a autenticidade da conexão histórica entre a Crimeia e a Rússia em seus discursos, Putin fala como se a antiguidade dessas relações justificasse a medida de caráter imperialista. O presidente caracteriza a perda russa da Crimeia – que parecia definitiva nos anos 1990 – como uma “injustiça histórica” que precisava ser corrigida. No mesmo discurso do dia 18 de março de 2014 ele afirma: “All these years, citizens and many public figures came back to this issue, saying that Crimea is historically Russian land and Sevastopol is a Russian city. We all knew this in our hearts and minds”.

Outro argumento notadamente civilizacionista que tomou força no contexto da anexação da Crimeia foi o da proteção dos compatriotas russos no exterior. Seguindo a mesma retórica usada no caso da invasão da Geórgia, Putin asseverou que a Rússia sempre priorizaria concentrar seus esforços na espinhosa questão da proteção dos russos onde quer que eles estejam; sejam eles russos de sangue, de solo ou de cidadania adquirida. No discurso que estamos analisando nos parágrafos iniciais desta subseção, Putin revela que a preocupação com a situação dos russos residentes da Crimeia chacoalhava as estruturas internas do Krêmlin muito antes que ele tivesse assumido o poder em 1999. Ele diz que essas

---

<sup>331</sup> TSYGANKOV, 2010, p. 207.

<sup>332</sup> PUTIN, op. cit., 2014.

peças foram entregues como “um saco de batatas” aos ucranianos, e que por muito tempo a Rússia não agiu por ter restado alijada do processo de separação das repúblicas soviéticas, o que impossibilitou que ela defendesse seus interesses globalmente.

O fato é que a forte presença étnica da Rússia na Crimeia é apresentada como uma das motivações para a anexação da região. Putin diz que, em razão da composição étnica da Crimeia, que era – e ainda é – de maioria russa, os compatriotas russos eram vítimas da repressão advinda de grupos nacionalistas ucranianos, situação agravada durante os protestos *Euromaidan*. Para a Rússia, era premente proteger certa memória, proteger a identidade nacional russa que era cultivada por crimeios e que era atacada pela Ucrânia. Putin acrescenta:

We expected Ukraine to remain our good neighbor, we hoped that Russian citizens and Russian speakers in Ukraine, especially its southeast and Crimea, would live in a friendly, democratic and civilized state that would protect their rights in line with the norms of international law. However, this is not how the situation developed. Time and time again attempts were made to deprive Russians of their historical memory, even of their language and to subject them to forced assimilation.<sup>333</sup>

Esse discurso ao parlamento também é composto, em boa parte, por argumentos de roupagem estatista. Vladimir Putin avalia que a interferência norte-americana nos assuntos internos da Ucrânia atuou como um complicador do equilíbrio geopolítico regional, e que um de seus efeitos foi justamente a crise ucraniana que estourou em novembro de 2013. Longe de ser sutil em suas acusações, Putin destaca: “We understand what is happening; we understand that these actions were aimed against Ukraine and Russian and against Eurasian integration”. Nesse discurso, Putin relembra as Revoluções Coloridas e insinua que os Estados Unidos interferiram na questão para tirar vantagem das populações da Geórgia, da Ucrânia e do Quirguistão, e ainda acusa o país ocidental de ter tentado alterar a química cultural desses países: “Standards were imposed on these nations that did not in any way correspond to their way of life, traditions, or these people’s cultures”.

Não era a primeira vez que um presidente russo contextualizava a decisão de invadir o território soberano de outro país fazendo menção ao avanço da OTAN em direção às fronteiras do leste da Rússia. Como visto, anos antes, Medvedev fez uso desse argumento

---

<sup>333</sup> PUTIN, Vladimir. **Address by President of the Russian Federation**. March 18, 2014. Disponível em: <<http://en.special.kremlin.ru/events/president/news/20603>>.



para justificar o uso da força na Geórgia. No caso da Ucrânia, Putin deixa transparecer certa indignação em relação ao Ocidente e às sanções aplicadas contra a Rússia diante da anexação da Crimeia. Nesse ponto, o discurso de Putin divide-se em dois eixos. De um lado, o presidente insiste que a Rússia fez o que pôde para cooperar com o Ocidente e amenizar tensões. De outro, destaca que o avanço da OTAN contra a Rússia deixou-a sem saída, ou seja, sem outra opção que não reagir. Ainda, curiosamente, Putin fala como se estivesse insultado com a falta de compreensão dos países ocidentais em relação às razões russas para a anexação da Crimeia, como se fosse injusto que suas ações não fossem interpretadas como legítimas. Assim ele se expressa:

Our western partners, led by the United States of America, prefer not to be guided by international law in their practical policies, but by the rule of the gun. They have come to believe in their exclusivity and exceptionalism, that they can decide the destinies of the world, that only they can ever be right. [...] They have lied to us many times, made decisions behind our backs. This happened with NATO's expansion to the East, as well as the deployment of military infrastructure at our borders. They kept telling us the same thing: "Well, this does not concern you". That's easy to say. It happened with the deployment of a missile defense system. In spite of all our apprehensions, the project is working and moving forward.<sup>334</sup>

Esse discurso captura o conceito estatista de *"great power balancing"*, que, originário da Guerra Fria, é construído em torno da ideia de que a URSS precisava reagir às medidas do bloco capitalista para não ficar para trás. O debate em torno desse conceito revela um sentimento de frustração dos russos com relação ao Ocidente, especialmente na década de 1990, quando o governo se vê inábil de sufocar a expansão da OTAN. Na declaração do dia 18 de março de 2014, Putin faz eco dessa frustração, afirmando que sua percepção era a de que os Estados Unidos nunca abandonaram sua política de contenção da URSS, e que isso exigia uma resposta da Rússia.<sup>335</sup> Ele fala:

---

<sup>334</sup> PUTIN, Vladimir. **Address by President of the Russian Federation.** March 18, 2014. Disponível em: <<http://en.special.kremlin.ru/events/president/news/20603>>.

<sup>335</sup> Em entrevista a Oliver Stone, Putin fala sobre o que ele percebe como a insistência americana na lógica de bipolaridade da Guerra Fria. Ele diz: "Neste momento, tenho a impressão de que, para justificar sua existência, a OTAN está na busca constante de um inimigo externo. [...] Eu me lembro de um de meus últimos encontros com o presidente Clinton. Eu lhe disse que não excluía a possibilidade de a Rússia integrar a OTAN, e Clinton afirmou: 'Por que não?!'. Porém, a delegação norte-americana ficou muito nervosa. Por quê? Porque os Estados

They are constantly trying to sweep us into a corner because we have an independent position, because we maintain it and because we call things like they are and do not engage in hypocrisy. But there is a limit to everything. And with Ukraine, our western partners have crossed the line, playing the bear and acting irresponsibly and unprofessionally. After all they were fully aware that there are millions of Russians living in Ukraine and Crimea. They must have really lacked political instinct and common sense not to foresee all the consequences of their actions. Russia found itself in a position it could not retreat from.<sup>336</sup>

Quando interligados, essas argumentações de cunho estatistas tornam evidente a intenção russa de frear ao máximo a expansão da OTAN para o leste da Rússia e quaisquer outras iniciativas de cunho militar da OTAN nas proximidades das fronteiras russas. Por isso, Putin declarou: “NATO remains a military alliance, and we are against having a military alliance making itself at home right in our backyard or in our historical territory”. Essa asserção revela uma política de duplo objetivo: de um lado, barrar o avanço da OTAN, e, de outro, reduzir a influência dos países desse bloco militar na política interna do que Putin chama de “territórios históricos” da Rússia, que são, em outras palavras, os países pós-soviéticos, como a Ucrânia e a República da Crimeia.

Ainda que um tom acusatório marque a declaração dada por Putin logo em seguida a anexação da Crimeia, e que o presidente tenha acusado os Estados Unidos de “sacrificar a unidade política” da Ucrânia em nome de suas ambições políticas no espaço pós-soviético, Putin tenta suavizar seus argumentos que apontam para uma inevitabilidade imaginária da anexação da Crimeia e que derramam a culpa de toda a instabilidade política sobre outros Estados. Por essência, uma parte menor das justificativas de Putin se enquadra no ideário ocidentalista de pensamento russo em política externa. De modo geral, discordando de seus “parceiros” ocidentais, Putin não classifica a anexação da Crimeia como uma hostilidade russa contra a Ucrânia, mas como uma prova indubitável da obediência da Rússia aos princípios liberais e democráticos da ordem internacional. Ele sublinha:

A referendum was held in Crimea on March 16 in full compliance with democratic procedures and international norms. More than 82 percent of the

---

Unidos precisam de um inimigo externo, e se a Rússia viesse a ingressar na OTAN, não haveria inimigo externo, e, assim, não haveria nenhum motivo para a OTAN existir”. STONE, 2017, p. 216.

<sup>336</sup> Ibid.

electorate took part in the vote. Over 96 percent of them spoke out in favor of reuniting with Russia. These numbers speak for themselves. [...] The residents of Crimea and Sevastopol turned to Russia for help in defending their rights and lives. Naturally, we could not leave this plea unheeded; we could not abandon Crimea and its residents in distress.

Não cabe aqui julgar se essas declarações de Putin revelam ou não crenças pessoais suas, ou se as intenções russas de honrar os desígnios dos princípios democráticos eram ou não verdadeiras, mas há de se reconhecer a incoerência dessas declarações. Mais importante, o presidente diz ainda que o interesse da Rússia era o de assegurar o bom funcionamento do processo eleitoral do referendo popular de 2014. Do contrário, o que críticos sugerem é que a presença dos soldados mascarados – os “pequenos homens verdes” – nas ruas da Crimeia nas semanas que antecederam a ida do povo às urnas, incluindo sua presença nas cercanias das estações de votação, constrangeu os crimeios a votarem favoravelmente à reunificação com a Rússia.<sup>337</sup> Por sua vez, Putin nega essas acusações.<sup>338</sup> Ele elabora seu pensamento da seguinte forma:

We had to help create conditions so that the residents of Crimea for the first time in history were able to peacefully express their free will regarding their own future. However, what do we hear from our colleagues in Western Europe and North America? They say we are violating norms of international law. Firstly, it's a good thing that they at least remember that there exists such a thing as international law – better late than never. [...] As it declared independence and decided to hold a referendum, the Supreme Council of Crimea referred to the United Nations Charter, which speaks of the right of nations to self-determination. I would like to remind you that when Ukraine seceded from the USSR it did exactly the same thing, almost word for word. Ukraine used this right, yet the residents of Crimea are denied it. Why is that?

---

<sup>337</sup> Sobre esse constrangimento, Serhii Plokhy escreve: “The new government of the Crimea [...] unleashed propaganda for the separation of the Crimea from Ukraine. Opponents of the referendum, many of them belonging to the Crimean Tatar minority, were intimidated or kidnapped. PLOKHY, 2015, p. 341.

<sup>338</sup> Em julho de 2015, Putin declarou: “Em relação à Crimeia, sim, criamos condições para as pessoas poderem vir aos locais de votação. Mas não estávamos envolvidos em nenhuma hostilidade ali, ninguém estava dando tiros ali, ninguém foi morto”. STONE, 2017, p. 96.

Em seus pronunciamentos, com frequência Putin elaborava que o comprometimento da Rússia com a democracia impusera-a a aceitar a autodeterminação dos povos crimeios. Para ele, uma vez que o referendo foi “justo” e “transparente” e que os crimeios haviam expressado de forma concludente a sua vontade de se unir à Rússia, era mais do que necessário que os líderes das demais nações reorientassem seu pensamento e aceitassem a legitimidade da anexação. E em seu discurso do dia 18 de março de 2014, fez um apelo:

:

I would like to address the people of the United States of America, the people who, since the foundation of their nation and adoption of the Declaration of Independence, have been so proud to hold freedom above all else. Isn't the desire of Crimea's residents to freely choose their fate such a value? Please understand us.<sup>339</sup>

O cerne da questão é que, ao alegar que parte da decisão russa de anexar a Crimeia foi tomada por uma aceitação da interpretação de que o povo é a última fonte de autoridade em um governo democrático, Putin enquadrou uma parte menor de seus argumentos de acordo com o ideário ocidentalista. Afinal, no pós-Guerra Fria, a escola ocidentalista torna-se fortemente caracterizada pela busca do fortalecimento dos valores democráticos na política externa da Federação Russa. Em uma resposta a Oliver Stone sobre a intervenção na Ucrânia a partir da anexação da Crimeia, Putin baseou, mais uma vez, sua lógica nos parâmetros das ideias propostas pelos ocidentalistas:

Em relação à Crimeia, eu gostaria de lhe perguntar: o que é democracia? A democracia é uma política que se baseia na vontade do povo. E como você sabe a vontade do povo? No mundo moderno, usamos o processo de votação. As pessoas vieram para um referendo e não havia chicotes nem metralhadoras. Você não pode usar esses meios para fazer alguém vir ao local de votação para votar. As pessoas vieram. O comparecimento foi superior a 90%, e mais de 90% votaram a favor da reunificação com a Rússia. A escolha dos cidadãos precisa ser respeitada.

---

<sup>339</sup> PUTIN, Vladimir. **Address by President of the Russian Federation**. March 18, 2014. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>>.

Não se pode tentar adequar o direito internacional aos interesses políticos contra os princípios da democracia.<sup>340</sup>

No mais, e este ponto é importante, Vladimir Putin nega em absoluto que a anexação da Crimeia tenha sido uma agressão belicosa contra o território de seu vizinho ao leste, e, até dezembro de 2015, se recusava a admitir a invasão militar russa da Ucrânia como tal. Em relação à Ucrânia, quando questionado sobre a presença militar russa na região, o dirigente afirmou que as forças russas nunca entraram na Crimeia porque “elas já estavam lá”. Sua explicação contraditória merece ênfase: “We did enhance our forces there; however, we did not exceed the personnel limit of our Armed Forces in Crimea, which is set at 25,000, because there was no need to do so”.

As reflexões do primeiro-ministro Dmitry Medvedev também ajudam a explicar qual foi o ideário motivador da decisão governamental russa de anexação da Crimeia. Para Medvedev, a decisão de reunificação da República da Crimeia e da cidade de Sevastopol ao território da Rússia moderna foi uma “decisão necessária” e que o país não deveria ser punido por respeitar a vontade democrática do povo crimeio. À maneira civilizacionista, o primeiro-ministro destacou também que uma das prioridades do Estado deveria ser facilitar com urgência os procedimentos legais para a obtenção da cidadania russa pelos crimeios que ainda não a tivessem.<sup>341</sup> Subtende-se que esse era um passo necessário para fortalecer perante a comunidade internacional o argumento de que a anexação foi necessária para proteger os compatriotas russos que residiam na península.

Medvedev mencionou também que não havia dúvida de que a Crimeia havia “retornado para a Rússia” em razão da força do legado histórico e cultural compartilhado entre os territórios da antiga Rus.<sup>342</sup> Para a Rússia, segundo Medvedev, a península da Crimeia sempre pertenceu à Rússia porque sempre esteve historicamente atrelada à Rússia. Contemplando essa linha civilizacionista de raciocínio, ele menciona:

When we speak about Crimea, every Russian citizen understands. We understand that it is our history, our fate, and our one-time pain, and that there is a very large number of our people who voted to return to the Russian

---

<sup>340</sup> STONE, 2017, p. 95.

<sup>341</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Dmitri Medvedev on the reunification of Crimea and Sevastopol with Russia**. March 21, 2014. Disponível em: <<http://government.ru/en/news/11242/>>.

<sup>342</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Socioeconomic development of Crimea and Sevastopol**. March 31, 2014. Disponível em: <<http://government.ru/en/news/11368/>>.

Federation. It is a legal fact that everyone must reckon with. So Crimea is not simply a peninsula, [...] it is also our history and our present fate.<sup>343</sup>

Mostrando-se insatisfeito com as sanções internacionais aplicadas por países como a Alemanha e os Estados Unidos contra a Rússia em razão da anexação da Crimeia, Medvedev opinou também que acreditava que esses países agiam como se a Rússia fosse um inimigo em potencial: “What is the point of it all? Who benefits from it? I think some of our partners are pursuing selfish political ends, which is unfortunate”.<sup>344</sup> É interessante também que, à moda do pensamento estatista, ele tenha mencionado que, com o alargamento da OTAN, os Estados Unidos estavam “agindo ideologicamente” e de forma “imprevisível” para isolar a Rússia. Já em outra declaração, desta vez perante as casas do parlamento russo, o premiê assevera que a Rússia havia antecipado quais seriam as consequências políticas da anexação da Crimeia, mas que o risco havia valido a pena porque, a despeito da injustiça das fronteiras pós-soviéticas, a Crimeia sempre foi “terra russa”. Ele diz: “The return of Crimea means the restoration of historical justice, something comparable – in intensity and importance – to the fall of the Berlin Wall and German reunification, or the return of Hong Kong and Macau to China”.<sup>345</sup>

Contra o pano de fundo dessa situação geopolítica, destacam-se também as declarações do ministro das Relações Exteriores Sergey Lavrov a respeito da anexação da Crimeia, entendida aqui como uma invasão do território da Ucrânia. Em março de 2014, Lavrov alertou que a escalada das hostilidades na Ucrânia era responsabilidade de países como os Estados Unidos, países que promoviam russofobia entre os ucranianos e operavam de acordo com “métodos da Guerra Fria” para punir a Federação Russa. Referindo-se às leis aprovadas pela frente parlamentar que depôs o presidente Viktor Yanukovich durante os protestos *Euromaidan*, Lavrov acusou os Estados Unidos de fechar os olhos para a perpetração de uma guerra contra o idioma e a cultura da Rússia. Classificando os ataques dos grupos nacionalistas ucranianos contra crimeios e nacionais russos como “crimes contra a democracia”, Lavrov se queixou: “We are surprised that our western partners shyly keep silence. I have a question: where is the notorious objectiveness and commitment to

---

<sup>343</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **In conversation with Dmitry Medvedev: interview with five television channels.** December 10, 2014. Disponível em: <<http://government.ru/en/news/16036/>>.

<sup>344</sup> Ibid.

<sup>345</sup> MEDVEDEV, Dmitry. **Government report on its performance in 2014.** April 21, 2015. Disponível em: <<http://government.ru/en/news/17768/>>.

democracy?”.<sup>346</sup> O ministro demonstra estar convicto da natureza democrática da decisão russa de anexação da península. Ele fala:

The crimeans made their choice using the right to free will and the right to self-determination. This fully corresponds with the exercising of the right of people to self-determination, which is formalized in the UN Charter, the “Declaration on the Principles of International Law concerning Friendly Relations and Cooperation among States in accordance with the Charter of the United Nations” and many other documents.<sup>347</sup>

Determinados argumentos verbalizados por Lavrov atravessam a esfera do ideário ocidentalista, como quando o ministro tenta emoldurar as razões russas para a anexação como atitudes de um país democrático que opera sem cambalear dentro das regras do direito internacional. Assim como o presidente Putin, Lavrov se nega a vislumbrar a anexação da península como um ataque à soberania da Ucrânia. Diz ainda que aqueles que feriram a soberania ucraniana foram os países ocidentais que intervieram nos protestos *Euromaidan*.<sup>348</sup> Em um artigo de opinião publicado em abril de 2014 na revista *The Guardian*, Lavrov resumiu a indignação da Rússia com a falta de respaldo internacional para a anexação da Crimeia e observou que a situação na Ucrânia trouxe à baila a questão da intenção dos países ocidentais de ferir os interesses vitais da Rússia em seu exterior-próximo. Escreveu ainda:

Western states, despite their repeated assurances to the contrary, have carried out successive waves of NATO enlargement, moved the alliance’s military infrastructure eastward and begun to implement antimissile defense plans. [...] Attempts by those who stage the secession of Kosovo from Serbia and of Mayotte from the Comoros to question the free will of Crimeans cannot be viewed as anything but a flagrant display of double standards.<sup>349</sup>

---

<sup>346</sup> LAVROV, Sergey. **Statement regarding the situation in Ukraine**. March 3, 2014. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/spokesman/official\\_statement//asset\\_publisher/t2GCdmD8RNlr/content/id/72762](http://www.mid.ru/en/press_service/spokesman/official_statement//asset_publisher/t2GCdmD8RNlr/content/id/72762)>.

<sup>347</sup> LAVROV, Sergey. **Answers to questions from deputies during the 329<sup>th</sup> extraordinary session of the Federal Assembly**. March 21, 2014. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/minister\\_speeches/-/asset\\_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/69394](http://www.mid.ru/en/press_service/minister_speeches/-/asset_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/69394)>.

<sup>348</sup> LAVROV, Sergey. **Statement by the Ministry regarding accusations of Russia’s violations of its obligations under the Budapest Memorandum of 5 December 1994**. April 1, 2014. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/spokesman/official\\_statement/asset\\_publisher/t2GCdmD8RNlr/content/id/68078](http://www.mid.ru/en/press_service/spokesman/official_statement/asset_publisher/t2GCdmD8RNlr/content/id/68078)>.

<sup>349</sup> LAVROV, 2014.

Essas declarações refletem ideias das tendências civilizacionista e estatista. Valendo-se de argumentos que enaltecem valores democráticos, Lavrov também culpa a frente ocidental pelo desequilíbrio regional no Leste Europeu, que seria uma das consequências do avanço contínuo da OTAN em direção às fronteiras russas. Seguindo esse raciocínio, Lavrov sugere que a situação não se resolveria por si mesma e que tais atitudes exigiam uma resposta urgente da Rússia, e uma dessas respostas é a anexação da Crimeia. Ainda, em réplica à preocupação anunciada pelos países da OTAN de que a Rússia instalaria parte de seu arsenal nuclear na Crimeia, Lavrov assumiu uma postura que remete à estratégia de “*great power balancing*” do estatismo e revelou que, uma vez que a Crimeia havia voltado para a Rússia, o país não se privaria do direito de instalar mísseis nucleares na península. Essa é uma estratégia de contenção tornada possível pela decisão de anexação da região histórica da antiga Rus.

Em uma declaração reveladora e similar às de Putin, o ministro Lavrov evidencia que a intenção da Rússia era a de corrigir a “injustiça histórica” da perda da península da Crimeia e da cidade da “glória naval” soviética para a Ucrânia e menciona que somente a Rússia seria capaz de assegurar os direitos das pessoas que residiam na região, fossem elas russas ou não.<sup>350</sup> Embora menos frequentes nas declarações de Lavrov, os argumentos que se enquadram no ideário civilizacionista também aparecem. Sobre a proteção dos compatriotas russos no exterior, ele falou: “The events in Crimea are not related to some malicious intent of ours; it is out of a need to protect Russians, who have been living there for some time”.<sup>351</sup> Invocando o sentimento de nacionalidade enfatizado por Alexandre I no período dinástico da história russa, Lavrov afirmou que a proteção de russos deveria vir acima de qualquer objetivo geopolítico, e que as ações em benefício da Crimeia refletiam a “alma russa”, que, por essência, prioriza “a união de todas as pessoas” e a “liberdade completa de todos os povos”.<sup>352</sup>

Uma das coisas que se pode concluir da análise das numerosas declarações feitas pelo chanceler Sergey Lavrov desde o início da invasão russa da Ucrânia é que existe uma premência da combinação entre o que definimos na introdução desta dissertação como o segundo conjunto de características da tradição ocidentalista com a missão da tradição estatista. Em outras palavras, em primeiro lugar, Lavrov vale-se do argumento de que a

---

<sup>350</sup> LAVROV, Sergey. **Answer to questions from the mass media**. March 22, 2014. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/press\\_service/minister\\_speeches//asset\\_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/69410](http://www.mid.ru/en/press_service/minister_speeches//asset_publisher/7OvQR5KJWVmR/content/id/69410)>.

<sup>351</sup> Ibid.

<sup>352</sup> LAVROV, Sergey. **Address at the world thematic conference, World War I and the Destinies of Russian Compatriots**. November 6, 2014. Disponível em: <<https://rusemb.org.uk/foreignpolicy/695>>.



anexação da Crimeia foi legítima porque a intenção da Rússia era a de proteger as liberdades democráticas do povo crimeio. Em segundo lugar, Lavrov liga esse argumento a outro, como se um justificasse e contextualizasse o outro, que é o da necessidade de contenção do alargamento da OTAN em direção aos países pós-soviéticos.

O ministro avalia que a coalizão ocidental liderada pelos EUA interveio politicamente na Ucrânia durante os protestos *Euromaidan* para preservar seus interesses específicos na região e que se comportou de maneira antidemocrática ao declarar ilegítima a anexação da Crimeia pela Rússia. Em seu pronunciamento aos presentes da 69ª Sessão da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2014, Lavrov sugeriu que a aceleração da expansão da OTAN e a intensificação da ingerência ocidental nos assuntos dos países pós-soviéticos propiciaram a eclosão da crise ucraniana e subsequentemente o ímpeto separatista da Crimeia. O ministro assim expõe sua perspectiva:

NATO expansion to the East continued in spite of the promises to the contrary given previously. [...] The additional build-up of the military infrastructure at Russian borders made the inability of the alliance to change its genetic code embedded during the Cold War era obvious. The U.S. and the EU supported the coup in Ukraine and reverted to outright justification of any act by the self-proclaimed Kiev authorities that used suppression by force on the part of the Ukrainian people that rejected the attempts to impose an anti-constitutional way of life to the entire country and wanted to defend its rights to a native language, culture and history. It was precisely the aggressive assault on these rights that compelled the population of Crimea to take destiny into its own hands and make a choice in favor of self-determination.<sup>353</sup>

Nesse mesmo discurso, Lavrov evoca a herança ancestral compartilhada entre a Rússia e a Crimeia: “Russia is sincerely interested in the restoration of peace in our neighboring country and this should be well understood by all who are even slightly acquainted with the history of the deep-rooted and fraternal ties between our two peoples”. Em seguida, ele arremata essa alusão ao ideário civilizacionista com a seguinte colocação: “The attempts to put pressure on Russia and to compel it to abandon its values, truth and justice have no

---

<sup>353</sup> LAVROV, Sergey. **Address by Russian Foreign Minister Sergey Lavrov to the 69<sup>th</sup> session on the UN General Assembly**. September 27, 2014. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/vistupleniya\\_ministra/-/asset\\_publisher/MCZ7HQumdqBY/content/id/668972](http://www.mid.ru/en/vistupleniya_ministra/-/asset_publisher/MCZ7HQumdqBY/content/id/668972)>.

prospects whatsoever”.<sup>354</sup> Assim como outras vistas anteriormente, essas reflexões parecem sugerir que os russos acreditavam que o fato da Crimeia ter pertencido à Rússia Imperial e ao Império Soviético haviam criado laços históricos que definiram a reanexação da península como a única saída possível para a crise de 2014.

Para acessarmos mais detalhadamente o ideário motivador que impeliu a Rússia a invadir a Ucrânia e anexar a Crimeia, é interessante analisar as posições diplomáticas da secretária de imprensa do ministério das Relações Exteriores, Maria Zakharova. De um modo geral, as respostas dadas por Zakharova à mídia acerca do envolvimento russo na Ucrânia se dividem entre: a) asserções de cunho civilizacionista sobre a preocupação governamental com a violação de direitos de nacionais russos no exterior; e b) declarações acusatórias de cunho estatista que versam sobre a expansão da OTAN e a conseqüente sensação de insegurança russa. Zakharova assumiu o cargo de secretária de imprensa (ou “deputada diretora de informação”) no auge da crise da anexação da península da Crimeia, e em seu primeiro comunicado disse que as potências ocidentais lideradas pelos Estados Unidos estavam “forcing the escalation of military and political tensions near the Russian border”. Disse também, por exemplo, que a OTAN se guiava por estereótipos da Guerra Fria e que a Rússia não aceitaria ser inteiramente responsabilizada pela crise política no Leste Europeu.<sup>355</sup>

Zakharova repete muitos dos argumentos explicitados por seu superior, Sergey Lavrov, o que demonstra que uma das percepções dominantes do ministério das Relações Exteriores era a de que a Rússia estava meramente reagindo às movimentações dos países da OTAN em sua fronteira, e de que a anexação da Crimeia era justificável, entre outras coisas, por esse mesmo motivo. As explicações de Zakharova reconstroem os antecedentes conjunturais da anexação da Crimeia como fatores indiscutíveis da inevitabilidade da reabsorção do antigo território da Rússia Imperial. Em outra declaração, Zakharova classifica a OTAN como “russofóbica” e diz:

We see that the Alliance is not interested in a constructive discussion of mounting problems, and prefers to fan anti-Russian sentiment to justify plans to strengthen NATO’s defense and capability and increase its military presence at Russia’s borders, creating serious security risks in the Euro-Atlantic region. [...] Sadly, NATO chooses to ignore Russia’s consistent

---

<sup>354</sup> Ibid.

<sup>355</sup> ZAKHAROVA, Maria. **Answer to the question from the mass media regarding the results of the NATO council.** March 1, 2014. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/web/guest/foreign\\_policy/news/-/asset\\_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/72874](http://www.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/72874)>.

efforts to stabilize the situation in Ukraine and the worsening socio-economic situation in the country's southeast.<sup>356</sup>

Observou-se, então, que na base dos argumentos de Zakharova estava o ideário estatista, o pensamento que repete, reproduz e amplia o receio russo de uma invasão externa. Na visão estatista, a contínua expansão da OTAN reforça a percepção de que a Rússia está situada num ambiente geográfico perigoso, o que tornaria suas “reações” justificáveis em casos de sensação de ameaça.

#### 5.4. Conclusões Parciais

Foi observado que, quando questionado sobre a anexação da península da Crimeia, o presidente Putin apresenta em sua retórica uma profusão de informações históricas e também conjunturais para classificar como legítima a ação do governo russo. Para o presidente, o que a historiografia ocidental interpreta como uma revolução popular na Ucrânia em 2014 é na verdade a consequência de um golpe de Estado apoiado pelos Estados Unidos e pela União Europeia para minar a influência russa no espaço pós-soviético. Mas Putin não era o único que compartilhava dessas convicções, e nota-se que o que era falado por ele a respeito da invasão da Crimeia era repetido pelos demais decisores do alto escalão do governo. Há um consenso de que a Rússia honrou os princípios democráticos ao validar o referendo popular crimeio e de que a reanexação da península significou a correção de uma injustiça histórica contra o país ex-soviético.

Ao mesmo tempo, os discursos analisados revelam o prevalecimento do argumento de que foi o contínuo alargamento da OTAN em direção às fronteiras do leste da Rússia que impeliram a Rússia a tomar uma decisão mais assertiva e definitiva a respeito da Crimeia. Para Putin, a interferência dos Estados Unidos e de países da União Europeia nos assuntos internos da Ucrânia também gerou desequilíbrio no Leste Europeu, dando ainda mais razão para que a Rússia intervisse na Crimeia para proteger seus compatriotas e também os povos com os quais o país nutre laços históricos.

Com a análise de excertos de pronunciamentos dos decisores selecionados nesta pesquisa, compreende-se em primeiro lugar que, no caso da invasão da Ucrânia, há um destaque ligeiramente acentuado para as asserções que se encaixam nas características do

---

<sup>356</sup> ZAKHAROVA, Maria. **Response to a request for comment on NATO Secretary General Jens Stoltenberg's statement on Russia.** November 17, 2014. Disponível em: <[http://www.mid.ru/en/web/guest/foreign\\_policy/news/-/asset\\_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/791005](http://www.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/791005)>.

ideário da tradição estatista. Em segundo lugar, verifica-se a frequência de asserções que se enquadram na esfera do ideário civilizacionista. Por último, encontramos justificativas que se encaixam de forma transparente no ideário da tradição ocidentalista, mesmo que de forma puramente retórica.

## Conclusão

Equivocam-se os que interpretam que o desmanche da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, marco de uma nova era, extinguiu a ação de ideias sobre a política externa da Rússia. No país que passou do czarismo ao comunismo e do comunismo à autocracia, unidas a interesses, as ideias tiveram ação continuada no tempo. É precisamente a literatura sobre pensamento russo em política externa que reconstrói vividamente a evolução das grandes tradições de pensamento ao longo dos séculos. As tradições ocidentalista, civilizacionista e estatista, todas elas diferentes entre si, tiveram contribuições simbólicas para a política externa da Rússia. Essas contribuições, as ideias-força que compõem cada grande tradição, são importantes para o entendimento dos objetivos externos da Rússia. O ideário de cada uma dessas tradições, embora limitados em seu alcance explicativo, nos ajuda a interpretar e esclarecer a política externa russa como ela é. Nesta pesquisa, foi observado que, na Rússia do pós-Guerra Fria, ideias ainda são utilizadas para contextualizar e justificar ações de política externa.

É certo que, nos círculos de poder do Krêmlin, quem tem a capacidade de atribuir prestígio a uma ideia em detrimento de outra e utilizá-la para justificar uma variedade de ações de política externa é, em última instância, o presidente. Nesse contexto, aqueles que encabeçam os processos de tomada de decisão têm um impacto direto sobre a orientação das políticas e sobre quais ideias serão utilizadas para justificar o que fazem de acordo com seus interesses, estejam eles conscientes sobre a ação dessas ideias sobre seu comportamento ou não. Se o ideário motivador da invasão da Geórgia refletia as convicções pessoais de Putin e dos demais decisores aqui mencionados, não temos como afirmar. O que, sim, podemos atestar, é a recorrência do uso de determinadas ideias na forma de argumentos para contextualizar e justificar as invasões militares da Geórgia e também da Ucrânia.

*Quais ideias informam a política externa da Rússia?* Apresentada na introdução desta pesquisa, essa questão foi respondida no primeiro capítulo, em que foram detalhadas as contribuições e as transformações de cada grande tradição de pensamento russo em política

externa. A tradição ocidentalista, que na época de Pedro, O Grande, guiava-se por uma busca por modernização e pela emulação da civilização ocidental, no pós-Guerra Fria passou a ser caracterizada pelo desejo de alinhamento ao Ocidente e pelo acolhimento de valores liberais. A tradição civilizacionista, marcada em sua gênese pelo eslavofilismo, manteve o enaltecimento de valores culturais e da identidade imperial russa, mas, em sua versão mais atual, compreendeu que a restauração completa do império consiste em uma ilusão custosa, e flexibilizou suas sugestões para assegurar os interesses da Rússia no seu exterior-próximo. A tradição estatista, considerada a mais influente das três por seu caráter misto e pragmático, ainda é guiada pelo fortalecimento do Estado e pela expectativa de reconhecimento internacional. No pós-colapso da URSS, a preocupação da escola com a susceptibilidade da Rússia de ser cercada pelos países da OTAN ganhou destaque. Resumidamente, são essas algumas das ideias tradicionalmente dominantes da política externa russa.

*Será que é possível identificar um conjunto de valores nos discursos dos decisores de alto nível da Rússia? Se houver, será que esse ideário também é utilizado para justificar a condução de invasões militares de países pós-soviéticos?* Essas duas questões foram alvo de investigação ampla nos capítulos três e quatro desta dissertação. Para evitar pressupor resultados antecipadamente, o caminho pelo qual enveredamos teve um objetivo duplo: primeiro, identificar, por meio de uma bibliografia secundária, quais eram os valores circunscritos nas tradições de pensamento russo em política externa; segundo, verificar se os valores, se o ideário identificado na literatura tinha correspondência na realidade das invasões militares da Geórgia e da Ucrânia, se ele poderia ser encontrado nos discursos oficiais dos principais tomadores de decisão do Krêmlin.

Com a análise da literatura sobre a formação da identidade nacional russa e da evolução do pensamento russo em política externa, foram elaboradas sínteses das características dominantes das tradições da tríade gloriosa, com atenção para as transformações ocorridas em cada tradição no pós-Guerra Fria. Na tentativa de atribuir ênfase para as particularidades de pensamento dessas escolas sobre as relações da Rússia com os países pós-soviéticos, elencamos também, dentro do ideário de cada tradição, um objetivo de política externa em relação aos países do que o Krêmlin, após a derrocada da outrora opulenta URSS, definiu como “exterior-próximo” (*blizhneye zarubezhye*).

Definido o ideário, tentamos analisar se o conteúdo dos discursos dos decisores selecionados apresentava correspondência com as características e com os objetivos que foram elencados. Somados os números dos casos da Geórgia e da Ucrânia, foi realizada a

leitura e análise de conteúdo completa de 67 discursos presidenciais, 32 discursos de primeiros-ministros, 48 discursos do ministro Sergey Lavrov e 19 pronunciamentos de secretários de imprensa; um total de 166 declarações oficiais. A análise não foi feita pela busca de palavras-chave, mas pela identificação de excertos que se encaixassem no ideário de uma ou outra tradição. Grande parte das vezes, um mesmo discurso apresentava uma combinação de características dos ideários das três grandes tradições. Outros apontavam inequivocamente para um único ideário. Tudo isso foi feito para responder a outra pergunta colocada na introdução deste trabalho: *Afinal, qual foi o ideário utilizado para justificar a invasão militar da Geórgia em 2008 e a anexação russa da península da Crimeia em 2014?*

No terceiro capítulo, recapitulada a sequência de fatores que precederam o estouro da Guerra da Geórgia, descreveu-se como os decisores do Krêmlin contextualizaram a belicosidade russa e como apresentaram suas justificativas para o uso da força no país do Cáucaso e para a conseqüente ocupação militar dos territórios da Ossétia do Sul e da Abkhazia. Concluiu-se que houve uma ligeira preponderância do ideário civilizacionista sobre o ideário estatista. Averiguou-se que, dentro desse ideário civilizacionista, as justificativas dadas pela elite decisória russa para a autorização do uso da força na Geórgia se enquadram nas duas características, mas não necessariamente no objetivo imperialista da tradição. Há um destaque para a primeira característica, visto que os decisores focalizam a centralidade da proteção de compatriotas russos no exterior para definir a invasão militar como legítima.

O ideário estatista também é muito presente nos discursos que justificaram a invasão da Geórgia. Há uma preponderância de menções ao objetivo da tradição, que seria o de obstruir o alargamento da OTAN em direção à fronteira leste da Rússia. Os dirigentes políticos do Krêmlin se mostram perturbados com o avanço da OTAN e também com as relações de proximidade dos Estados Unidos com o governo georgiano, e fazem diversas citações a essa questão geopolítica para contextualizar a inevitabilidade do conflito. Em seguida, destaca-se nos discursos a primeira característica do ideário estatista, que versa sobre o papel da Rússia enquanto uma *derzhava*.

Ainda no caso da Geórgia, as menções à primeira característica (alinhamento ao Ocidente) e ao objetivo da tradição ocidentalista (retração da intromissão no espaço pós-soviético) são nulas. Existem, no entanto, referências à segunda característica (emulação e proteção de valores democráticos). Elas ocorrem nas situações em que os líderes apontam que a ocupação russa da Ossétia do Sul aconteceu também em razão da preocupação do país com

a proteção dos princípios democráticos, dos direitos humanos e do Estado de direito nos países de seu entorno estratégico.

No caso da invasão militar da Ucrânia, é notório o predomínio de justificativas que se enquadram no ideário estatista, com destaque para o objetivo (contenção da OTAN) e para a primeira característica da tradição (a Rússia enquanto uma *derzhava*). Mais uma vez, evidencia-se o temor de avanços do Ocidente nas proximidades das fronteiras da Rússia. O medo de uma invasão estrangeira se mostra como uma constante na sua história. Em relação à anexação da Crimeia, a liderança também faz menções à responsabilidade da Rússia de assegurar o equilíbrio regional do Leste Europeu, algo que remete diretamente ao conceito de *derzhava*. Surpreende, ainda, a ausência de menções à segunda característica do ideário estatista (fortalecimento do Estado).

A expressão do ideário civilizacionista também é elevada no caso da Ucrânia, mas só foram identificadas menções ao que elencamos como a primeira característica da tradição (missão russa de proteção de seus compatriotas e valorização das tradições culturais do país). Em seus discursos que justificam a anexação da Crimeia, Vladimir Putin menciona uma história continuada entre os dois territórios, o compartilhamento de heróis ancestrais, povos originais, símbolos, tradições e rituais: como se o manto fundador da Rússia e da Crimeia fosse o mesmo. Como se, pelas lentes da história, a anexação fosse compreensível e legítima.

Das tradições da tríade gloriosa, a ocidentalista também aparece em menor grau no caso da Ucrânia. No entanto, a segunda característica do seu ideário é referenciada com frequência por Vladimir Putin e Sergey Lavrov. Ambos propagandearam que a Rússia era uma campeã da democracia por respeitar o direito de autodeterminação dos crimeios, e que foi essa atribuição de importância aos princípios democráticos que impossibilitou que a Rússia fechasse os olhos para o separatismo dos povos da região do sudeste da Ucrânia.

A análise feita valida o argumento de que há um ideário motivador para as invasões militares da Geórgia e da Ucrânia. O mapeamento das justificativas apresentadas no caso da invasão da Geórgia revela que as motivações de cunho civilizacionista se sobressaem às de caráter estatista. No segundo caso, demonstrou-se que o ideário motivador da invasão militar da Ucrânia foi o estatista. Em ambos os casos, há uma proximidade da frequência de uso de referências aos ideários das duas tradições de pensamento. Em outras palavras, na retórica da elite decisória, justificativas caracteristicamente estatistas quase sempre aparecem combinadas às justificativas de teor civilizacionista, e vice-versa.

## Referências bibliográficas

ALEKSIEVITCH, Svetlana. **O fim do homem soviético**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

ARBATOV, A. Russia's Foreign Policy Alternatives. *International Security*, United States, v. 18, n. 1, p. 5-43, 1993.

AUSTIN, John. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARRACLOUG, Geoffrey. **An Introduction to Contemporary History**. London: Penguin Books, 1967.

BEISSINGER, M. Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/Rose/Orange/Tulip Revolutions. *Perspectives on Politics*, United States, p. 259-276, 2007.

BERLIN, Isaiah. **Russian Thinkers**. United States of America: The Viking Press, 1978.

BERTONHA, João. **Rússia: Ascensão e Queda de um Império**. Curitiba: Juruá, 2009.

BLACK, Joseph Laurence. **Russian Society in the Nineteenth Century: Russian Political and Historical Thought**. Canada: University of Toronto Press, 1975.

BONNELL, Victoria; COOPER, Ann, FREIDIN, Gregory. **Russia at the Barricades: Eyewitness Accounts of the August 1991 Coup**. London: Routledge, 2015.

BRESLAUER, George W. **Gorbachev and Yeltsin as Leaders**. United States of America: Cambridge University Press, 2002.

BUGAJSKI, Janusz. **Toward an Understanding of Russia**. New York: Council on Foreign Relations, 2002.



CARNAGHAN, Ellen. **Russian political values in an imperfect world**. United States of America: Pennsylvania State University, 2007.

CARR, Edward H. **The Russian Revolution: From Lenin to Stalin**. New York: The Free Press, 1979.

CASTRO SANTOS, Maria Helena. Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra Fria: doutrinas e o uso da força. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 1, p. 157-191, 2010.

CASTRO SANTOS, Maria Helena; TEIXEIRA, Ulysses Tavares. Interests and Values in Obama's Foreign Policy: Leading from Behind. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 58, n. 2, p. 119-145.

CASTRO SANTOS, Maria Helena; TEIXEIRA, Ulysses Tavares. The essential role of democracy in the Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n.2, p. 131-156, 2013.

CHANNON, John; HUDSON, Robert. **The Penguin Historical Atlas of Russia**. London: Penguin Books, 1996.

CLARK, Christopher. **Os Sonâmbulos: Como eclodiu a Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

CORNELL, Avante; STARR, Frederick. **The Guns of August 2008: Russia's War in Georgia**. New York: M. E. Sharpe, 2009.

EKLOF, B. **Russia's Great Reforms: 1855-1881**. United States of America: Bloomington, 1994.

FIGES, Orlando. **A People's Tragedy: A History of the Russian Revolution**. London: Penguin Books, 1996.

FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia, 2017.

FLIER, Michael; ROWLAND, Daniel. **Medieval Russian Culture**. United States of America: University of California Press, 1994.

FRANKLIN, Simon; SHEPARD, Jonathan. **The Emergence of Rus: 750-1200**. London: Routledge, 1996.

FRANKLIN, Simon; WIDDIS, Emma. **National Identity in Russian Culture**. New York: Cambridge University Press, 2004.

GIFFORD, Paul; HAUSWEDELL, Tessa. **Europe and Its Others: Essays on Interception and Identity**. Germany: Peter Lang, 2010.

GRANT, T. Frozen Conflicts and International Law. *Cornell International Law Journal*, v. 50, 2017, p. 361-413.

HILL, Fiona. Moscow Discovers Soft Power. *Current History*, p. 341-347, 2006.

HILL, Fiona; GADDY, Clifford. **Mr. Putin: Operative in the Kremlin**. Washington: Brookings Institution Press, 2013.

HOSKING, Geoffrey. **Russian History: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2012.

KASYMOV, K. Statism in Russia: The implications for US-Russian relations. *Journal of Eurasian Studies*, United States, v. 3, n.1, 2012, p. 58-68.

KOLLMANN, Nancy Shields. **By Honor Bound: State and Society in Early Modern Russia**. United States of America: Cornell University Press, 2012.

KORTUNOV, S. Invigorating Russia's Foreign Policy. *Russia in Global Affairs*, n. 4, 2005. Disponível em: <[http://eng.globalaffairs.ru/number/n\\_5844](http://eng.globalaffairs.ru/number/n_5844)>.

KOTKIN, Stephen. **Stálin: Paradoxos do Poder**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

LAVROV, S. It's not Russia that is destabilizing Ukraine. *The Guardian*, United Kingdom, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/apr/07/sergei-lavrov-russia-stabilise-ukraine-west>>.

LEGVOLD, Robert. **Russian Foreign Policy in the 21st Century and the Shadow of the Past**. New York: Columbia University Press, 2007.

LIPMAN, Maria; PETROV, Nikolay. **The State of Russia: What Comes Next?**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

LO, Bobo. **Russian Foreign Policy in the Post-Soviet Era: Reality, Illusion and Mythmaking**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

LO, Bobo. **Vladimir Putin and the Evolution of Russian Foreign Policy**. London: The Royal Institute of International Affairs, 2003.

MARSHALL, Tim. **Prisoners of Geography**. London: Elliot and Thompson, 2015.

MASSIE, Robert K. **Catarina, A Grande: Retrato de Uma Mulher**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011.

MASSIE, Robert K. **Pedro, O Grande: Sua Vida e Seu Mundo**. Rio de Janeiro: Manole, 2015.

MCFAUL, M. Yel'tin's Legacy. *The Wilson Quarterly*, United States, v. 24, n. 2, p. 42-58, 2000.

MITCHELL, Lincoln. **The Color Revolutions**. United States of America: University of Pennsylvania Press, 2012.

MITCHELL, L. What Was the Rose Revolution For? *Harvard International Review*, United States, 2008. Disponível em: < <http://hir.harvard.edu/article/?a=1684>>.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **Os Románov: 1613-1918**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NOVAES, Marcel. **Do Czarismo ao Comunismo: As revoluções russas do início do século XX**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

OBOLENSKY, Dimitri. **Byzantium and the Slavs**. New York: St. Vladimir Seminary Press, 1962.

ORTEGA, F. Cores da Mudança? As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa. 2009. 139 páginas. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PLOKHY, Serhii. **The Gates of Europe: A History of Ukraine**. New York: Basic Books, 2015.

QUEIROZ, F. Hidropolítica e Segurança: as Bacias Platina e Amazônica em Perspectiva Comparada. 2011. 394 páginas. Tese de doutorado. Universidade de Brasília.

RADNITZ, S. What Really Happened in Kyrgyzstan. *Journal of Democracy*, United States, p. 132-146, 2006.

RIASANOVSKY, Nicholas V. **History of Russia**. New York: Oxford University Press, 2000.

RUSSELL, W. Russian Policy Towards the Near Abroad: The Discourse of Hierarchy. Agosto de 1995. 44 páginas. Dissertação. Research School of Pacific and Asian Studies: Australian National University.

SAKWA, Richard. **The Rise and Fall of the Soviet Union: 1917-1991**. London: Routledge, 1999.

SEARLE, J. L. **Os atos da fala**: um ensaio da filosofia de linguagem. Coimbra: Almeida, 1984.

SERGE, Victor. **O Ano I da Revolução Russa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SERGUNIN, Alexander. **Explaining Russian Foreign Policy Behavior: Theory and Practice**. Germany: Stuttgart, 2015.

SERVICE, Robert. **Lenin: A Biography**. London: Macmillan, 2000.

STOCKDALE, Melissa K. **Paul Miliukov and the Quest for a Liberal Russia: 1880-1918**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

STONE, Oliver. **As Entrevistas de Putin**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. United Kingdom: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

UTECHIN, Sergej. **Russian Political Thought: A Concise History**. New York: Frederick A. Praeger, 1963.

ZEVELEV, Igor. **Russia and Its New Diaspora**. Washington: United States Institute of Peace, 2016.